

4. ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na área de estudo, existem diversos tipos de espaços territoriais protegidos, uns criados formalmente através de atos legais específicos e outros cuja preservação é assegurada pela legislação ambiental geral em vigor.

Como espaços territoriais protegidos foram consideradas as unidades de conservação e as áreas sob regime especial de administração pública ou privada. As áreas passíveis de serem cartografadas são mostradas no mapa em anexo.

A área de estudo, no que concerne às unidades de conservação, apresenta uma peculiaridade singular. Em março de 1932, o Prefeito Pedro Ernesto criou a “Reserva Biológica de Goethe”, na restinga de Itapeba. Com 66 anos, a Reserva é a mais antiga decretada a nível municipal e a segunda a nível nacional, pois só é precedida pela Reserva Florestal do Acre, criada pelo Presidente Hermes da Fonseca em 1911. O primeiro Parque Nacional do País, o de Itatiaia, foi criado cinco anos depois da Reserva Goethe, em 1937.

De acordo com o Ato Legal, a Reserva visava homenagear o centenário de morte de Johann Wolfgang Goethe (1749 - 1832), poeta alemão autor de várias obras, e preservar a flora da restinga de Jacarepaguá, sobretudo uma planta rara encontrada na restinga da região, chamada de *Pavonia alnifolia* (ex-*Goethea antifolia*), conforme citação encontrada em um livro clássico da botânica brasileira, o “Flora Brasiliensis” de Martius.

A proposta de criação da Reserva partiu de Alberto José Sampaio, um dos mais ilustres botânicos da época que trabalhava no Museu Nacional. Em fevereiro de 1932 ele submeteu uma nota ao Conselho Técnico Florestal do Distrito Federal sobre a Reserva Biológica de Goethe”. Dada a importância histórica desta nota, decidiu-se transcrever-la abaixo.

“O mundo civilizado sem distinção de países celebrará em 22 de março próximo o centenário de Goethe; ao que estou informado, a Academia Brasileira de Letras renderá nesse dia uma expressiva homenagem a esse grande pensador. Como botânico cumpre-me informar que há para o Brasil uma contingência a considerar; no que concerne a Goethea, o Brasil está em situação especial perante o mundo científico, por ter em sua flora e lhe serem exclusivas, as plantas que receberam o grande nome de Goethea.

São plantas aliás raras no país e que correm o risco de extinção dada a devastação que se vem processando na flora brasileira, devastação a que é urgente pôr paradeiro.

As plantas brasileiras a que foi dado o nome Goethea em 1821, pelo grande botânico Nees Ab Esenbeck, pertencem à família das Malváceas, onde constituem o gênero Goethea, que segundo a monografia clássica de Gurke, na *Flora Brasiliensis* de Marthius, conta apenas três espécies arbustivas:

1. *Goethea strictiflora*, Hook, cuja procedência regional no Brasil não está definida: desde cerca de 1843 é cultivada na Europa sob a denominação de *Goethea cauliflora* Hort.
2. *Goethea cauliflora*, Nees, a espécie típica, peculiar às florestas de Ilhéus.
3. *Goethea mokoyana*, J. D. Hook, de região próxima a Vitória, segundo o *Index Kewensis*, temos ainda uma quarta espécie.
4. *Goethea alnifolia* Garcke, de lugares arenosos do Rio de Janeiro, estado do Rio e Minas Gerais e de que foram recentemente verificados exemplares remanescentes na borda do mato da restinga Itapeba no Distrito Federal conforme exemplar de herbário nº 25 450 do Museu Nacional, coligido e identificado pelo Dr. A. C. Brade, botânico do referido Instituto.

A contingência em que se encontra o Brasil, perante o mundo científico, no que concerne a *Goethea* é a seguinte: tendo sido dada a plantas brasileiras o grande nome de *Goethea*, devemos considerar desde logo esse nome como um pálio protetor, não somente das plantas arbustivas a que foi dado, mas também das florestas ou de outras associações florísticas brasileiras em que figurem *Goetheas*.

Só assim o Brasil corresponderá à honra que lhe foi conferida, de ser dada a plantas brasileiras o nome de *Goethea*. Nesse sentido, deixo aqui consignadas essas informações técnicas e que penso devem ser levadas à consideração das altas autoridades do país, a cujo descortino ocorrerá a solução conveniente para o caso, solução que requer uma lei especial criando no Brasil os Parques Nacionais das *Goetheas*, como reservas biológicas integrais.

O Rio de Janeiro possuindo em sua flora *Goethea alnifolia* na borda do mato de Itapeba, Jacarepaguá, tem assim o seu caso especial que hoje submeto à consideração do Conselho Técnico Florestal da Prefeitura, proponho a criação da Reserva Biológica de *Goethea*, em Sernambetiba. Constituído como está o Conselho Técnico Florestal da Prefeitura de expoentes da mais alta cultura literária e científica do país: presidido este Conselho pelo eminente Sr. Augusto de Lima, um dos mais proficientes defensores do nosso patrimônio florístico seria oportuna a urgência da consagração das *Goetheas* no Brasil, e especialmente no Distrito Federal.

É de meu dever limitar-me, por isso, às considerações, entregando ao Conselho o patrocínio da realização de efetivar no Rio de Janeiro; espero, além disso, que possa ainda o assunto merecer de V.S., senhor presidente, e de cada um dos ilustres membros deste conselho, a consideração e o apoio que se afigurarem justos à vossa alta sabedoria, no que concerne à consagração das *Goetheas* no Brasil.

A localização da *Goethea alnifolia* em Itabepa, Jacarepaguá é a que me ocorre no momento, à vista do exemplar existente no herbário do Museu Nacional; é possível que em outros herbários se registrem outras indicações, pelo que deve ficar aqui registrada a possibilidade da existência de outras associações florísticas a proteger no Distrito Federal, por motivo de *Goethea*, além da de Itapeba, que no momento posso indicar.”

4.2 TIPIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS

Para efeito deste estudo, os espaços protegidos foram divididos em dois grupos, a saber:

- unidades de conservação
- áreas sob regime especial de administração pública e privada.

Segue-se a caracterização destes grupos.

4.2.1 Grupo de Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação são "espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção" (Projeto de Lei nº 2.892/92 - institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Existem diversos tipos de Unidades de Conservação. Para cada um há uma definição expressa em norma legal, que fixa o seu conceito e determina as suas especificidades, objetivos e procedimentos administrativos.

Os tipos de Unidades de conservação oficialmente reconhecidos no Brasil, de acordo com as Resoluções CONAMA nº 011/87 e 12/88, são os seguintes:

- Estação Ecológica;
- Reserva Ecológica;
- Área de Proteção Ambiental;
- Parques Nacionais, Estaduais e Municipais;
- Reserva Biológica;
- Floresta Nacional, Estadual e Municipal;
- Reserva Extrativista;
- Área de Relevante Interesse Ecológico;
- Monumentos Naturais;
- Jardins Botânicos;
- Jardins Zoológicos;
- Hortos Florestais.

O uso do solo situado nos terrenos no perímetro das áreas declaradas como unidade de conservação deve observar as disposições das normas gerais que regulam a matéria e, em particular, as estabelecidas no seu ato de criação e no Plano de Manejo.

No âmbito estadual, a Deliberação CECA nº 17 de 10 de fevereiro de 1978, normatizou o assunto, tratando dos seguintes aspectos:

- Define as Categorias Gerais de Áreas Protegidas;

- Relaciona as Áreas Protegidas a Considerar no Estado;
- Estabelece os requisitos para criação, implantação e administração de Parque Estadual; Reserva Biológica Estadual, Sítio Arqueológico Estadual; Floresta Estadual e Áreas Estadual de Lazer.

Basicamente, as categorias reconhecidas pelo sistema estadual são análogas as definidas pelos atos legais federais, com exceção da Áreas Estadual de Lazer. Esta é conceituada como sendo uma *“área de domínio público estadual, podendo comportar propriedade privadas (sic), com atributos ambientais relevantes, capazes de propiciar atividades de recreação ao ar livre sob supervisão estadual que garanta sua utilização correta”*.

No caso do município do Rio de Janeiro, a política de espaços territoriais protegidos encontra-se fixada no artigo 463, inciso III da Lei Orgânica, que estabelece que *“são instrumentos de execução da política de meio ambiente” “a criação de unidades de conservação, tais como áreas de preservação permanente, de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico ou cultural, Parques municipais, reservas biológicas e estações ecológicas”*.

O artigo 463 da Lei Orgânica, especifica que *“são instrumentos, meios e obrigações de responsabilidade do Poder Público para preservar e controlar o meio ambiente:*

XI - criação de unidades de conservação representativas de seu espaço territorial, vedada qualquer utilização ou atividade que comprometa seus atributos essenciais, sendo a sua alteração e supressão permitidas somente através de lei”.

XII - instituição de limitações limitativas ao uso de áreas privadas, objetivando a proteção de ecossistemas, de unidades de conservação e da qualidade de vida.

§ 1º- A iniciativa do Poder Público de criação de unidades de conservação de que trata o inciso XI, com a finalidade de preservar a integridade de exemplares dos ecossistemas, será imediatamente seguida dos procedimentos necessários à regulamentação fundiária, sinalização ecológica, demarcação e implantação de estruturas de fiscalização adequadas.

§ 2º- O Poder Público, no que se refere ao inciso XI, estimulará a criação e a manutenção de unidades de conservação privadas, principalmente quando for assegurado o acesso de pesquisadores e de visitantes, de acordo com suas características e na forma da lei.

§ 3º- As limitações administrativas a que se referem o inciso VI deste artigo serão averbadas no registro de imóveis no prazo máximo de três meses, contados de sua instituição”.

Em 1992, a Lei Complementar nº 16, que instituiu o Plano Diretor Decenal, detalhou a política de espaços territoriais protegidos. O quadro a seguir mostra as categorias de unidades de conservação adotadas.

Quadro 4.1 – Categorias municipais de unidades de conservação

CATEGORIA	CONCEITUAÇÃO
Área de Proteção Ambiental - APA	Área de domínio público ou privado, dotado de características ecológicas e paisagísticas notáveis, cuja utilização deve ser compatível com sua conservação ou com a melhoria das suas condições ecológicas;
Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana - APARU,	Área de domínio público ou privado, que depende do Poder Público para a regulação do uso e ocupação do solo e restauração de suas condições ecológicas e urbanas;
Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC	Área de domínio público ou privado, a que apresenta relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis, cuja ocupação deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos;
Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE	Área de domínio público ou privado, com características naturais extraordinárias e que abriga remanescentes raros da biota regional a ser protegida ou recuperada;
Reserva Biológica	Área de domínio público destinada à preservação de ecossistemas naturais;
Estação Ecológica	Área de domínio público, cujo ecossistema é objeto de conservação para realização de estudos e pesquisas, podendo ser criada no interior de outras unidades de conservação;
Parque	Área de domínio público, destinada à visitação pública e ao lazer, podendo compreender Área de Relevante Interesse Ecológico ou Área de Preservação
Área de Preservação Permanente,	Área de domínio público ou privado para proteção de mananciais, dunas e remanescentes da Mata Atlântica, na qual fica vedada a exploração da vegetação nativa e qualquer forma de utilização dos recursos naturais.

Fonte: Plano Diretor Decenal (Lei Complementar nº 16/92, art. 124)

O Parágrafo único do art. 123 da Lei Complementar 16/92, estabeleceu que “O ato de criação da Unidade de Conservação Ambiental indicará o bem objeto de proteção, fixará sua delimitação, estabelecerá sua classificação e as limitações de uso e ocupação e disporá sobre sua gestão”.

De acordo com o art. 125, “para a avaliação do interesse ambiental de determinada área e a sua classificação como unidade de conservação ambiental, o Poder Executivo poderá declará-la Área de Especial Interesse Ambiental.

O ato de declaração de especial interesse ambiental deverá definir os limites da área e poderá determinar a suspensão temporária, nunca superior a cento e oitenta dias, do licenciamento de construção, edificação, acréscimo ou modificação de uso em edificação, parcelamento do solo, abertura de logradouro e instalação de mobiliário urbano (§ 1º do art. 125)

O Plano Diretor Decenal, através do Art. 126, especificou diversos programas prioritários da política de meio ambiente e valorização cultural do Município, incluindo um "*programa de controle e recuperação das unidades de conservação ambiental*", tendo como escopo (art:128)

- cadastramento das unidades de conservação ambiental;
- edição de normas específicas para controle de usos e atividades em unidades de conservação ambiental;
- criação de incentivos para reflorestamento ecológico e para criação e manutenção de viveiros e espécies nativas;
- incentivo à criação de unidades de conservação ambiental de domínio privado, assegurado o acesso a visitantes e pesquisadores;
- edição de normas para proteção do entorno de reservatório, mananciais e de bens tombados;
- elaboração de plano de recuperação e proteção para o Maciço da Pedra Branca, em cooperação com os órgãos federais e estaduais competentes, e reflorestamento de suas vertentes com prioridade para áreas de proteção de mananciais e faixas marginais dos cursos d'água;
- elaboração de plano de recuperação e proteção para o Maciço da Tijuca, incluindo suas vertentes não incorporadas ao Parque Nacional, em cooperação com os órgãos federais e estaduais;
- elaboração e execução de programas específicos para o Maciço de Gericinó, visando à sua recuperação ambiental e paisagística, em cooperação com a União, o Estado do Rio de Janeiro e os Município cujos territórios integrem a sua vertente Norte;
- execução de projetos turísticos-ambientais vinculados aos planos de recuperação e proteção dos maciços;
- criação, em hortos do Município, de canteiros especializados em plantas admitidas como medicinais, de modo a construir fontes de amostras para centros de pesquisa bioquímicas e clínicas;
- elaboração de Plano de Manejo para as Unidades de Conservação Ambiental no Município do Rio de Janeiro.

4.2.2 Grupo de Áreas sob Regime Especial de Administração Pública e Privada

O segundo grupo de espaços territoriais protegidos compreende as *áreas sob regime especial de administração pública e privada*. O grupo é bastante heterogêneo do ponto de vista legal. No entanto, a maioria tem como característica comum o fato de que a proteção é um dos objetivos da gestão, não necessariamente o principal. Embora não constituam unidades de conservação propriamente dita, várias delas são efetivamente protegidas por normas específicas.

Dentre as áreas sob regime especial de administração pública e privada foram reconhecidas as seguintes:

- áreas de preservação permanente;
- costões rochosos;
- remanescentes de Mata Atlântica;

- reserva da biosfera;
- terrenos marginais de rios, ilhas fluviais e lacustres;
- praças, parques urbanos e os espaços livres arborizados de uso comum (áreas verdes);
- praias marítimas;
- zona costeira;
- terrenos de marinha e seus acrescidos;
- criadouros de animais;
- locais tombados

4.3 SITUAÇÃO ATUAL DOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS

Faz-se a seguir uma apreciação sintética sobre os espaços territoriais protegidos existentes na bacia de Jacarepaguá, compreendendo as unidades de conservação e as áreas sob regime especial de administração pública e privada.

Os estudos sobre as unidades de conservação foram conduzidas basicamente a partir da base de dados do Cadastro de Unidades de Conservação da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado pelo IBAM para a SMAC.

A fim de complementar algumas informações, foram entrevistados o Engenheiro Florestal Luiz Fernando Lopes (Parque Nacional da Tijuca) e os biólogos Paulo Schiavo, Vera Lúcia Dalmaso (Fundação Parques e Jardins) e Alexandre Chagas (Fundação Rio-Zôo).

4.3.1 Unidades de Conservação

Descreve-se a seguir as características das principais unidades de conservação.

4.3.1.1 Parque Nacional da Tijuca

◆ Superfície, localização e acessos

O Parque Nacional da Tijuca (PNT), com 3.360 ha, está localizado no centro no município do Rio de Janeiro, no Maciço da Tijuca, compreendendo três setores: o conjunto Andaraí-Tijuca-Três Rios, na Serra da Tijuca ou Três Rios, conhecido como Floresta da Tijuca; o conjunto Corcovado-Sumaré-Gávea Pequena, nas vertentes Norte e Sul da Serra da Carioca, e o conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea, na vertente Sudoeste da Serra da Carioca.

É circundado por diversos bairros da cidade, destacando-se: ao Norte e Nordeste, os Bairros do Grajaú, Tijuca, Rio Comprido, Santa Teresa e Cosme Velho; a Leste, o bairro de Botafogo; a Oeste, o Bairro de Jacarepaguá; e ao Sul e Sudoeste, os Bairros de Jardim Botânico, Gávea, São Conrado, Joá e Itanhangá.

Existem vários eixos viários que possibilitam o acesso ao Parque. As principais vias de ligação do Parque Nacional da Tijuca com a cidade são: Rua Conde de Bonfim (Tijuca); Rua do Bispo (Rio Comprido); Rua Almirante Alexandrino (Santa Teresa); Rua Cosme Velho (Cosme Velho); Rua Pacheco Leão (Jardim Botânico); Estrada das Canoas (Joá) e a Estrada de Furnas (Itanhangá).

◆ *Histórico e objetivos*

Até meados do século XVII a área do atual Parque permaneceu praticamente intocada. A partir de então, foi ocupada com plantações de açúcar (século XVII) e de café (séculos XVIII e XIX), sendo quase que totalmente desmatada durante os séculos XVIII e XIX. Com a decadência das plantações de café, algumas das grandes fazendas foram desmembradas em chácaras, onde residiram nobres da Corte, políticos do Governo Imperial e estrangeiros, principalmente franceses e ingleses.

A área teve também um importante papel no abastecimento d'água da cidade durante muitos séculos. Em 1720 foram iniciadas as obras de canalização do Rio Carioca até o centro da cidade, que descia através de Santa Teresa, ladeando a atual Rua Almirante Alexandrino. Em 1750 foi concluída a construção do Aqueduto da Carioca, hoje conhecido como Arcos da Lapa. Outros rios foram usados para abastecimento da cidade, como os Rios Cachoeira, Joana, Macacos, Gávea, Três Rios e Covanca.

A preocupação com a preservação dos mananciais, cada vez mais utilizados para o abastecimento da crescente população carioca, fez com que, em meados do século XIX, o Governo Imperial tomasse medidas de proteção e recuperação ambiental. A partir de 1844, vários atos do Governo referiam-se à desapropriação e guarda das áreas de nascentes em fazendas devastadas pelas plantações.

Uma medida de maior impacto foi a de proceder ao reflorestamento das encostas, que se inicia na Tijuca em 1861, sob a liderança do Major Manuel Gomes Archer, com a plantação de numerosas árvores de variadas espécies, exóticas e nativas. No período de 13 anos foram plantadas mais de 60 mil mudas de árvores. O processo de recuperação da floresta teve continuidade em 1874, sob a administração do Barão D'Escragnolle e com a colaboração do botânico e paisagista francês Auguste François Glaziou. Nesse período a área foi embelezada com pontes, mirantes e lagos. Ao final do seu trabalho, a Floresta da Tijuca contava com cerca de 90.000 árvores plantadas e em crescimento. O retorno da floresta veio acontecendo gradualmente ao longo do tempo, combinando o trabalho humano com o das forças da natureza, transformando-se em um dos mais agradáveis recantos da cidade. Nessa área já foram localizados por pesquisadores do Museu Nacional 116 sítios arqueológicos.

Pouco foi feito após a Proclamação da República, em 1889, ficando a área esquecida durante quase meio século. A Floresta da Tijuca veio a ser renovada com remodelamentos em 1944, quando foi, então, feita a demarcação dos seus limites e a construção de seus acessos e assumiu sua feição atual.

A partir de 1970, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, começou um processo de repovoamento das matas, reintroduzindo espécies animais que já haviam desaparecido há longo tempo.

As Florestas da Tijuca e das Paineiras, criadas em 1861, podem ser consideradas a origem do Parque Nacional da Tijuca. Do início da República até 1941, a responsabilidade pela tutela da área estava a cargo do Serviço de Água e Esgotos do Ministério de Educação e Saúde, quando passou a ser administrada pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Em 1961, as florestas de domínio da União, denominadas Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca, foram agrupadas para formar o Parque Nacional do Rio de Janeiro. O Decreto nº 50.923 de 6 de julho visava-se mantê-las sob proteção e cuidados especiais, não só pelas belezas naturais e paisagísticas que oferecem, como por serem protetoras de mananciais existentes na região. Cinco anos mais tarde, o Parque foi tombado pela União. Em 1967, recebeu a denominação atual, Parque Nacional da Tijuca, excluindo-se dos

novos limites áreas como a da Floresta da Covanca e parte da Floresta do Andaraí, e acrescentando outras áreas, como o conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea e numerosas áreas no Morro de Dona Marta e Corcovado. Essas áreas passam a constituir o único Parque Nacional do Brasil localizado em área urbana e o maior Parque urbano do mundo. Em 1991 foi transformado pela UNESCO em Reserva da Biosfera.

Os principais objetivos do Parque Nacional da Tijuca são: assegurar a proteção da biodiversidade e de valores culturais e históricos, bem como garantir meios para educação ambiental e pesquisa, objetivos esses, integrantes do conceito de Parque Nacional.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Criado pelo Decreto Federal nº 50.923 de 06/07/61, com a denominação de Parque Nacional do Rio de Janeiro. Em 08/02/67, através do Decreto Federal nº 60.183 é alterada a denominação original para Parque Nacional da Tijuca (PNT), e estabelecida a delimitação do Parque.

Outras Normatizações do PNT:

Processo 762-T-65, inscrição 42 - Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fl. 10 - 27/04/67; Processo 869-T-73, inscrição 55 e 57 - Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fl. 13 - 30/06/73; Código Florestal, Lei Federal nº 4.771/65 e Resolução CONAMA no 17/87; Lei Orgânica do Município de 5/04/90, artigo 463, IX, E; Lei complementar nº 16 de 04/06/92; Plano Diretor, artigo 66.

O tombamento do Parque Nacional da Tijuca e florestas de proteção (DF 60.183 de 08/02/67), inclui as áreas do Maciço da Tijuca acima da cota 100m, estando as florestas de proteção entre as cotas 80m e 100m.

◆ *Características Naturais e Atrativos*

Os principais atrativos naturais do PNT são: o Pico do Papagaio, o Pico da Tijuca, o Pico do Conde, a Cabeça do Imperador, a Pedra Bonita e a Pedra da Gávea, pontos esses com diferentes níveis de dificuldade de acesso, mas a partir dos quais descortinam-se belas vistas da cidade. Destaca-se ainda a Estrada das Paineiras, propícia a caminhadas, "cooper", ginástica nos aparelhos e duchas nas quedas d'água.

A vegetação do PNT é Floresta Ombrófila Densa Submontana e Montana. A cobertura vegetal é secundária em estágio muito avançado de regeneração. A flora é caracterizada pela existência de muitas espécies exóticas, devido, sobretudo, ao plano de enriquecimento desenvolvido pelo Major Archer, que envolveu o transplante de espécies nativas das matas próximas e também a introdução de espécies exóticas com mudas provenientes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e também devido à ação de dispersores que atuam em ambientes urbanos, que acabam disseminando diásporas de plantas cultivadas nas cidades (IBAMA, 1994). Entre os diversos componentes da flora, destacam-se algumas espécies ameaçadas de extinção, como os jequitibás (*Cariniana legalis* e *C. estrellensis* - Lecythidaceae), a caviúna (*Dalbergia nigra* - Leguminosae), as canelas (*Ocotea* spp e *Cryptocarya* spp - Lauraceae), e os caiapiás (*Dorstenia* spp Moraceae).

Quanto a fauna, pode-se observar dentre os mamíferos: gatos-do-mato (*Felis yagouarandi*, *Felis wiedii* e *Felis tigrina*), cachorro-do-mato- (*Cerdocyon thous*), iraras (*Eira barbara*), preguiça (*Bradypus variegatus*), furão (*Galictis vittata*), mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), coelho-do-mato (*Sylvilagus brasiliensis*), macaco-prego (*Cebus apella*), mico-estrela (*Callithrix jacchus*) e cuícas

(*Marmosa cinerea* e *M. incana*), além de roedores, esquilo e várias espécies de morcegos dos gêneros *Artibeus*, *Desmodus*, *Sturnira* e *Phyllotomus*, entre outros

As aves são representadas por gaviões (*Leucopternis lacernulata* e *Spizaetus tyrannus*), e outras aves mais comuns (*Rupornis magnirostris*, *Buteogallus meridionalis*, *Falco sparveridus*), além de araponga (*Procnia nudicollis*), e outros.

A herpetofauna é composta por répteis, como a jararaca (*Bothrops jararaca*), o jararacuçu (*Bothrops jararacussu*), a jibóia (*Boa constrictor*), o teiú (*Tupinambis teguixim*), a ameiva (*Ameiva ameiva*), o calango (*Tropidurus torquatus*), além de pererecas (*Hyla* spp, *Phyllomedusa* spp e outras).

Os artrópodos perfazem o maior número de representantes, contando com aracnídeos, insetos e crustáceos dulcícolas e terrestres. Podem ser citados borboletas (*Morpho* spp, *Hamadryas* spp e outras), aranhas (*Staptocosa* sp, *Leucage* sp e *Nephila* sp) caranguejo-do rio (*Trichodactylus* sp) e pitú (*Macrobrachium* sp), entre muitas outras formas.

Além de seus atrativos naturais, o Parque Nacional da Tijuca é uma unidade de conservação peculiar no Brasil por ser urbano, histórico e artístico (IBAMA, 1994). Os visitantes do PNT são atraídos pelos mirantes, pelo clima ameno, pela Floresta da Tijuca e pelos diversos marcos naturais e culturais existentes. Entre os locais mais procurados, destacam-se a Floresta da Tijuca e o Corcovado que, anualmente, recebem mais de um milhão de visitantes. A Estátua do Cristo Redentor é considerada como símbolo da cidade e do país e é um dos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro e de arrecadação do Parque.

◆ *Características Institucionais e Operacionais*

O Parque Nacional da Tijuca está sob a tutela do IBAMA e atualmente é gerenciado por um comitê de gestão formado por um representante do IBAMA, um do Estado, um do Município, um do Ministério do Meio Ambiente e um da Sociedade Civil.

A administração do PNT fica na própria sede. O Parque conta atualmente com o seguinte quadro de pessoal: 2 engenheiros florestais, 1 jornalista; 2 agentes administrativos; 1 agente de portaria; 1 agente de atividades agropecuárias e 18 agentes de defesa florestal. Além destes, 1 biólogo, 1 arquiteto e 1 professor também trabalham no Parque mas não são do quadro de pessoal. O reduzido número de funcionários é considerado um dos problemas clássicos do PNT.

◆ *Situação Fundiária*

A área do Parque Nacional da Tijuca pertence à União e atualmente não se tem notícia de que haja alguma propriedade privada dentro dos seus limites. Contudo, a área do Parque ainda não foi demarcada e eventualmente são registradas algumas invasões temporárias.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

O plano de manejo do PNT foi elaborado em 1981 (IBDF, 1981). Em 1994, numa reavaliação deste plano de manejo (IBAMA, 1994) foi constatado que a maior parte das atividades não foram totalmente cumpridas, e que muitas delas, seja de manejo, de uso público ou de operação, nem começaram a ser implementadas. Este documento aponta a crônica falta de funcionários do PNT e a falta de recursos financeiros, como a principal razão para o não cumprimento do plano de manejo.

O zoneamento ambiental previsto no plano de manejo, que divide o Parque em seis zonas - zona primitiva, zona de uso extensivo, zona de uso intensivo, zona histórico-cultural, zona de recuperação, zona de uso especial - não tendo uma zona intangível devido à localização urbana do Parque.

◆ *Uso do Solo e Resumo dos Principais Problemas*

A área ocupada no Parque é muito reduzida, compondo-se:

- no conjunto Andaraí-Tijuca-Três Rios, por algumas edificações isoladas. Parte das edificações integra o seu acervo histórico, sendo uma delas utilizada pela administração do Parque e outras três como restaurantes. Outras constituem-se em residências de antigos funcionários municipais ou aposentados do extinto Serviço Florestal;
- no conjunto Corcovado-Sumaré-Gávea Pequena, pelos mirantes e equipamentos, onde se destaca o monumento do Cristo Redentor, inaugurado em 1931, com bares, lojas e restaurantes; pelo Hotel das Paineiras, com 42 apartamentos, atualmente desativado: pela estação da Estrada de Ferro Corcovado - ESFECO, concluída em 1885, e por geradores, antenas e transmissores de entidades públicas e privadas e edificações complementares;
- no conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea, por edificações de uso unifamiliar, estimadas em 10 unidades, e pela rampa utilizada pelo vôo livre.

Parte da floresta, trilhas, equipamentos, recantos e corpos d'água têm sofrido com as intempéries naturais, com os efeitos da poluição urbana e com a falta de cuidados por parte de permissionários e usuários. Verifica-se a disposição irregular de resíduos sólidos nos arredores das áreas de visitação, o uso indevido dos cursos d'água, a coleta de plantas ornamentais, a pichação de monumentos e a caça de animais. Os locais mais procurados para caça são a Floresta da Gávea Pequena, a Floresta Santa Inês e a Floresta das Paineiras.

O Plano de Manejo realizado através de convênio entre o antigo IBDF e a FBCN, editado em 1981, determina as condições de uso e ocupação do Parque.

Pela legislação relativa aos parques nacionais e segundo as normas do Plano de Manejo há várias ocupações e usos na Unidade que não se coadunam com os seus princípios, tais como o funcionamento de atividades comerciais e a existência de moradias, entre outros. No entanto, essa legislação está em fase de revisão e deverá permitir regularizar algumas dessas ocupações ou usos.

Por outro lado, o crescimento de algumas favelas constitui uma ameaça ao Parque. São elas a favela da Rocinha, situada nas Sub-bacias de São Conrado e da Lagoa Rodrigo de Freitas; a favela Morro Santa Marta, situada na Sub-bacia de Botafogo; as favelas Guararapes e Vila Imaculada Conceição, situadas na Sub-bacia do Rio Carioca; as favelas Coréia, Formiga, Borda do Mato (no Complexo do Andaraí), Nova Divinéia - (no Complexo do Andaraí) e Bairro Ouro Preto, situadas na Sub-bacia do Canal do Mangue.

◆ *Projetos*

A prefeitura do Rio de Janeiro vem pleiteando a co-gestão do Parque Nacional da Tijuca.

O IBAMA está negociando o arrendamento das áreas utilizadas para antenas de rádio e televisão, que atualmente encontram-se em situação totalmente irregular dentro do Parque e não pagam para utilizar esta área. O IBAMA está renegociando também as concessões de restaurantes e lojas existentes dentro do Parque e que atualmente pagam quantias irrisórias.

4.3.1.2 Parque Estadual da Pedra Branca

◆ *Superfície, localização e acessos*

O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) se localiza integralmente no município do Rio de Janeiro, sendo circundado pelos bairros de Campo Grande, Bangu, Jacarepaguá, Guaratiba, Recreio dos Bandeirantes e Realengo.

Compreende todas as áreas situadas acima da linha da cota de nível de cem metros do Maciço da Pedra Branca e seus contrafortes (art. 1º, da lei 2377, de 28/06/74), abrangendo uma área de 12.500 ha.

Os principais eixos viários que contornam e distribuem o fluxo no entorno do maciço da Pedra Branca são: nas vertentes Sul e Leste, a Estrada dos Bandeirantes a Jacarepaguá e a Estrada de Curicica, que liga o Recreio dos Bandeirantes a Jacarepaguá; na vertente à Nordeste, a Estrada dos Teixeiras, Estrada do Rio Grande e Estrada do Outeiro Santo; ao Norte a Estrada de Sant Cruz; a Noroeste a Estrada do Cabuçu; a Sudeste a Estrada da Barra de Guaratiba.

◆ *Histórico e objetivos*

A colonização do maciço da Pedra Branca e entorno data do início do século XVII, destacando-se engenhos de açúcar, plantações de banana e mandioca. No século XIX o café deu origem a várias fazendas na região como as de Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena, Engenho D'Água, do Engenho Novo (atual Colônia Juliano Moreira) e Independência, esta última moradia e campo experimental do Major Archer, reflorestador da Floresta da Tijuca.

No século XX as antigas fazendas foram sendo retalhadas em lotes rurais. A partir dos anos 70, foram sendo ocupadas pelo processo de expansão da cidade, naquela direção, que juntamente com as atividades de exploração de pedreira e o cultivo da banana, representam as maiores fontes de degradação dos remanescentes florestais da área.

As primeiras manifestações a favor da proteção do maciço da Pedra Branca tiveram início na década de 30, com os artigos de Magalhães Corrêa publicados no jornal "Correio da Manhã". Na mesma década, foram criadas pelo Governo Federal diversas Florestas Protetoras da União no maciço da Pedra Branca, a saber. Camorim, Rio Grande, Caboclo, Batalha, Guaratiba, Quininha, Engenho Novo de Guaratiba, Colônia, Piraquara e Curicica, todas com captação d'água para abastecimento. Essas captações são hoje marcos históricos da engenharia hidráulica fluminense, devido a antiguidade de muitas delas.

Assim, a partir das necessidades hídricas da cidade, iniciaram-se as providências legais dos órgãos públicos, tanto no nível federal, quanto nos âmbitos estadual e municipal em relação ao Maciço. Em 1963, o Decreto 1.634 de 7/04 do Governo do Estado da Guanabara estabeleceu um zoneamento do uso da terra, visando promover a conservação do maciço.

Em 1974, após uma longa fase de estudo, foi criado o Parque da Pedra Branca (PEPB), abrangendo às Florestas Protetoras existentes sob jurisdição federal. Em 1988, o Município do Rio de Janeiro cria a área de Proteção Ambiental (APA) da Pedra Branca com os mesmos limites do parque. Em 1990, a área compreendida entre os bairros de Camorim e Pau da Fome é transformada, também pelo Município, em Reserva Biológica, com limites imprecisos mas incluída na APA.

Os objetivos principais do Parque são a proteção da biodiversidade e de mananciais.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Criado pela Lei Estadual no. 2377, de 28/06/74, o Parque está sob a tutela da Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF/RJ. Segundo esta Lei, toda a área localizada acima da curva de nível de 100 m no maciço foi declarada de utilizada pública para fins de desapropriação (art. 3). No entanto, como o Parque não foi implantado, o dispositivo caducou.

Observa-se o uso “não conforme” dentro do Parque, principalmente ao longo das franjas do maciço, em função da cultura da banana e da atividade mineradora e mesmo pela presença de moradores, pequenos sítios e população de baixa renda, que ocupam parte da área do parque.

◆ *Características naturais e atrativos*

O Parque engloba os morros de Guaratiba, São João da Mantiqueira, Faxina, Piabas, Morgado, Toca Grande, Cubungi do Redondo, Sacarrão, Pau da Fome, Gago, Lameirão, Viegas, Santa Luzia, Cabuçu e Capitão Inácio; a Pedra da Rosilha e as serras do Nogueira, Barata, Engenho Velho e Bangu. As altitudes variam de 100 a 1.034 m, que é o ponto culminante do município do Rio de Janeiro.

Distinguem-se duas áreas bastante distintas. A primeira, constituída pela área envoltória onde se destaca a superfície plana da planície litorânea e da baixada fluminense, e a outra, o maciço propriamente dito, que se apresenta na forma de elevações que se destacam pelo seu posicionamento topográfico privilegiado.

O contraste topográfico existente entre as duas feições, faz com que os materiais intemperizados se depositem nos flancos do maciço, formando os cones de dejeção, que se caracterizam pela formação de depósitos de talus. Estes depósitos, pelo seu posicionamento, estão sujeitos a processos de escoamento ou escorregamento, gerando potenciais áreas de instabilidade.

O manto coluvionar que recobre as suas encostas, apresenta-se relativamente espesso e apresenta blocos soltos ou parcialmente sepultados no material mais fino que se distribuem erraticamente, entulhando vales ou formando depósitos de talus na base das vertentes. Pelos tipos litológicos ocorrentes no maciço e pelas ações intempéricas, o manto de intemperismo formado nas posições elevadas estão sujeitas à ação de processos de escoamento superficial, gerando, em consequência, áreas de instabilidade. Notam-se diversas cicatrizes decorrentes de movimentos de massa.

Os efeitos orogenéticos associados às ações climatológicas provocam a incidência de alto índice pluviométrico na área do Maciço da Pedra Branca.

O Parque Estadual da Pedra Branca está inserido nas bacias do Canal de Sernambetiba e dos rios Cabuçu, Portinho, São João do Meriti, Sarapuí e Arroio Fundo. Os principais cursos d'água são: Rio Camorim, Rios Grande e Engenho Novo, Rios Paineiras, Morto e Taxas, além dos Rios Piraquara e Pequeno. Estes rios pertencem as bacia de Jacarepaguá, da baía de Guanabara e da baía Sepetiba. Os cursos d'água, de modo geral apresentam uma situação bastante

problemática, em relação a qualidade da água. O desmatamento, resultante do processo de ocupação do maciço, trouxe como consequência o assoreamento de parte deles.

Boa parte desta rede hidrográfica contribui para o abastecimento de água da região circunvizinha, destacando-se as represas de Camorim, Pau da Fome, Taxas e Engenho Novo. Estas pequenas barragens, recebem tratamento (cloração), sendo operadas pela CEDAE para abastecimento dos bairros próximos. A presença destes mananciais é um dos fatores que garantem a preservação de extensas áreas do Parque

O Parque da Pedra Branca possui áreas de floresta em distintos estágios sucessionais, sendo que em alguns pontos ocorrem inúmeras espécies exóticas. Muitas espécies são peculiares à mata atlântica. Nas florestas mais densas registram-se jequitibás (*Cariniana* sp) ipê branco (*Sparasttospema vernecosem*), paineiras (*Chorisia speciosa*), vinhático (*Plathymenia filiosa*) e canelas (*Ocotea* sp e *Nectandra* sp). Estudos florísticos apontam dois endemismos: *Cryptocarya jacarepaguensis* (Lauraceae) e *Calathea camorimana* (Marantaceae). Dentre os animais, destacam-se pelo tamanho o tamanduá-mirim (*Mirmecophaga tetradactyla*), pacas (*Agouti paca*), inhambús (*C. tataupa*), iraras (*E. barbara*) e gatos-do-mato (*Felis* spp).

Algumas áreas estão intensamente devastadas e caracterizam-se como núcleos mais antigos de povoamento ou densamente povoados. É este o caso das encostas setentrionais e ocidentais que acham-se colonizados por capoeiras e vegetação herbácea; e que, no entanto sofrem sucessivas queimadas provocadas pelos numerosos lavradores, permitindo a invasão do capim-colonião (*P. maximum*) e do sapê (*Imperata brasiliensis*).

Entre os atrativos, conta com algumas trilhas interpretativas e cerca de 14 cachoeiras, além mirantes que proporcionam vistas panorâmicas.

◆ *Características institucionais e operacionais*

A sede do Parque localiza-se fora de seus limites, na estrada Francisco Piragibe 80, na Taquara. O parque conta com 1 administrador e 8 guardas florestais. A circulação dentro da área do Parque é feita apenas a pé, através de picadas.

◆ *Situação fundiária*

Avaliação feita pela CEPA-RJ em 1980 apontou 996 propriedades, das quais 41% eram titulares, 31% posseiros e 20% arrendatários.

Pode-se afirmar que no seu entorno existem problemas fundiários de todos os tipos, principalmente relativos à invasão. Observa-se também um grande número de moradores com títulos de propriedade de terra, uma vez que a criação do Parque se deu em 74, porém as desapropriações não aconteceram até hoje, nem por parte do Estado, muito menos pela União.

A UERJ, junto com a administração do Parque, vem fazendo um cadastro fundiário. Estimativas preliminares apontam que apenas cerca de 20 % das terras do Parque são públicas.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não dispõe de plano de manejo.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

O crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro vem se dando, nas últimas décadas, em direção às suas áreas mais periféricas, principalmente no que concerne às populações de menor

poder aquisitivo. A ocupação de áreas inapropriadas, aliada à falta de saneamento, acarreta, via de regra, precárias condições de habitabilidade e de infra-estrutura básica.

A expansão urbana é visível em todo o maciço, conseqüentemente o Parque sofre constantes invasões. O Maciço da Pedra Branca é o grande obstáculo a ser ultrapassado a partir de Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, locais onde a expansão urbana se faz de forma intensa. Como conseqüência, verifica-se uma ocupação das encostas, principalmente na vertente de Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande e Barra de Guaratiba, fruto da expansão das áreas urbanas destes bairros. Estas ocupações têm problemas associados a acúmulo de lixo, esgotos "in natura" nos rios mais próximos e desmatamentos, entre outros. A captação de água é feita normalmente por mangueiras plásticas que percorrem grandes trechos de mata.

Alguns moradores do Parque são sítiantes, que detêm lotes mínimos, quase sempre com alguma cultura, normalmente bananas. Grande parte das vertentes do maciço voltadas para o mar, são tomadas por manchas de bananais pertencentes a moradores ou até mesmo à pessoas estranhas à região.

Na vertente Norte a área limite já se encontra bastante ocupada, com arruamentos bem definidos (Santíssimo, Senador Camará, Padre Miguel e Magalhães Bastos). O mesmo processo ocorre a vertente Noroeste, na região de Campo Grande.

No extremo sul do Parque Estadual da Pedra Branca, no trecho em que se sobrepõem ao perímetro norte da APA de Grumari/Prainha, verifica-se extensas áreas ocupadas pela monocultura da banana, especialmente nos vales formados por aquela encosta. O mesmo se observa na face oposta do Morro da Bica no trecho em que o Parque é cortado pela Av. das Américas.

No trecho sul da Estrada dos Bandeirantes e na Estrada do Pontal, área de entorno do Parque, observa-se a ocupação urbana, predominantemente residencial. No sopé da vertente Leste do maciço há o uso institucional de saúde, com a presença da Colônia Juliano Moreira.

Observam-se, ainda, atividades de extração mineral (pedreiras e saibro), localizadas principalmente nas vertentes de Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande e Barra de Guaratiba. Explora-se jazidas de granito/gnaissicos, onde são produzidos insumos empregados na construção civil, tais como pedra britada, pedra de cantaria, pedra para pavimentos e saibro.

Algumas atividades minerais encontram-se parcialmente dentro dos limites do Parque, acima da cota 100, como é o caso das pedreiras IBRATA, na Estrada dos Bandeirantes e EMASA na Av. Santa Cruz em Bangu, e TAMOIO, em Jacarepaguá, bem como uma saibreira, a CGA, na Estrada do Contorno, em Jacarepaguá.

As saibreiras possuem um agravante, no sentido de recomposição da área, o que normalmente quando é executado, é de forma insuficiente ou tecnicamente inadequado, causando um grande deslocamento de material, assoreando áreas e desestabilizando encostas.

Os principais problemas do Parque são as queimadas e desmatamentos, as ocupações irregulares, a poluição hídrica e a ação de mineradoras e também, em menor intensidade, a caça, nas áreas vizinhas ao Parque, e a extração de madeira e de palmito (*Euterpe edulis*).

As queimadas têm como principal causa os balões, que durante o ano inteiro ameaçam as florestas, muitas vezes causando incêndios de médias proporções. O perigo mais crítico vai de maio a agosto, devido à proximidade das festas juninas. O último grande incêndio, ocorreu na dentro da Colônia Juliano Moreira, área denominada "kari-oca", local onde se alojaram os povos indígenas durante a "Rio 92" em Jacarepaguá. Na área, haviam algumas ocas e um plenário constituídos pelos índios, para as quais já existiam inúmeras propostas de utilização. As áreas menos afetadas pelo problema são as vertentes voltadas para Guaratiba e Grumari.

Moradores de grandes residências, ou mesmo sitiantes, são freqüentemente flagrados cometendo irregularidades tais como: represamento de rios, desmatamentos e queimadas.

4.3.1.3 Parque Ecológico Municipal Chico Mendes

◆ *Superfície, localização e acessos*

Situa-se no Pontal de Sernambetiba, entre a Avenida das Américas (km 17,5) e Avenida Sernambetiba, tendo a Oeste o Morro do Rangel e a Leste a Lagoa de Marapendi. Sua entrada se dá na Avenida Jarbas de Carvalho, no 679. A área total é de aproximadamente 40 ha.

Tem-se acesso ao Parque a partir dos principais eixos de circulação da região: a Avenida Sernambetiba, a Estrada do Pontal, e a Avenida das Américas.

◆ *Histórico e objetivos*

A região da Baixada de Jacarepaguá, na qual o Parque se encontra, teve os seus solos utilizados, durante o período de colonização, para agricultura. Após os ciclos de cana-de-açúcar e café, os quais removeram a primitiva cobertura vegetal em sua totalidade, a região ficou abandonada por mais de um século, permitindo a regeneração da flora e fauna locais.

Originalmente, se encontrava na área do atual Parque uma espécie rara da flora, a *Pavonia alnifolia*, da família Malvaceae, a goeta, que mobilizou, desde a década de 30, os naturalistas do Museu Nacional a reivindicarem a criação de uma reserva biológica no local.

A diversidade dos ecossistemas existentes na região dava suporte a uma fauna exuberante que, devido às dificuldades de acesso ao local, conseguiu subsistir até o final da década de 1950. A região se manteve à margem do processo de urbanização até aproximadamente 1959, quando, com o início das obras para saneamento, retificação de rios e drenagem de áreas alagadas com a abertura de diversos canais, torna-se atraente para a ocupação urbana. A alteração no sistema de drenagem natural ocasionou, no entanto, o assoreamento gradativo da lagoinha das Tachas.

As características ambientais, a fragilidade e a riqueza de seus ecossistemas motivaram a preocupação do Poder Público e da comunidade científica quanto à forma ideal de ocupação e, apesar de tentativas frustradas de proteção dos ecossistemas mais frágeis, uma parte do patrimônio ambiental ficou resguardada por medidas legais. A Lei 948, de 27/11/1959, declarou como Reserva Florestal *non aedificandi* as áreas em torno da Lagoinha e das Lagoas de Marapendi, Jacarepaguá, Camorim e Tijuca; e o Decreto 124 de 13/09/1960, do antigo Estado da Guanabara desapropriou as áreas *non aedificandi* designadas como "Parque" no P.A. 5.596.

Em 11/03/1971, porém, o P.A. 5.596 foi substituído com a aprovação do P.A. 8.997 pelo Decreto "E" 4.880. Esta substituição reduziu bastante a área da Reserva e a única parte que permaneceu como tal foi aquela designada bem público de uso especial, pertencente ao patrimônio do Município do Rio de Janeiro, pelo Decreto Estadual 213, de 04/07/1975.

A área da Reserva, que compreendia a Lagoinha, o Canal das Tachas, toda a margem das Lagoas de Marapendi, Jacarepaguá, Camorim e Tijuca, somada a 2,1 km de praia, foi reduzida à área do antigo Parque Zoobotânico de Marapendi, à área do atual Parque Ecológico Municipal Chico Mendes e, ainda, aos 2,1 km de praia.

Em 8 de maio de 1989, pelo Decreto Municipal nº 8.452, foi criado o Parque Ecológico Municipal Chico Mendes com o objetivo de preservar a Lagoinha e o Canal das Tachas e seu entorno, principalmente pela ocorrência de espécies raras e ameaçadas de extinção.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Criado pelo Decreto Municipal nº 8.452, de 08/05/1989, que institui a Reserva Biológica de Jacarepaguá, a sua área é delimitada pelos Decreto "E" nº 856, de 8/10/65, que institui o tombamento estadual das áreas da Reserva Biológica de Jacarepaguá, alterado pelo Decreto Estadual nº 2.364, de 01/02/1979 (PAL da Lagoinha).

Outras Normatizações:

Decreto Federal nº 14.334, de 16/03/1959; Lei Municipal nº 948, de 27/11/1959; Decreto no 124, de 13/09/1960; Decreto "E" nº 4.880, de 11/03/1971; Lei Complementar 16, de 04/06/1992 artigo 70, inciso II; Lei Orgânica do Município, artigo 463, inciso IX.

◆ *Características naturais e atrativos*

O Parque está incluído na vegetação típica de terras baixas, as formações pioneiras, apresentando predominantemente Mata de Restinga e parte da Mata Paludosa, que outrora recobriu toda a baixada pantanosa da região.

Embora já bastante degradada por desmatamentos, incêndios e ocupações, a cobertura vegetal do Parque é um dos últimos pontos da cidade onde se pode encontrar formações de alagados e de restingas em boas condições, além de muitas espécies em extinção. Entre essas destacam-se a quaresminha (*Marcetia taxifolia*, a *Rhynchanthera dicotoma*) e o pau-de tamanco (*Tabebuia cassinoides*), ameaçados de extinção no Município do Rio de Janeiro.

Entre as espécies nativas da região, tem-se o ingá-mimoso (*Inga fagifolia*), o poroco (*Rheedia brasiliensis*), a goeta (*Pavonia alnifolia*), ameaçada de extinção, *Norantea brasiliensis* (sem nome vulgar conhecido), o tucum (*Bactris setosa*), a ameaçada jarrinha (*Aristolochia macroura*), o também ameaçado sumaré-de-restinga (*Cyrtopodium paranaensis*), a orquídea (*Epidendrum ellipticum*), a bromélia (*Neoregelia cruenta*), o cambuí-preto (*Neomirantes obscura*), a cássia (*Senna apoconita*) e as pitangueiras (*Eugenia spp.*).

A fauna é rica, especialmente em aves paludícolas, existindo uma grande diversidade zoológica. Contudo, apesar da representatividade esta já não é tão diversificada como no passado. O isolamento de áreas naturais, como no caso do Parque Chico Mendes, dificulta o fluxo gênico, condenando muitas vezes várias populações à extinção por degeneração.

As caçadas são esporádicas, pois o Parque é cercado e bem vigiado. As maiores ameaças são as dragagens realizadas nos canais que servem à Lagoinha, que irão interferir no seu sistema hídrico, alterando o ecossistema local.

Do mesmo modo, a pequena área dificulta o sustento de populações maiores, o que provavelmente explica incursões e migrações frustradas de animais, como jacarés, para fora dos limites do Parque, devido ao aumento populacional.

No entanto, ainda são encontradas algumas espécies muito raras, como a borboleta-da-praia (*Parides ascanius*), o ameaçado jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) que faz seus ninhos nas margens e ilhas de vegetação da Lagoinha, a marreca-ananaí (*Amazonetta brasiliensis*), o caboclinho (*Sporophila bouvereuil*), e o tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*).

A fauna pode ser apreciada nas trilhas do Parque, principalmente ao longo da Trilha do Ancoradouro e da Trilha do Ninho do Jacaré.

O Parque pode ser visitado a pé, com entrada grátis. O usuário pode brincar no playground, fazer piquenique, observar os jacarés no viveiro, visitar a sala de exposições com espécies animais, apreciar a paisagem natural, pesquisar na biblioteca e assistir a vídeos ambientais. A Administração oferece visitas orientadas a grupos de escolas públicas e privadas, com roteiros que incluem, além do passeio pela área do Parque, brincadeiras, vídeos e palestras voltados para a educação ambiental.

◆ *Características institucionais e operacionais*

O Parque Ecológico Municipal Chico Mendes está sob a tutela da Fundação RIO ZÔO, sendo considerado a sede da subgerência do Jardim Zoológico.

Conta atualmente com 8 funcionários (3 vigilantes, 3 funcionários de campo, 1 encarregado e 1 administrador), sendo que apenas o administrador (biólogo) tem nível superior. Além disso, conta também com apoio da guarda municipal, que geralmente cede dois guardas para vigilância noturna e dois para vigilância diurna. (Informações de Alexandre Chagas, administrador do Parque).

◆ *Situação fundiária*

O Parque está situado em áreas de propriedade do Município. Existem, no entanto, trechos do Parque que se encontram em processo de litígio.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não dispõe de plano de manejo e não tem zoneamento ambiental. As diretrizes administrativas orientam para a preservação máxima do ambiente natural a fim de garantir a sobrevivência de espécies, sobretudo aquelas ameaçadas de extinção, como o *Cayman latirostris* e *Parides ascanius*.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

Além da sede da Administração do Parque, existem dentro dos seus limites as seguintes edificações: uma subsede da Polícia Militar para cavalaria montada, composta de várias baias; ocupação irregular desativada, que se encontra em ruínas; e a casa do vigia que faz a manutenção e vigilância do Parque, na área oposta à da sede da administração.

Em 1996, houve uma excessiva proliferação de aguapés no espelho d'água do Parque. A Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, encarregada da limpeza do Parque, com o recurso de balsas, procedeu à retirada de 1.600 toneladas de aguapé (entre novembro de 1996 e janeiro de 1997). No entanto, até agosto de 1997, apesar das melhorias obtidas, não foi possível solucionar inteiramente o problema.

Medidas mais recentes, efetuadas pela Fundação Parques e Jardins - FPJ, envolvendo a obrigatoriedade por parte de proprietários e empreendedores imobiliários de compensar as mudas retiradas em seus terrenos e empreendimentos com plantio em outras áreas beneficiaram o Parque. Desde agosto de 1996, foram plantadas pela FPJ, dentro do projeto de medidas

compensatórias, 5.700 mudas, correspondentes a 28 espécies, visando a recuperação ambiental da área.

◆ *Projetos*

Para 1998 estão previstas, pela Fundação RIO ZÔO, reformas na edificação da sede do Parque, um projeto de mirante de observação de aves e o cercamento definitivo do Parque (que já começou a ser realizado). Fazem parte da programação ainda, a implementação de um projeto de educação ambiental com as comunidades vizinhas, utilizando as instalações do Horto, e o incremento da sala de exposições com novas espécies animais.

4.3.1.4 Parque Arruda Câmara (Bosque da Barra)

◆ *Superfície, localização e acessos*

Com uma área de 50 ha, o Parque Arruda Câmara (Bosque da Barra) situa-se no quilômetro seis da Avenida das Américas, mais especificamente na confluência desse eixo com a Avenida Ayrton Senna. O Parque está inserido dentro dos limites da Baixada de Jacarepaguá, entre as Lagoas de Marapendi e de Jacarepaguá.

A localização privilegiada do Parque Arruda Câmara, entre as mais importantes vias de circulação que cortam a Barra da Tijuca, facilita o acesso ao mesmo. Os dois principais eixos viários que dão acesso direto ao Parque são as Avenidas das Américas e Ayrton Senna. Um acesso secundário ao Parque é aquele constituído pela Avenida Sernambetiba e sua continuação via Avenida Ayrton Senna.

◆ *Histórico e objetivos*

Conforme descrito anteriormente, a ocupação da baixada de Jacarepaguá, e mais especificamente a Barra da Tijuca, se manteve à margem do processo de urbanização até o final da década de 60.

A partir de 1970, o desenvolvimento de várias obras, entre elas a construção da Auto-Estrada Lagoa-Barra, propiciou a ocupação efetiva dos bairros de São Conrado e Barra da Tijuca, acirrando a disputa do setor imobiliário por terrenos nesta região.

A expansão urbana ocorrida no bairro da Barra da Tijuca nas décadas de 60 e 70 provocou grandes perdas ao ecossistema de restinga. A riqueza e fragilidade do meio ambiente local, ameaçado pela expansão urbana crescente, motivaram as ações do Governo e da comunidade quanto à forma ideal de ocupação da área.

Em vista disso, no final dos anos 60 foi elaborado o Plano-Piloto da Baixada de Jacarepaguá. Somente com o Decreto Municipal nº 3.046 em 1981, os preceitos do Plano Piloto foram transformados em legislação com definição de parâmetros para a área. O Decreto 3.046/81 determinou a área do Bosque da Barra como de preservação ambiental dos monumentos naturais tombados, visando principalmente proteger os remanescentes da vegetação de restinga, da fauna local e a paisagem natural da área. Nesse sentido, o projeto preservou quase 80% da vegetação natural da região, além de ter introduzido outras espécies não nativas. Em 1982 o Bosque da Barra foi efetivamente implantado. Em 1983, foi denominado oficialmente Parque Arruda Câmara.

Devido aos obstáculos existentes à revegetação de áreas de restinga, especialmente no tocante à carência de mudas apropriadas, a Fundação Parques e Jardins-FPJ, iniciou, em 1992, um

programa de produção de espécies vegetais para preencher tal lacuna - o Projeto Flora do Litoral. O projeto objetiva produzir mudas, com especial ênfase às ameaçadas de extinção, organizar um banco de sementes, resgatar a biodiversidade da planície de Jacarepaguá, reintroduzir espécies raras ou ameaçadas de extinção e incentivar a utilização dessas espécies em tratamentos paisagísticos e na arborização de regiões litorâneas, como estratégia para a sua preservação.

Em 1993, devido à necessidade de aumentar a produção de mudas desse projeto, entrou em funcionamento o Horto Municipal Carlos Toledo Rizzini, no Parque Arruda Câmara. O Horto, com capacidade de produção mensal de 25.000 mudas, foi legalmente criado em 1997.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Criado pelo Decreto Municipal nº 4.105, de 03/06/83. Ainda não tem delimitação oficial, e não está regulamentado.

Outras Normatizações: Decreto Municipal nº 3.046, de 27/04/81; Lei Orgânica do Município de 05/04/90, artigo 463; Lei Complementar nº 16, de 04/06/92; Plano Diretor, artigo 70; Decreto Municipal nº 15.727, de 06/05/97.

◆ *Características naturais e atrativos*

Apesar das alterações antrópicas, o Bosque da Barra ainda mantém suas características ecológicas naturais. A vegetação encontrada na área pertence às Formações Pioneiras de influência marinha (Mata de Restinga).

Embora esteja isolado e alterado, o ecossistema existente no Parque é bem similar àquele que, originalmente, encontrava-se em toda a Baixada de Jacarepaguá, formado por biótopos típicos como os brejos, várzeas turfosas alagadiças e planícies arenosas. As espécies botânicas encontradas são conspícuas das restingas cariocas.

A vegetação é caracterizada por um estrato arbóreo-arbustivo pouco diferenciado, com indivíduos jovens e ervas reptantes e altas. Nas espécies xerófitas é comum a presença de folhas coriáceas ou carnosas, espinhos e acúleos. Estas no período de maior estiagem - normalmente no inverno, apresentam a caducifolia (perda de folhas) para aumentar a economia de água, através da redução da evapotranspiração.

Muitas espécies encontradas no Parque são raras e ameaçadas de extinção. Pode-se citar: a quaresminha (*Marcetia taxifolia*), a *Croton migrans*, o murtilo (*Myrrhimum atropurpureum*), o cacto-coroa-de-frade (*Melocactus melocactoídes*), o bacopari (*Rheedia brasiliensis*), o araçá-da-praia (*Tocoyena bullata*), a jarrinha (*Aristolochia macroura*), e a orquídea sumaré-da-restinga (*Cyrtopodium paranaensis*).

A fauna encontrada no Bosque da Barra ainda é bem representativa, sendo uma boa amostra da riqueza zoológica que existia em toda a Baixada de Jacarepaguá. Tem-se como representantes da mastofauna o mico-estrela (*Callithrix jacchus*), o gato-do-mato (*Felis yagouarondi*), o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) e o furão (*Galictis vittata*), entre os visitantes locais; as cuícas (*Philander opossum* e *Marmosa incana*), o gambá (*Didelphis marsupialis*) e os ratos-do-mato (*Oryzomys nigripes*, *Akodon arviculoides* e *Nectomys sp.*), entre outros, formando o contingente residente da fauna.

As aves observadas são as garças-brancas (*Casmerodius albus* e *Egretta titula*), o biguá (*Phalacrocorax olivaceus*), as marrecas (*Dendrocygna viduata*, *Amazonetta brasiliensis* e *Anas bahamensis*), os gaviões (*Rupomis magnirostris* e *Buteogallus meridionalis*), a saracura-três-

potes (*Aramides cajanea*), o jacanã (*Jacana jacana*), a rolinha (*Columbina minuta*), o tiziu (*Volatinia jacarina*), a lavadeira-mascarada (*Fluvicola nengeta*) e o garibaldi (*Agelaius ruficapillus*).

Entre os répteis que ainda ocorrem na área do Parque, tem-se o jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) - sem confirmação recente, o calango-de-cauda-verde (*Cnemidophorus ocellifer*), além de serpentes como a parelheira (*Philodryas patagoniensis*) e a jibóia (*Boa constrictor*).

Dos artrópodos, o destaque fica por conta das borboletas, merecendo destaque a borboleta-da-praia (*Parides ascanius*), quase extinta de seu habitat natural - as restingas brejosas.

Os dois quilômetros de alamedas e a pista de *cooper* servem às caminhadas, e aos passeios de bicicleta, sendo estas as atividades mais praticadas pelos freqüentadores do Parque. Eventualmente, o teatro de arena é utilizado para encenação de peças teatrais.

◆ *Características institucionais e operacionais*

Está sob a tutela da Fundação Parques e Jardins e tem um administrador no local.

◆ *Situação fundiária*

O terreno pertencente ao Parque Arruda Câmara é reconhecido como logradouro público.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não dispõe de plano de manejo nem de zoneamento ambiental.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

O uso da área pertencente ao Parque Arruda Câmara destina-se, prioritariamente, às atividades de lazer e recreação. Por esta razão, observa-se a presença no interior do Parque de apenas dois prédios, um deles utilizado para o desenvolvimento das atividades administrativas ligadas ao Parque e o outro pertencente ao setor de pesquisa e produção de mudas do Horto Carlos Toledo Rizzini.

Como refúgio da fauna e flora nativas, o restante da área do Parque é ocupado por manchas de restinga e alamedas arborizadas, além de alguns trechos de gramados para atividades de recreação e esporte.

A única atividade econômica existente no Parque é a comercialização de mudas de restinga produzidas localmente. A renda gerada pela atividade é revertida para a Fundação Parques e Jardins-FPJ.

4.3.1.5 APA do Parque Municipal Ecológico de Marapendi

◆ *Superfície, localização e acessos*

Com uma área aproximada de 971,83 ha, a Apa do Parque Municipal Ecológico de Marapendi compreende a Lagoa de Marapendi (situada nos Bairros do Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca) e seus entornos, abrangendo a faixa litorânea desde o final da Avenida Pedro Moura, no Recreio dos Bandeirantes, até quase o ponto de encontro das Avenidas Sernambetiba e Ayrton Senna. A partir daí, abrange apenas o espelho d'água da Lagoa, o Canal de Marapendi e suas margens.

Tem-se acesso à APA a partir dos principais eixos viários da região. Ao Norte, pela Avenida das Américas, e ao Sul, pela Avenida Ayrton Senna ou pela Avenida Pedro Moura. Um acesso alternativo é possível para aqueles procedentes das Zonas Norte e Oeste ou da área suburbana, a partir da Estrada dos Bandeirantes, pela Avenida Salvador Allende.

◆ *Histórico e objetivos*

A Lagoa de Marapendi, compreendida entre dois cordões de restinga, foi formada há cerca de 3.000 anos. O nome Marapendi, de origem indígena, significa "mar limpo". As águas da Lagoa sempre foram doces até a abertura do Canal de Marapendi para o mar, executada na primeira metade deste século. A salinização da água alterou algumas de suas características ambientais. Ainda assim, permaneceram as condições que a qualificam como um dos mais significativos ecossistemas lagunares do Município.

A Reserva Biológica de Jacarepaguá (da qual uma parte, que já foi também chamada de Parque Zoobotânico de Marapendi, é hoje compreendida pela Área de Proteção Ambiental do Parque Municipal Ecológico de Marapendi), abrangia a Lagoinha, o Canal das Tachas, as orlas das lagoas de Marapendi, Jacarepaguá e Tijuca, abrigando predominantemente espécies típicas de fauna e flora de restinga.

Este conjunto de recursos naturais desde muito despertou a atenção do Poder Público, no sentido de proteger a sua riqueza faunística e florística. Na década de 1960, a Baixada de Jacarepaguá era apontada como a última região do então Estado da Guanabara cuja paisagem ainda guardava aspectos primitivos. Antes mesmo, já na década de 1930, o historiador Magalhães Correia sugeriu a criação da Reserva Biológica de Jacarepaguá. Em 1958, foi criada uma Comissão para a efetivação da medida. No ano seguinte, instalou-se a Comissão Permanente da Reserva Biológica de Jacarepaguá, e, no mesmo ano, foi criada a Reserva Biológica de Jacarepaguá, que passou a englobar também, meses depois, a então criada Reserva Integral de Praia (com uma extensão de 2km). Em 1960, as áreas destinadas à futura Reserva foram decretadas de utilidade pública e efetuaram-se estudos para localização de um Parque Zoobotânico.

Em 1965, ratificando a preocupação preservacionista com a área, o Governo Estadual tombou a Reserva Biológica de Jacarepaguá.

Na década de 1970, e mais pronunciadamente na década de 1980, ocorreu um violento processo de ocupação urbana da Barra da Tijuca e de toda a Baixada de Jacarepaguá. Este processo aumentou a pressão antrópica sobre os fragilizados ecossistemas da área, quando não ameaçando-os de total destruição, degradando-os aceleradamente. A falta de sistemas de saneamento básico adequados afetava cada vez mais o equilíbrio das Lagoas. Isto veio a demandar novas ações do Poder Público, no sentido de preservar o quadro natural da área. Já em 1977 a Superintendência de Desenvolvimento da Barra - SUDEBAR, em associação com a Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE, passou a exigir a construção e manutenção de

estações de tratamento de esgotos, com capacidade de remoção de 90% de sólidos e coliformes, nos empreendimentos com mais de 40 unidades. Esta medida, porém, não era suficiente para fazer resistir a natureza local frente às crescentes pressões da dinâmica imobiliária. Nesta época foram construídos vários condomínios nas franjas de onde posteriormente se situaria a APA, com clubes e piers às margens da Lagoa.

Antes mesmo, em 1971, a substituição do P.A. 5.596 com a aprovação do P.A. 8.997, em muito prejudicou a Reserva, pois o P.A. 5.596 servia de base para leis e decretos preservacionistas na área.

No ano de 1989, o Decreto no 8.540 de 03 de julho instituiu, sob a administração da Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIO ZÔO, o Parque Zoobotânico de Marapendi, na extremidade Oeste da Lagoa de Marapendi. Mais tarde, sua administração foi transferida à Fundação Parques e Jardins.

A Lei Orgânica Municipal, em 1990, declarou algumas áreas do Município como Áreas de Preservação Permanente (APP), entre elas encontram-se a Lagoa de Marapendi e seus entornos além do Parque Zoobotânico de Marapendi.

No dia 15 de agosto de 1991, o Decreto nº 10.368 criou a APA do Parque Zoobotânico de Marapendi, compreendendo as Áreas de Preservação Permanente (APP) da Lagoa de Marapendi e seus entornos, e a Área de Preservação Permanente do Parque Zoobotânico de Marapendi, na Barra da Tijuca. A criação da APA, uma vitória da luta que vinha sendo travada há anos pela Associação de Moradores e Amigos da Barra da Tijuca - AMA-BARRA, veio também a unificar áreas que antes eram protegidas por legislações fragmentadas: as restingas eram protegidas por resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, as dunas eram protegidas por legislação federal, estadual e municipal, e o espelho d'água da Lagoa de Marapendi (que cobre cerca de 3.500m²) e o Parque Zoobotânico eram áreas de preservação permanente (APP). A APA do Parque é regulamentada pelo Decreto nº 11.990, de 24 de março de 1993, que instituiu seu zoneamento ambiental, definindo quais usos seriam permitidos ou proibidos na área. Este zoneamento sofre pequenas alterações no Decreto nº 14.096, de 08 de agosto de 1995.

Pouco mais de um mês depois, em 18 de setembro de 1995, foi criado o Parque Municipal Ecológico de Marapendi, pelo Decreto nº 14.203, compreendendo a área do Parque Zoobotânico de Marapendi e outras áreas.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Foi criada e delimitada pelo Decreto Municipal nº 10.368, de 15/08/1991 e é regulamentada pelo Decreto Municipal nº 11.990, de 24/03/93.

Outras Normatizações: Decreto Federal nº 14.334, de 16/03/1959; Decreto Federal nº 14.449, de 26/06/1959; Lei Municipal nº 948, de 27/11/1959; Decreto nº 124, de 13/09/1960, do antigo Estado da Guanabara; Decreto Estadual nº 232, de 22/06/1964, Decreto "E" nº 856, de 08/10/1965; Decreto "E" nº 4.880, de 11/03/1971; Lei Municipal nº 61, de 03/07/1978; Decreto Municipal nº 3.046, de 27/04/1981; Decreto Municipal nº 8.540, de 03/07/1989; Lei complementar 16 de 04/06/1992, que ratifica as UCAs existentes anteriores ao plano Diretor, Decreto Municipal nº 14.098, de 08/08/1995; Decreto Municipal nº 14.203, de 18/09/1995; Decreto Municipal nº 14.303, de 26/10/95.

O Decreto Municipal nº 11.990/93 excluiu da APA parte do lote 27 do PAL 31, entretanto parecer da Procuradoria Geral do Município considerou o ato inconstitucional (processo 14/000.494/97).

◆ *Características naturais e atrativos*

A APA de Marapendi compreende ecossistemas de manguezal e restinga e a vegetação aí encontrada enquadra-se nas Formações Pioneiras de Terras Baixas, de influência fluvio-marinha (manguezal e restinga).

O duplo cordão arenoso, anteriormente existente na APA, não é mais notado, devido à construção da Avenida Sernambetiba, assim como a antiga característica da Lagoa: a água doce. Outrora, a Lagoa de Marapendi, era servida pelos lençóis freáticos, pelos brejos da antiga Restinga de Itapeba e pelo escoamento da Lagoinha, através do Canal das Tachas. Mas a abertura do Canal de Sernambetiba mudou por completo esse ecossistema, com alteração da salinidade das águas. Por conta das alterações no nível de salinidade, com a entrada da água do mar, foram criadas condições favoráveis para a formação de manguezais.

Além das espécies comuns de mangue e restinga, a flora desta APA destaca-se pela presença de algumas espécies ameaçadas de extinção, como a clúsia (*Clusia lanceolata*), a araçarana (*Tocoyena bulata*), as pitangueiras (*Eugenia sulcara*, *E. rotundifolia*, *E. ovalifolia*), o rabo-de-arara (*Norantea brasiliensis*), a jarrinha (*Aristolochia macroura*), o raríssimo mangue-da-praia (*Scaevola plumieri*).

A fauna da APA teve seus maiores exemplares extintos, como o porco-do-mato (*Tayassu tajacu*), em consequência dos desmatamentos para construção de condomínios e arruamentos. Mas muitas espécies conspícuas de manguezais e restingas ainda podem ser observadas na sua área.

Contudo, destaca-se aí a presença da lagartixa-da-praia (*Liolaemus lutzae*), o lagarto-de-cauda-verde (*Cnemidophorus ocellifer*) e o jacaré-do-papo-amarelo (*Caíman latirostris*) e a raríssima borboleta-da-praia (*Parides ascanius*) - e a riqueza da avifauna. Com efeito, a APA é ponto de repouso para muitas espécies migratórias, como a batuíra (*Charadrius semipalmatus*), o maçarico (*Tringa flavipes*) e o trinta-réis (*Sterna hirundínacea*). Mas são o biguá (*Phalacrocorax olivaceus*), a garça (*Casmerodius albus* e *Egretta titula*), os bandos de irerês (*Dendrocygna viduata*) e da ananaí (*Amazonetta brasiliensis*) que mais caracterizam a avifauna local. Na APA existem muitas aves paludícolas como a saracura (*Aramides saracura*), o socó (*Butorides stríatus*), além de outras como o tiziu (*Volatina jacarina*), o bacurau (*Nyctidromus albicollis*) e a polícia-inglesa (*Stumella militaris*).

Além de apreciar as belezas das paisagens naturais e das espécies vegetais e animais da APA, o usuário pode fazer caminhadas, piqueniques e brincar no playground, na área da sede da administração do Parque.

◆ *Características institucionais e operacionais*

A APA de Marapendi está sob a tutela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC.

◆ *Situação fundiária*

Grande parte da área compreendida pela APA se constitui de propriedades particulares, somadas a áreas institucionais do Município (Parque Ecológico de Marapendi), os logradouros públicos e áreas com dupla titularidade.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não dispõe de plano de manejo. O zoneamento ambiental é dado pelo Decreto Municipal nº 11.990 de 24/03/93.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

O Zoneamento Ambiental prevê o uso e ocupação do solo na área da APA apenas nas porções compreendidas pelas Zonas de Ocupação Controlada - ZOCS. Quando da definição da abrangência destas zonas, estabeleceu-se que compreendiam as propriedades privadas existentes na área da APA, com a preocupação de tornar conformes as ocupações já existentes. Desta forma, os clubes anteriores à regulamentação da APA, por exemplo, são considerados dentro da ZOC-2.

Os clubes e piers dos condomínios de prédios são as únicas edificações regulares da APA, além das sedes da administração do Parque e da Guarda Municipal. Encontra-se licenciado em fase de implantação, o parcelamento dos lotes 1 e 2 que compõem o PAL 30.073. Com sua aprovação foi modificado o traçado projetado para a Via 2 do PA 8.997, Av. Dulcídio Cardoso, propiciando a doação ao Município de uma área de aproximadamente 120 mil m² onde encontra-se remanescente de mata de restinga de porte arbóreo. As obras de implantação do empreendimento tiveram seu início no primeiro semestre de 1997 na área correspondente ao lote 2.

Os serviços de transporte aquaviário na Lagoa, os trailers que vendem bebidas e refeições ligeiras na beira da praia, na Avenida Sernambetiba, bem como, um bar e um restaurante situados na mesma Avenida encontram-se em situação irregular.

Na definição do zoneamento ambiental houve uma preocupação em considerar como ZOC-2 todas as áreas privadas onde o Decreto 3.046 previa o uso de clubes e outras edificações e instalações com uso semelhante (nas ZOC-2 situam-se os lotes privados, sendo as áreas públicas consideradas ZCVS ou ZPVS). No entanto, algumas construções mais recentes, tais como o pier do Condomínio Novo Leblon e o Clube dos Bombeiros não estão englobados pelas ZOC-2 definidas - não tendo sido licenciados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgão competente para tal. Verifica-se também a existência de construções residenciais de bom padrão localizadas em ilhas da Lagoa. Além do uso residencial unifamiliar não ser permitido no Parque, que abrange as ilhas, estas edificações encontram-se em áreas que, segundo consta, pertencem à Municipalidade.

Há, na Avenida Sernambetiba, várias ocupações irregulares, que vão desde os trailers que vendem refeições ligeiras e bebidas, até um bar, dois restaurantes, habitações sem infra-estrutura (água, luz e esgoto) e várias pequenas edificações da incorporadora imobiliária ESTA S.A., para vigilância dos terrenos pertencentes a tal empresa.

4.3.1.6 Parque Municipal Ecológico de Marapendi

◆ *Superfície, localização e acessos*

Com uma superfície de 152,09 ha, o Parque Municipal Ecológico de Marapendi estende-se pela faixa litorânea da Barra da Tijuca, entre a Avenida Sernambetiba e a Avenida das Américas, desde o alinhamento da Avenida General Felicíssimo Cardoso até a Avenida Pedro Moura. Constitui as áreas marginais à Lagoa de Marapendi. A entrada do Parque situa-se na Avenida Baltazar da Silveira, nº 635, no Recreio dos Bandeirantes.

A partir dos principais eixos viários da região, tem-se acesso ao Parque vindo de todas as partes da cidade. Ao Norte, pela Avenida das Américas, e ao Sul, seguindo-se pela Avenida Ayrton Senna ou pela Avenida Pedro Moura, que se ligam à Avenida Sernambetiba. A Avenida Salvador Allende representa um acesso alternativo para aqueles procedentes da Zonas Norte e Oeste.

◆ *Histórico e objetivos*

A história do Parque Municipal Ecológico de Marapendi coincide quase que inteiramente com a da APA do Parque Municipal Ecológico de Marapendi, no interior da qual está situado, e, portanto, o seu histórico já descrito anteriormente.

Em 3 de julho de 1978, a Lei Municipal nº 61 transforma a antiga Reserva Biológica de Jacarepaguá em Parque Zoobotânico, sendo esta data considerada como o marco da criação do Parque.

No ano de 1989, o Decreto nº 8.540, de 03 de julho, instituiu, sob a administração da Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIO ZÔO, o Parque Zoobotânico de Marapendi, na extremidade Oeste da Lagoa de Marapendi, abrangendo uma área de cerca de 25 ha.

Poucos anos mais tarde, em 18 de setembro de 1995, foi criado o Parque Municipal Ecológico de Marapendi, pelo Decreto nº 14.203, ampliando a área do Parque Zoobotânico de Marapendi com adesão de todas as áreas públicas da orla da Lagoa de Marapendi.

O novo Parque tem como objetivos preservar, proteger e recuperar os ecossistemas existentes no local, promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental e pesquisa científica e garantir espaços verdes e livres para a promoção do lazer em área urbana. Neste sentido, estudos e projetos vêm sendo desenvolvidos para dotar o Parque dos equipamentos necessários.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Em 18/09/1995 o Decreto Municipal nº 14.203, em seu Art. 1º transforma o Parque Zoobotânico de Marapendi em Parque Municipal Ecológico de Marapendi e acresceu à sua superfície atual o conjunto formado pelas áreas doadas ao Município, num total de 1.203.712,60m². Contudo, o Parque ainda não está regulamentado.

Outras Normatizações - As mesmas relacionadas a APA.

◆ *Características naturais e atrativos*

A cobertura vegetal do Parque, é a mesma da APA de Marapendi, situando-se na categoria Formações Pioneiras de Terras Baixas (manguezal e restinga). Na área arenosa, próxima à cerca da Avenida Sernambetiba, a vegetação é composta por espécies halófitas, psamófitas e subarbustivas.

Na restinga arenosa e nas poucas dunas que restam, a vegetação varia de arbustiva a arbórea, ocorrendo espécies conspícuas de restingas e raras como o mirtilo (*Myrrhimum atropurpureum*); o sumaré-da-restinga (*Cyrtopodium paranaensis*), as figueiras (*Ficus spp*) e o murici (*Byrsonimia sericea*). No manguezal, no entorno da Lagoa, se desenvolvem diversas espécies características deste ecossistema e algumas espécies de áreas transitórias.

A fauna, assim como a flora, é a mesma registrada para a APA de Marapendi. As espécies encontradas são típicas de manguezais e restinga, com as maiores populações concentradas nos grupos Molusca, Crustacea e Aves.

Além de apreciar as belezas das paisagens naturais e das espécies vegetais e animais da APA, o usuário pode fazer caminhadas, piqueniques e brincar no playground, na área da sede da administração do Parque.

◆ *Características institucionais e operacionais*

O Parque Municipal Ecológico de Marapendi está sob a tutela da Fundação Parques e Jardins.

◆ *Situação fundiária*

O Parque é formado por áreas públicas.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não dispõe de plano de manejo, porém apresenta um zoneamento ambiental definido pela regulamentação da APA de Marapendi.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

As edificações existentes no Parque são somente as da sede da administração e da Guarda Municipal e o laboratório de pesquisa (desativado), na extremidade Oeste do Parque.

Como o Parque Municipal Ecológico de Marapendi situa-se no interior da APA de Marapendi, os problemas verificados para a cobertura vegetal e a fauna do Parque são os mesmos da APA: redução dos habitats, poluição e caça.

◆ *Projetos*

O projeto de implantação do Parque de Marapendi é uma das atividades analisadas pelo presente EIA, tendo sido descrito no item Descrição do Empreendimento.

4.3.1.7 Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia

◆ *Superfície, localização e acessos*

Situa-se na planície de Jacarepaguá, a oeste do Maciço da Tijuca e a Nordeste do Bairro da Barra da Tijuca, com o qual tem fácil ligação. Tem uma área de aproximadamente 366ha (área do polígono projetado da delimitação da UCA).

É fácil o acesso pela Barra da Tijuca, através da Avenida Ayrton Senna. Os demais acessos à Unidade são por vias de penetração à Jacarepaguá que passam aproximadamente pelos eixos de antigas estradas de ligação à região. A zona norte tem acesso através da Estrada dos Três Rios, seguindo pela Avenida Geremário Dantas, alcançando a Praça Professor Camisão (o Largo da Freguesia). Pela zona Suburbana, a APA é ligada através da Rua Cândido Benício, seguindo-se pela Avenida Geremário Dantas. A Estrada de Jacarepaguá faz ligação pelo Bairro do Itanhangá.

◆ *Histórico e objetivos*

A história do lugar remonta ao início da formação urbana do Rio de Janeiro. Em 1594, as terras da Baixada de Jacarepaguá foram divididas, na altura do Arroio Pavuna pelo governador da então recém-fundada cidade, Salvador Correia de Sá, sendo doadas aos seus filhos, Gonçalo de Sá e Martim de Sá.

O ciclo do açúcar marcou a ocupação da planície de Jacarepaguá durante o século XVII e a concentração de pessoas, decorrente das atividades açucareiras, resultou na criação, em 1661, da freguesia de Nossa Senhora do Loreto e, em sua homenagem, ergueu-se a igreja matriz da região. Apesar de reconstruída, a Igreja Nossa Senhora do Loreto permanece no mesmo local, no topo de uma elevação a partir da qual se sobe para o outeiro em que está a Igreja Nossa Senhora da Pena, outra edificação, que apesar de reconstruída, reporta-se ao século XVII. Também em decorrência da atividade açucareira, consolidaram-se algumas das vias de penetração à área, que correspondem na área da APA, aproximadamente aos traçados da Estrada de Jacarepaguá (antiga Estrada Velha de Jacarepaguá) e da Avenida Geremário Dantas (antiga Estrada da Freguesia). Até o início deste século, o Rio Sangrador, que corta a região e tinha o seu curso navegável, foi também um meio importante de escoamento da produção.

No fim do século XVIII e início do século XIX, o declínio do plantio da cana-de-açúcar provocou a subdivisão das fazendas em propriedades menores nas quais conjugava-se a plantação de hortaliças, mandioca e frutas à criação de gado e plantação de anil. Esta produção diversificada voltava-se para o abastecimento da cidade através dos mercados de Cascadura e, posteriormente, Madureira.

Em meados do século XIX, ocorreu um maior desenvolvimento da área com a implantação de uma linha de bondes, que dava acesso à Cascadura. Com o fim da escravatura há, no entanto, um colapso das fazendas e a tendência, desde os anos 80 do século passado, passou a ser a implantação de chácaras para residência de lazer ou permanente na região, que só cresceriam com o tempo.

Constata-se que a partir de 1940, diversos loteamentos haviam modificado a fisionomia rural da área pela sua procura cada vez maior como local aprazível para moradia, com pomar e jardins. Durante os anos 60, outras mudanças ocorreriam na região de Jacarepaguá, com a implantação de conjuntos habitacionais e indústrias. Após os anos 70, devido ao enorme crescimento da Barra da Tijuca, modificou-se a relação da área com a cidade, que tradicionalmente se dava principalmente através da zona Suburbana. Este aspecto veio associado a um grande impacto na região, com o crescimento do parcelamento de terras e das edificações. Representou igualmente um aumento da favelização de encostas e de terrenos alagados na área.

Motivados pela preocupação de preservar os seus bens culturais e as suas reservas naturais, principalmente o Bosque da Freguesia, movimentos comunitários e ambientalistas, representados pela Associação de Moradores e Amigos da Freguesia AMAF e pelo Grupo de Defesa Ecológica - GRUDE, sensibilizaram o Poder Público Municipal para criar medidas que impedissem modificar a condição do local de remanescente das antigas chácaras. Em 1989, efetuou-se o tombamento municipal do Bosque da Freguesia (LM 1.512/89) e, em 1992, foi criada a APA do Bairro da Freguesia, por Decreto Municipal (DM 11.830/92).

Em 1990, os moradores da Freguesia mobilizaram-se, mais uma vez, para impedir a construção de dois prédios de vários pavimentos nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Pena. A partir deste movimento, foi feito um estudo no entorno dos bens tombados, pelo então Instituto Brasileiro de Proteção ao Patrimônio Cultural - IBPC, que resultou na publicação da Portaria nº 3190, que fixa a altura das edificações no entorno dos bens tombados, preservando a sua visibilidade.

Ainda em 1990, a Fundação Parques e Jardins realizou um reflorestamento, em área de cerca de 32 hectares, no Morro da Pena, no penhasco em cujo topo situa-se a Igreja Nossa Senhora da Pena. Várias manutenções foram feitas, sendo a última em junho de 1993. Esse reflorestamento faz parte do Projeto Corredor Verde, que prevê plantio no Bosque da Freguesia e arborização de ruas na APA. A intenção, pioneira no país, é de atrair fauna para área urbana.

No período da administração do Prefeito César Maia, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente elaborou diagnóstico ambiental para a área, visando a regulamentação da APA.

◆ *Situação jurídico-institucional*

A APA do Bairro da Freguesia foi criada e delimitada pelo Decreto Municipal nº 11.830 de 11/12/92. Ainda não foi regulamentada.

Devido a este fato, ainda estão em vigor os seguintes decretos municipais:

- DM 2.418 de 5/12/79, que estabelece condições de zoneamento, parcelamento da terra e edificações, para a parte Norte da APA;
- DM 3.046 de 27/04/81, que normatiza a Zona Especial 5, criada a partir do Plano Lúcio Costa de Urbanização da Baixada de Jacarepaguá, para a parte Sul da APA.

Outras Normatizações: Processo nº 038-T-38, inscrição nº 97. fl. 18 do Livro Histórico, inscrição nº 204. fl. 35 do Livro de Belas Artes, em 6/08/38; Processo nº 085-T-38, inscrição nº 95, fl. 17 do Livro Histórico, inscrição nº 198. fl. 34 do Livro de Belas Artes, em 30/07/38; Lei Municipal nº 1.512 de 20/12/89, inscrição no livro de tomo do Departamento Geral de Patrimônio Cultural - DGPC, nº 75, fls. 31 verso e 32, em 15/05/94; Lei Orgânica do Município de 05/04/90, artigo 463, IX. E, Iº; Portaria nº 3190 do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura; Lei Complementar nº 16 de 04/06/92 - Plano Diretor, artigo 70, inciso IX; Decreto Municipal nº 12.962 de 08/06/94, que estabelece a delimitação do Bosque.

◆ *Características naturais e atrativos*

Outrora, a vegetação que recobria a região era a Floresta Ombrófila Densa de Baixada e as Formações Pioneiras (matas de alagados), que atualmente não mais existem. O Bosque da Freguesia é a maior concentração de cobertura vegetal da APA, estando formado basicamente por espécies introduzidas na região, para a fruticultura (ver Bosque da Freguesia no item a seguir).

Na APA do Bairro da Freguesia, predominam os terrenos com moradias unifamiliares. que apresentam espécies arbóreas ou arbustivas normalmente plantadas em quintais, ou nas calçadas. Muitas são frutíferas ou ornamentais, seja pelas floradas ou pelo porte e pela folhagem. Nos terrenos baldios e naqueles menos tratados, desenvolvem-se espécies ruderais, especialmente Gramíneas, como o capim-colonião (*Panicum maximum*).

A fauna da APA da Freguesia é tipicamente urbana, encontrada em áreas desocupadas ou em praças, jardins, e quintais (ver UCA Bosque da Freguesia). Contudo, observa-se o predomínio das aves, como os bandos de bico-de-lacre (*Estrilda astrild*), procurando por sementes do capim-colonião, ou do sanhaço (*Thraupis sayaca*), em busca dos frutos de diversas árvores. Nos quintais, observam-se a rolinha (*Columbina talpacoti*), o tiziu (*Volatinajacarina*) e o gavião-carijó (*Ropornis magnirostris*).

◆ *Características institucionais e operacionais*

A APA do Bairro da Freguesia está sob a tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC.

◆ *Situação fundiária*

A maioria dos lotes da APA são de propriedade privada. Além dos logradouros públicos e do parque público (Bosque da Freguesia) no lote 03 do PAL 42.972, de propriedade municipal, encontram-se os próprios municipais, estaduais e federais.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não foi regulamentada, não dispondo então de zoneamento ambiental.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

A APA apresenta características bem distintas do seu entorno. Predomina o uso residencial unifamiliar, embora exista também um número significativo de conjuntos habitacionais com diversos tipos de edificação e prédios com gabaritos que variam de um a cinco pavimentos. Algumas vilas são também encontradas na área. Existem, ainda, uma dezena de prédios que não se enquadram nessa tipologia, localizados na Estrada do Gabinal e Rua Com. Rubens Silva, que possuem de cinco a 12 pavimentos.

Alguns trechos da Avenida Geremário Dantas e Estrada do Gabinal, além da Praça Professor Camisão (o Largo da Freguesia), possuem atividades de comércio e serviços expressivas, não especializadas, tratando-se de supermercados, bares, escolas e comércio de Bairro. Apenas no Largo da Freguesia observa-se uma presença maior de restaurantes e bares. A Unidade apresenta o mais expressivo comércio da região de Jacarepaguá, representado por dois shoppings, um na Estrada do Gabinal e outro entre a Estrada de Jacarepaguá e a Estrada dos Três Rios.

Apesar da área ser predominantemente residencial, apresenta atividades de comércio, de serviços e industrial. De acordo com dados da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA (dados de 1991), existem 34 indústrias com tipologia considerada poluidora dentro dos limites da APA, sendo que a maioria delas possui sistemas de controle de poluição implantados. A concentração de indústrias ocorre no bairro de Gardênia Azul, devido ao próprio zoneamento municipal. Algumas das indústrias, como o Frigorífico Rica, na Estrada do Caribu, são consideradas pela Coordenação de Controle Ambiental da SMAC como prejudiciais ao meio ambiente, em função da poluição que provocam. Por este motivo, este setor tem tomado medidas para tentar controlar esses estabelecimentos.

Existem inúmeras ocupações irregulares às margens do Rio Banca da Velha, que percorre praticamente toda a área. Dentro da APA existem quatro favelas, totalizando população de 631 pessoas. São elas: Favela Quintanilha, Favela Rua São Jorge, Favela Inácio Amaral, Favela Estrada do Engenho d'Água.

Outro problema na APA é a captura de aves com armadilhas, especialmente nas proximidades do Bosque da Freguesia, o que contribui para o empobrecimento da diversidade e redução de população, algumas já escassas na região.

4.3.1.8 Bosque da Freguesia

◆ *Superfície, localização e acessos*

Encontra-se no centro da APA do Bairro da Freguesia, com endereço à Avenida Ten. Cel. Muniz de Aragão. s/nº. Tem uma área de aproximadamente 31ha (Área do polígono projetado da delimitação da UCA)

Seus principais acessos são: Av. Ayrton Senna; Estrada de Jacarepaguá; Estrada Menezes Cortes; Rua Cândido Benício.

◆ *Histórico e objetivos*

A área que compreende o Bosque da Freguesia fazia parte de antiga fazenda adquirida no início do século por Joaquim Catramby, sendo considerada um remanescente das grandes chácaras que existiram em Jacarepaguá. A fazenda mantinha uma produção agrícola, pomar, criação de suínos, gado, cavalos e aves, sendo utilizada como local de veraneio. Em 1988, a sede da fazenda (construída por volta de 1798) foi demolida. No local, já com sua área reduzida devido ao desmembramento de parte da propriedade, funcionou uma escola de equitação. Após a morte de seus antigos proprietários, o terreno foi vendido, sendo em parte adquirido pela Dirija Distribuidora de Veículos S.A. Desde 1987, movimentos ambientalistas, e organizações comunitárias, passaram a pleitear a transformação da área, última área verde do Bairro, em parque público. A ampla mobilização resultou na criação de uma legislação de proteção ao bem natural e na negociação entre o Poder Público e os proprietários privados da área.

Com a finalidade de proteger a cobertura vegetal surgiu a Lei 1.512, em 1989, que estabelece o tombamento municipal da área, prevendo sua delimitação pelo Executivo. O Decreto Municipal 11.830. de 11 de dezembro de 1992, definiu os limites do Bosque. Em 1992, uma parte da área delimitada do Bosque, pertencente à empresa de comercialização de veículos, foi negociada pela Prefeitura, em troca de licença, em dois lotes anexos, para implantação de uma concessionária de veículos e de um shopping-center. A outra área delimitada foi declarada para desapropriação por utilidade pública pelo Decreto Municipal 12.678 de 8/02/94, que alterou os limites originais do Bosque, encontrando-se em estágio de negociação com os seus proprietários pelo Poder Público.

O projeto de implantação do Bosque da Freguesia foi realizado por técnicos da Fundação Parques e Jardins. O Bosque da Freguesia integra o Projeto Corredor Verde da Fundação Parques e Jardins, que prevê a interligação dos remanescentes de floresta nativa existentes na Baixada de Jacarepaguá. Está sendo realizado o plantio de espécies vegetais nativas, em função da estagnação do seu desenvolvimento na área, dominada por espécies pioneiras e ruderais predominantemente exóticas à região. Posteriormente, prevê-se o manejo para diminuição dessas espécies, possibilitando o desenvolvimento de um sistema florestal mais estável.

◆ *Situação jurídico-institucional*

O Bosque da Freguesia é um Parque Municipal criado através do Decreto nº 11.830 de 11/12/92 e delimitado pelo Decreto nº 12.962 de 08/06/94, que altera a delimitação feita no Decreto 11.830 de 11/12/92.

Outras Normatizações: Lei Municipal nº 1.512 de 20/12/89, inscr. no livro de tomo do Departamento Geral de Patrimônio Cultural - DGPC, nº 75, fls. 31 verso e 32, em 15/05/94; Portaria nº 3190 do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura; Lei Orgânica do Município - 05/04/90, artigo 463, IX, E, 1º e Lei Complementar nº 16 de 04/06/92 - Plano Diretor, artigo 70, inciso IX.

Os limites da área de tombamento, descritos no Decreto Municipal nº 11.830 de 11/12/92, ficam alterados pelo Decreto Municipal nº 12.962 de 08/06/94.

◆ *Características Naturais e Atrativos*

A mata que compõe parte do Bosque da Freguesia não é original, sendo basicamente secundária, em estágio inicial e médio de regeneração, pertencente às Formações Pioneiras (mata de alagados) e à Floresta Ombrófila Densa de Baixada, desaparecidas da região.

O Bosque da Freguesia, como o nome sugere, é uma formação predominantemente arbórea, quase que totalmente plantada no período correspondente ao final do século XIX e início do século XX, abrigando uma variedade de espécies frutíferas nativas e exóticas, que compunham o antigo pomar. O estrato arbóreo oscila em torno de 15m, com exemplares mais antigos com diâmetro à altura do peito - DAP, acima de 1 m. As espécies nativas surgiram por crescimento espontâneo (transporte de sementes por vento ou animais) ou foram plantadas para compor o sombreamento e o pomar.

Ao longo do Rio Sangrador encontram-se plantas brejosas e aquáticas, como: o aguapé (*Eichornia crassipes*), de flores arroxeadas, a erva-de-bicho (*Polygonum persicaria*) e a hortelã-do-brejo (*Heteranthera reniformis*).

A pequena mata nativa é do tipo capoeirão, com raros espécimes bem desenvolvidos, existindo pouca presença de cipós. As epífitas são mais comuns, embora de pequena diversidade, com destaque para as Bromeliáceas (*Aechmea sp.*, *Bilbergia sp.* e *Tillandsia spp*). Cactáceas como os *Rhipsalis spp* são observadas nos galhos e troncos, especialmente das árvores mais antigas.

A fauna do Bosque da Freguesia é tipicamente urbana, formada por um contingente fixo e pequeno, mas que aumenta consideravelmente no período de frutificação das árvores do antigo pomar. Destacam-se assim, sobretudo, as aves citadas para a Apa do Bairro da Freguesia.

Outros atrativos do parque são as pistas rústicas, utilizadas para caminhadas, as atividades esportivas nas quadras, ginástica nos aparelhos e aulas de Tai Chi Chuan gratuitas.

◆ *Características institucionais e operacionais*

O Bosque da Freguesia está sob a tutela da Fundação Parques e Jardins - FPJ, que conta com o apoio do Grupo de Defesa Ambiental e da Guarda Municipal, que auxilia na vigilância.

◆ *Situação fundiária*

A área do Bosque é composta por um terreno público, correspondente ao lote 03 do PAL 42.972, e três terrenos privados, correspondentes aos lotes 01, 02 e 03 do PAL 40.173, sendo um deles voltado para a Estrada do Gabinal e os outros dois voltados respectivamente para a Estrada do Caribu e Av. Ten. Cel. Muniz de Aragão.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não dispõe de plano de manejo nem de zoneamento ambiental.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

Os lotes privados ainda não desapropriados existentes nos limites do Bosque são ocupados por um campo e uma escolinha de futebol e por algumas moradias.

A Lei Municipal nº 1.512/89, impede que na área sejam efetuadas "construções, edificações ou alterações de qualquer espécie, permanente ou temporária, por obra de vontade humana, ficando igualmente vedada a retirada de vegetação característica da região".

A maior parte da cobertura vegetal foi plantada, originando por dispersão de outros exemplares. Trabalhos de enriquecimento florístico estão melhorando a qualidade da cobertura vegetal, com o aumento da diversidade, inclusive com espécies nativas. Contudo, o capim-colonião (*Panicum maximum*) se faz presente em vários pontos, principalmente em clareiras e ao longo das margens do Rio Sangrador.

Os problemas se resumem ao mau uso de trilhas por visitantes, que durante incursões e piqueniques também deixam resíduos espalhados ou ferem as cascas das árvores. Também a coleta de frutos, no alto das árvores, destrói epífitas e brotos.

Alguns moradores vizinhos ao Bosque da Freguesia caçam passarinhos, com o uso de alçapões e visgo (látex de jaqueira aquecido). Estes casos contribuem para a redução das populações, apesar de ocorrerem com maior frequência fora dos limites do Bosque.

◆ *Projetos*

Está em fase inicial a implantação da sede administrativa do Bosque da Freguesia.

4.3.1.9 Área de Proteção Ambiental de Grumari

◆ *Superfície, localização e acessos*

Com uma superfície de 951,0 ha, a APA de Grumari situa-se entre a APA da Prainha e a Barra de Guaratiba. Ao norte, acima da cota de 100 metros, se superpõe à área do Parque Estadual da Pedra Branca. Abrange a última porção do Maciço, em direção a Sudoeste, formando um anfiteatro natural voltado para o mar. Abrange ainda as ilhas das Palmas e das Peças.

Os principais acessos são: Avenida Sernambetiba ou Avenida das Américas e a Avenida Estado da Guanabara.

◆ *Histórico e objetivos*

A proximidade com o mar proporcionava prosperidade a Grumari, uma vez que no litoral aportavam grandes canoas que iam e voltavam do então centro urbano do Rio de Janeiro, transportando café, farinha de mandioca e peixe salgado produzidos na localidade, trazendo sal, tecidos, louças, ferramentas e outros produtos manufaturados. Todavia, com a implantação do Ramal Ferroviário de Santa Cruz, que passou a ser utilizado para o escoamento da produção da região de Guaratiba para a cidade, Grumari deixou de ter esta função.

Nas áreas mais interioranas de Grumari, existiam vastas plantações de café, mandioca e frutos diversos, junto com lavouras de subsistência dos poucos moradores. As lavouras foram substituídas, ao longo da história por bananais, que passaram a ocupar áreas significativas das encostas.

A estrutura fundiária baseada em grandes propriedades permaneceu, pelo menos, até o final do período monárquico, quando Grumari era dividida em algumas poucas fazendas e quatro pequenos sítios.

Durante a década de 1970, foi aberta a Avenida Estado da Guanabara fazendo assim a ligação viária entre a Estrada do Pontal e Grumari, constituindo-se, portanto, na principal via de acesso a esta área.

Pela inexistência de infra-estrutura e dificuldade de acesso, Grumari manteve-se preservada. Em 1985, o Governo Estadual, através da Secretaria Estadual de Ciência e Cultura, promoveu o tombamento da área. Pode-se afirmar que esse tombamento e o das Dunas de Cabo Frio foram, no âmbito do Governo do Estado, os primeiros que refletiram a ampliação do conceito do tombamento, consagrando também os valores naturais e paisagísticos. Esse passo foi desdobrado pela atuação municipal, que criou a Área de Proteção Ambiental de Grumari, através de lei específica, em 1986. Os limites estabelecidos para a APA eram mais amplos do que aqueles definidos anteriormente como área de tombamento que, até então, correspondia essencialmente ao local de ocorrência de restinga. Posteriormente, com o propósito de adequar o uso e a ocupação do solo em Grumari à preservação do ecossistema, foi formado um grupo de trabalho para estudar e propor minuta de decreto de regulamentação da APA, o qual foi aprovado e mandado publicar em 1992, pelo então Prefeito da cidade, Marcelo Alencar.

Em 28 de dezembro de 1994, criou-se na SMAC um Grupo de Trabalho, o qual contava com todos os setores envolvidos com a preservação de Grumari, incluindo a Fundação Parques e Jardins, que estava desenvolvendo na área o projeto de agro-silvicultura com a Secretaria Estadual Extraordinária do Projetos Especiais (Projeto Floresta da Pedra Branca). Após uma série de reuniões realizadas por este Grupo de Trabalho, concluiu-se que a implantação da APA somente ocorreria definitivamente com o desenvolvimento de ações integradas de controle, fiscalização e da elaboração de um projeto de urbanização para a orla adequado às condições previstas no Decreto Municipal 11.849 de 21/12/92.

As obras de urbanização da orla de Grumari foram iniciadas em 26/12/95, sendo que a partir de 1997, como parte da proposta do Rio Orla Ecológico, foram construídos dez quiosques padronizados. Esta medida foi acompanhada de outras que visavam regularizar as atividades comerciais na orla de Grumari. Até 1993, atuavam na praia 59 barraqueiros que vendiam alimentos em *trailers*, sendo que a partir desse ano a Prefeitura começou a despejá-los, deixando apenas os dez comerciantes mais antigos que receberiam os quiosques padronizados.

No início de 1997, a Prefeitura demoliu o bar "Flor de Grumari", como parte do desenvolvimento do projeto de urbanização estabelecido para o local. A partir de meados de abril de 1997, os

quiosques que estavam sendo construídos começaram a ser incendiados. Os dois últimos atentados ocorreram nos dias 23 de junho e 04 de julho de 1997, destruindo todos os quiosques que haviam sido implantados.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Criado e delimitado pela Lei Municipal nº 2 944 de 30/12/86 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 11.849 de 21/12/92.

Outras Normatizações: Lei Estadual nº 2.377 de 28/06/74; Resolução nº 11 de 10/04/85 da Secretaria Estadual de Ciência e Cultura; Lei Orgânica Municipal de 05/04/90, artigo 463; Lei Complementar nº 11 de 04/06/92, artigo 70.

O Decreto Municipal nº 11.849 de 21/12/92, que regulamenta a APA, criou a figura "Área de Especial Interesse Turístico de Reserva", estabelecendo o zoneamento ambiental em conjunto para as APAs de Grumari e Prainha, e ainda, acrescentando a sua área e estabelecendo uma ZOC 4.

◆ *Características naturais e atrativos*

A cobertura vegetal das encostas de Grumari pertence à Floresta Ombrófila Densa Submontana, enquanto que na baixada integram-se nas Formações Pioneiras (restinga, manguezal e alagados), sendo que próximo ao mar desenvolvem-se espécies reptantes e outras halófitas.

Separada, em 1997 pela Estrada Estado da Guanabara, a maior parte da restinga estende-se desta até às encostas. Apresenta algumas trilhas e clareiras, mas em alguns pontos a vegetação torna-se adensada e quase impenetrável, composta basicamente por ervas altas e na maior parte arbustos, com poucas árvores de pequeno a médio porte, somando mais de 150 espécies depositadas nos herbários.

Na restinga de Grumari, pode-se encontrar espécies ameaçadas de extinção como a goeta (*Pavonia alnifolia*), a *Cathedra rubricaulis*, sem nome vulgar conhecido, a muirapinima-preta (*Brosimum guianense*), a muirapinima (*Coussapoa microcarpa*), a macacaúba (*Platymiscium nitens*) e a jarriinha (*Aristolochia macroura*), além de Cactáceas (*Cereus* sp. e *Opuntia* sp.). Ainda verificam-se as orquídeas, (*Cattleya forbesii*, *C. guttata*, ameaçadas de extinção, e *Epidendrum denticulatum*), o sumaré-da-restinga (*Cyrtopodium paranaense*), também ameaçado, e a açucena (*Amaryllis rutila*). As maiores árvores são o pau-pombo (*Tapirira guianensis*), a sapotiaba (*Bumelia obtusifolia*) e o abaneiro (*Clusia fluminensis*), e Bromeliáceas (*Bromelia* sp., *Neoregelia* spp, *Tillandsia* spp). Também existem frutos comestíveis como os das pitangueiras (*Eugenia* spp), o murici (*Byrsonima sericea*) e a aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*). A região alagada e brejosa localiza-se no entorno da Lagoa Feia e no Rio do Mundo, onde predomina a taboa (*Typha domingensis*). Também, encontra-se a batata-do-rio (*Stigmaphyllon paralias*).

O resquício de manguezal é encontrado na foz do Rio do Mundo, no final da Praia do Grumari. O substrato lodoso ainda apresenta espécies típicas como o mangue-sapateiro (*Rhizophora mangle* - Rhizophoraceae), o mangue-vermelho (*Laguncularia racemosa*) e o mangue-siriúba (*Avicennia schaueriana*).

No solo sob a mata de encosta, que já está bastante descaracterizada, quase que totalmente ocupada por extensos bananais, destacam-se alguns exemplares de orquídeas (*Oeceoclades maculata*) e do raro localmente caiapiá (*Dorstenia affifolia*), ameaçado de extinção. O próprio nome Grumari é dado por uma árvore: grumari ou grumarim (*Esembeckia rigida*), também ameaçada de desaparecer das restingas arenosas.

A fauna é composta na maioria por Artrópodos - destacando-se a presença da ameaçada a borboleta-da-praia (*Parides ascanius*) - e aves; tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*), saíra (*Dacnis cayana*), suiriri (*Tyrannus melancholicus*), gavião-carijó (*Rupomís magnirostris*), saracura-do-mato (*Aramides saracura*) e garibaldi (*Argelaius ruficapilus*), além de aves marinhas migratórias como as batuíras (*Charadrius semipalmatus* e *C. collaris*) e maçarico (*Tringa flavipes*). Entre os mamíferos encontram-se o gambá (*Didelphis marsupialis*), gato-do-mato (*Felis yagouarondi*), preá (*Cavia aperea*) e ratos-do-mato (*Oryzomys* sp. e *Nectomys* sp.), além de morcegos de várias espécies. Os répteis mais freqüentes são o calango-de-cauda-verde (*Cnemidophorus ocellifer*), o teú (*Tupínambis teguixim*) e as serpentes (*Philodryas patagoniensis*, *Bothrops jararaca* e *Liophís miliaris*), além da endêmica e ameaçada lagartixa-de-praia (*Liolaemus lutzae*), que habita apenas algumas seletas faixas arenosas das restingas do RJ. Entre os anfíbios, destacam-se as pererecas (*Hyla perpusila*, *H. cuspidata* e *H. fuscomarginata*), os sapos (*Bufo ictericus* e *B. crucifer*) e a rã (*Leptodactylus ocellatus*).

Outros atrativos da APA são banho de mar, *surf*, *body board*, ciclismo e caminhada.

◆ *Características institucionais e operacionais*

APA de Grumari está sob tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC.

◆ *Situação fundiária*

A estrutura fundiária é definida por quatro PALs. Afora a faixa de domínio da Avenida Estado da Guanabara, em processo de desapropriação para integrar o patrimônio municipal e algumas outras áreas que estão sendo identificadas como públicas, todo o restante das terras pertence a particulares. A maior extensão delas é de propriedade do Condomínio Grumariam, configurado nas glebas 1, 2 e 3 do PAL nº 24.859. As demais propriedades estão configuradas nos seguintes PALS: 26.055, 28.447 e 38.950.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

O zoneamento ambiental é definido pelo Decreto 11.849/92.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

De um modo geral, a ocupação urbana é esparsa, existindo uma pequena aglomeração de moradias junto à Estrada do Grumari, onde predominam aquelas utilizadas por sítiantes locais.

Os pontos do litoral mais procurados pelos visitantes são aqueles localizados a leste, junto à Praia do Abricó e no extremo oeste da Praia do Grumari, onde encontram-se um bar, um clube e uma pousada. Nas proximidades desse ponto encontram-se as instalações do Campus Ecológico da Faculdade Simonsen.

Constatam-se atividades comerciais voltadas para o lazer instaladas ao longo da orla, tais como: *traiillers*, bar, clube e pousada, esses últimos irregulares. Em termos de atividade agrícola, a cultura da banana é a mais expressiva, ocupando grande parcela das encostas. Também são encontradas, em menor intensidade, a cultura da mandioca e do coco.

A rarefeita ocupação da área apresenta uma série de irregularidades em face do zoneamento estabelecido pelo decreto de regulamentação da APA.

Outro problema é a caça de animais silvestres, como as aves de bela plumagem ou canoras e os mamíferos e a borboleta-da-praia, e a ação de catadores de caranguejos, no Rio do Mundo. Todos estes resultantes da falta de vigilância.

◆ *Projetos*

- O principal projeto relacionado à APA de Grumari é o Rio Orla Ecológico, iniciado em dezembro/95, que consiste em executar:
- Obras de urbanização da Av. Estado da Guanabara visando evitar a degradação da orla e disciplinar o seu uso, com a implantação de estacionamento para veículos de passeio, ciclovia e quiosques de refeições ligeiras. Os quiosques foram projetados respeitando-se os parâmetros definidos no Decreto 11.849 de 21.12.92 (afastamento mínimo entre quiosques; limites máximos para áreas descoberta, coberta e fechada; sistema de abastecimento d'água e esgotamento sanitário; especificação de materiais). A execução da obra foi suspensa pela empresa Civilport Engenharia Ltda, em 01.04.97, antes de sua conclusão. A Prefeitura encontra-se em litígio com a referida empresa contratada;
- Para o verão 98 foi montado um esquema envolvendo vários órgãos como CET RIO, SMAC e Polícia Militar para controlar e disciplinar, por meio de guaritas localizadas nos dois acessos à APA, a entrada e o estacionamento de veículos. Os quiosqueiros cadastrados junto à SMAC foram autorizados a trabalhar nos seus trailers, enquanto os quiosques padronizados que foram incendiados não foram reconstruídos. A SMAC está buscando parcerias e novos recursos com o objetivo de reconstruir os quiosques e concluir as obras de urbanização.

4.3.1.10 Área de Proteção Ambiental da Prainha

◆ *Superfície, localização e acessos*

Com uma superfície de 166 ha, a Área de Proteção Ambiental da Prainha situa-se entre o Recreio dos Bandeirantes e a Área de Proteção Ambiental de Grumari. A área principal constitui-se num pequeno anfiteatro natural, tendo ao fundo os Morros do Caeté, Boa Vista e a Pedra dos Cabritos. Ao norte, acima da cota de 100 metros, se superpõe à área do Parque Estadual da Pedra Branca.

As principais vias de acesso são: pela Barra da Tijuca, via Avenida Sernambetiba, seguindo pela Estrada do Pontal, chegando à Avenida Estado da Guanabara, ou também pela Avenida das Américas, seguindo pela Estrada Vereador Alceu de Carvalho, chegando à Avenida Estado da Guanabara; por Barra de Guaratiba, via Estrada do Grumari, seguindo pela Rua Francisco C. de Alvarenga até encontrar a Avenida Estado da Guanabara, cruzando a APA de Grumari.

◆ *Histórico e objetivos*

A área atualmente denominada de Prainha, no passado integrava as propriedades rurais conhecidas como Fazenda Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande, de propriedade da Cia. Engenho Central de Jacarepaguá. No ano de 1891 toda esta área foi adquirida pelo Banco de Crédito Móvel que, em 1949, desmembrou-a em quatro glebas.

Por muitas décadas, a área permaneceu intocada e somente nos anos 70, com a abertura da Avenida Estado da Guanabara, aumentou o número de visitantes ao local. Além deste fato, por ser resguardada geograficamente e por não dispor de infra-estrutura de abastecimento d'água,

energia elétrica ou esgotamento sanitário, a Prainha permaneceu desocupada, transformando-se em área quase exclusivamente freqüentada por surfistas.

Em 1989, foi divulgada a existência de um projeto da Construtora Santa Isabel que previa, além de um hotel, a construção de um condomínio de significativo porte na área. O referido projeto gerou diversas manifestações, lideradas pela Associação de Surfistas, contrários ao projeto e a favor da preservação da Prainha. No mesmo ano, a Câmara Municipal elaborou um projeto de lei transformando a Prainha em Área de Proteção Ambiental.

Em abril de 1990, a Prainha foi incluída na Lei Orgânica Municipal como Área de Preservação Permanente (APP), sendo que em setembro do mesmo ano foi apresentada a primeira proposta que objetivava a reurbanização da área de domínio público ao longo da Avenida Estado da Guanabara. O projeto elaborado pelo IPLANRIO e Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente instalou infra-estrutura mínima no local, composta por placas informativas, quiosques de alimentação e estacionamento para carros de passeio, pretendendo, assim, compatibilizar a proteção da área ao fluxo de banhistas nos fins de semana.

A partir de 1995, a SMAC, a Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP) e a empresa REDLEY vêm trabalhando em parceria para a implantação da infra-estrutura necessária de apoio à prática do surf e à fiscalização e conservação da área.

O processo de criação do Parque Municipal Ecológico da Prainha, iniciado em 1993 e em final de tramitação, que envolve a aquisição da área particular contígua à praia, através de permuta por terrenos municipais, irá concluir uma etapa importante do movimento pela preservação do local.

◆ *Situação jurídico-institucional*

Criado pela Lei Municipal nº 1.534 de 11/01/90, delimitado pela Lei Municipal nº 1.534 de 11/01/90 Art. 2º e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 11.849 de 21/12/92.

Outras Normatizações: Lei Estadual nº 2.377 de 28/06/74; Lei Orgânica Municipal de 05/04/90, artigo 463; Lei Complementar nº 16 de 04/06/92, artigo 70.

Está em fase de tramitação a criação do Parque Municipal Ecológico da Prainha, cujos limites serão, em parte, os da APA da Prainha.

O Decreto Municipal nº 11.849 de 21/12/92, que estabelece o zoneamento ambiental das APAs de Prainha e de Grumari ampliou os limites da Área de Proteção Ambiental.

◆ *Características naturais e atrativos*

A cobertura vegetal da APA da Prainha é Floresta Ombrófila Densa Submontana (nas encostas) e Formações Pioneiras (na mata de restinga e alagados).

Na baixada arenosa da praia encontram-se espécies heliófitas e halófitas. Atrás do cordão arenoso, existe uma área brejosa dominada pelo lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*) e pelo algodoeiro-de-praia (*Hibiscus pernambucensis*). Também é encontrada a maçaranduba (*Manilkara subsericea*).

A mata que recobre o anfiteatro da Prainha, formado pelos Morros do Caeté e da Boa Vista e pela Pedra dos Cabritos, é, em raros trechos, primária. Verifica-se algumas espécies ameaçadas de extinção como *Ficus gomeliferae*, *Ficus clusíaeolia*. Algumas das árvores mais antigas, estão parcialmente cobertas por epífitas, como bromélias (*Tillandsia stricta* e *Bíllbergia zebrina*),

orquídeas (*Laelia* sp., *Cattleya forbesii* - ameaçada, *Pleurothallis* spp e outras) e cactos (*Rhipsalis* spp).

Quanto à fauna, ainda são encontradas espécies raras e ameaçadas de extinção e outras que perambulam em pequenas andanças ou migrações sazonais pelo Maciço da Pedra Branca (Parque Estadual da Pedra Branca).

A floresta que recobre a área da APA é, sem dúvida, a mais habitada e explorada pela fauna local. Encontram-se mamíferos como gatos-do-mato (*Felis yagouarondi* e *F. tigrina*- ameaçado de extinção), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), gambá (*Didelphis marsupialis*), cuícas (*Marmosa* spp), mico-estrela (*Callithrix jacchus*), coelho-do-mato (*Sylvilagus brasiliensis*), paca (*Agouti paca*) e roedores (*Coendou* sp., *Akodon* sp. e *Oryzomys* sp.), entre outros mais.

Há dezenas de espécies de aves como saíras (*Dacnis cayana*, *Tangara* spp e *Tersina* sp.), periquitos e maitacas (*Pyrrhura* spp - ameaçadas, *Brotogeris* sp. e *Pionus* sp.), colibris (*Phaetomis* spp, *Eupetomena* sp., *Thaluranía* sp., entre outros), corujas (*Pulsatrix* sp., *Otus* sp. e *Speothyto* sp.), juritis (*Leptotila* spp), rolinhas (*Columbina* spp), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), garrinchão (*Thryothorus longirostris*) e gaviões (*Rupomís* sp. e *Leucopternís* sp. - ameaçado de extinção), entre outras.

Na herpetofauna registram-se serpentes como a jararaca (*Bothrops jararaca*), o jararacuçu (*Bothrops jararacussu*), a cobra-cipó (*Chironius bicarinatus*) e a caninana (*Spilotes pultatus*), além de outras. Completando a herpetofauna tem-se os lagartos (*Tupinambis teguixim*, *Ameíva ameíva* e *Cnemidophorus ocellifer*).

Os anfíbios são vastamente representados por sapos (*Bufo* spp, *Brachycephalus ephippium* e *Proceratophrys* sp.), rãs (*Leptodactylus* spp, *Euletherodactylus* spp) e pererecas (*Hyla* spp e *Phyllomedusa* spp).

Eventos relacionados à prática de surf, caminhadas e banho de mar são importantes atrativos da região.

◆ *Características institucionais e operacionais*

A APA da Prainha está sob a tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC.

◆ *Situação fundiária*

A APA da Prainha contém parte do PAL nº 41.000, de propriedade da Recreio dos Bandeirantes Imóveis S.A., que está em processo de permuta com o Município, e parte da gleba de propriedade da Companhia Litorânea de Imóveis. Aguarda-se a solução da questão fundiária para aprovar a criação do Parque Municipal Ecológico da Prainha e do Plano Diretor do Parque.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Seu Plano Diretor está definido e será aprovado juntamente com o Decreto de criação. O zoneamento ambiental é definido pelo Decreto nº 11.849/92.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

A área da Prainha conta apenas com uma construção onde mora o vigia, o quiosque de alimentação, junto à calçada e à praia, o estacionamento, do outro lado da avenida e um restaurante, situado aproximadamente a 5 metros abaixo do leito da Avenida Estado da Guanabara, mas com visão panorâmica do conjunto da área.

◆ *Projetos*

O principal projeto para a APA da Prainha é a aprovação da criação do Parque Municipal Ecológico da Prainha e seu Plano Diretor, cuja solução depende da resolução da questão fundiária conforme comentado.

4.3.1.11 Apa da Orla Marítima: Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra da Tijuca

◆ *Superfície, localização e acessos*

Situa-se na área litorânea, compreendendo quatro segmentos: 1) a Praia de Copacabana, que se estende do Forte do Leme ao Forte de Copacabana, abrangendo as Praias do Leme e de Copacabana; 2) as Praias de Ipanema e do Leblon, que abrangem da Ponta do Arpoador ao início dos costões rochosos da Avenida Niemeyer; 3) a Praia de São Conrado, que compreende as Praias da Gávea e do Pepino; e 4) a Praia da Barra da Tijuca, que se estende da Ponta do Joá ao limite do bairro da Barra da Tijuca com o do Recreio dos Bandeirantes. Sua área total é de 248,00 ha

O acesso à orla é realizado pelas vias litorâneas que margeiam as praias que a compõem: a Avenida Atlântica margeia a Praia de Copacabana, as Avenidas Vieira Souto e Delfim Moreira margeiam as Praias de Ipanema e do Leblon, respectivamente, a Avenida Prefeito Mendes de Moraes margeia a Praia de São Conrado e as Avenidas Sernambetiba e do Pepê margeiam a Praia da Barra da Tijuca.

◆ *Histórico e objetivos*

Os quatro segmentos de áreas litorâneas que compõem a APA tiveram épocas e formas de ocupação distintas.

Em 1990 foi realizado concurso público pela Empresa Municipal de informática e Planejamento S.A. - IPLANRIO, para o Projeto Rio-Orla, que abrangia todas as praias situadas na Unidade. Tratava-se de um estudo preliminar para projeto urbanístico, normatizando muitos dos equipamentos de lazer e serviços instalados nas calçadas junto ao areal.

Na Praia da Barra da Tijuca, trecho de interesse, a intervenção do poder público foi maior, pois não havia calçadas junto à orla. Além das obras de urbanização, foram construídos estacionamentos e a ciclovia, implantados quiosques e postos de salvamento, além de outros equipamentos. A obra se estenderia até a área de reserva junto à Lagoa de Marapendi. No

entanto, foi interrompida na altura da Avenida Ayrton Senna, por embargo das obras pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, em ação movida pelos moradores, que achavam que a praia iria se degradar.

Em todas as praias foram retirados os estacionamentos junto à orla, permitindo liberar a visibilidade da praia e do mar. Uma das maiores vantagens do Projeto, segundo os técnicos da Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A. IPLANRIO, foi a possibilidade de organizar as atividades comerciais, com uma atuação significativa da Associação de Traillistas.

◆ *Situação jurídico-institucional*

A APA da Orla foi criada através da Lei Municipal nº 1.272, de 06/07/1988 e delimitada pela Lei Municipal nº 1.272, de 06/07/88. A Lei Municipal nº 1.272, de 06/07/88 regulamentou diversos aspectos.

Outras normas: Lei Complementar nº 16, de 04/06/1992 - Plano Diretor, artigo 66, inciso 1; Processo nº E-18/000.030, de 25/01/1991.

◆ *Características naturais e atrativos*

A característica natural inerente desta APA é a praia. Além dos banhos de mar, é possível desenvolver naquelas faixas de areia de maior largura, atividades de vôlei, futevôlei e futebol de praia, já que há quadras e campos demarcados; assim como ginástica nos aparelhos disponíveis. Na calçada, além de caminhadas e *cooper*, existem pontos de aluguel de bicicletas e triciclos nas Praias de Copacabana, Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca nos finais de semana.

◆ *Características institucionais e operacionais*

A APA da Orla Marítima está sob a tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC e Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro - CMPC.

◆ *Situação fundiária*

A área da Orla Marítima é constituída na sua totalidade por logradouros públicos.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Não dispõe de plano de manejo nem zoneamento. A Lei Municipal nº 1.272, de 06/07/88, estabelece as condições de uso e ocupação da APA, a saber:

- não é permitido qualquer tipo de construção de caráter permanente, provisório ou desmontável, com finalidades para o exercício de atividades comerciais, mesmo que de apoio a vendedores ambulantes;
- é permitido, no areal, dentro de um Planejamento Urbanístico, a prática de esportes de praia, jardins com vegetação apropriada, áreas para recreação infantil, de lazer e atividades culturais, obedecida sua integração com o meio ambiente;
- somente é permitida a construção de Postos de Salvamento ou outras construções de interesse público com a audiência preliminar do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

No início da Praia da Barra, situada na calçada junto ao mar, existe uma edificação pertencente ao Salvamar. No final desta praia, observa-se a ocorrência de um posto de abastecimento de veículos com uma loja de conveniência.

Nos demais segmentos, além dos quiosques e dos postos de salvamento, não há nenhuma edificação.

4.3.1.12 Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana Alto da Boa Vista

◆ *Superfície, localização e acessos*

Compreende uma área aproximada 3.183,1 ha. e situa-se no Maciço da Tijuca, englobando integralmente o Bairro do Alto da Boa Vista e parte do Itanhangá. Abrange cerca de 70% da área do Parque Nacional da Tijuca e limita-se com vários Bairros da cidade, destacando-se: ao Norte, o Bairro da Tijuca; a Nordeste, o Bairro do Rio Comprido; ao Sul, São Conrado e Gávea; a Sudeste, o Bairro do Jardim Botânico; a Oeste, Jacarepaguá e a Leste, os Bairros de Santa Teresa e Cosme Velho.

As principais ligações da APARU com o restante da cidade se fazem por meio das seguintes vias de acesso: a Rua Conde de Bonfim, a Avenida Edson Passos, a auto-estrada Lagoa-Barra, a Estrada das Furnas; a Rua Pacheco Leão, a Estrada das Paineiras, a Rua do Bispo e Rua Paula Francinetti.

◆ *Histórico e objetivos*

Como a APARU do Alto da Boa Vista abrange cerca de 70% da área do Parque Nacional da Tijuca, o histórico e as características naturais (fauna, flora, outras) de ambas as áreas é o mesmo (ver histórico do Parque Nacional da Tijuca no item 4.3.1.1.b).

A criação da APARU foi fruto da iniciativa popular, mais especificamente da Associação de Moradores do Alto da Boa Vista - AMABOA, que via nesta medida uma forma de compatibilizar o desenvolvimento urbano com a proteção ao meio ambiente através da utilização racional do patrimônio natural e histórico-cultural.

◆ *Situação jurídico-institucional*

A APARU do Alto da Boa Vista foi criada pelo Decreto Municipal nº 11.301 de 21/08/92, alterado pelo Decreto Municipal 12.242 de 30/08/93. Sua delimitação foi feita pelo Decreto Municipal nº 1.451 de 08/10/92, mas ainda não está regulamentada.

Outras Normatizações: Decreto Federal nº 50.923 de 06/07/61; Processo 762-T-65,c. 42 - Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - 27104167; Lei Complementar nº 16 04/06/92 - Plano Diretor, artigo 66, II, III, IV e VI; e o Anexo 111 - 1.

◆ *Características naturais e atrativos*

Além dos atrativos naturais do Parque Nacional da Tijuca (ver Parque Nacional da Tijuca), a APARU, por incluir o Bairro do Alto da Boa Vista, desfruta da riqueza histórica deste Bairro, que se traduz em edificações e monumentos naturais situados nos vários recantos. Alguns deles foram tombados pela União, pelo Estado ou pelo Município do Rio de Janeiro, a saber:

Tombamento Federal: chafariz de Grandjean de Montigny (projetado em 1846 para a Praça XI e removido para a Praça Afonso Viseu, no Alto da Boa Vista, devido à reforma da Avenida Presidente Vargas); edifício na Estrada do Açude nº 764 e respectivo acervo histórico e artístico, destacando-se a coleção de cerâmica e mobiliário, a série de painéis de azulejos do conjunto arquitetônico, além de mobiliário dos séculos XVIII e XIX (Museu da Fundação Raimundo de Castro Maia/Museu do Açude. Aberto de quinta a domingo das 11:00 às 17:00h; o ingresso é pago, exceto para crianças e maiores de 65 anos); Parque Nacional da Tijuca e Florestas de Proteção; acima da cota de 100 metros do Maciço da Tijuca; e antigo bebedouro da Estrada Velha da Tijuca.

Tombamento Estadual: Na Praça Afonso Viseu, palacete do Conde de Itamaraty na Rua Boavista nº 12 e chalé situado na Estrada Velha da Tijuca nº 2 466;

Tombamento Municipal: ponte de cantaria sobre o Rio São João na Estrada Velha da Tijuca na altura do nº 1.251; prédio da antiga Casa de Repouso Alto da Boa Vista na Estrada das Furnas nº 574; prédio da Escola Municipal Menezes Vieira na Rua Boa Vista nº 154 e chalé central da edificação situada na Estrada da Gávea nº 1.338.

Além desses, destacam-se nas áreas ajardinadas da Av. Edson Passos, pequenas estatuetas: lanterna japonesa do Templo de Bunkyojin datada do início do século XIX e presenteada à cidade em 1957 pelo Governo do Japão; a escultura de leão em mármore de carrara de autoria de H. Peyroi e datada de 1906; e a Bica do Monteiro construída em 1886.

Para informações complementares, principalmente sobre os atrativos naturais, ver Parque Nacional da Tijuca.

◆ *Características institucionais e operacionais*

Está sob a tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC.

◆ *Situação fundiária*

A estrutura fundiária da APARU do Alto da Boa Vista é extremamente complexa, sendo composta por terrenos particulares e públicos, pertencentes à União, Estado e Município. Esta complexidade se revela sobretudo nas áreas onde se localizam as comunidades de baixa renda. Além dos logradouros públicos e do Parque Nacional da Tijuca (que apresenta 70% de sua área inseridos na APARU), de propriedade da União, existem próprios estaduais, como o Corpo de Bombeiros, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, e o Batalhão da Polícia Militar e próprios municipais, como escolas públicas municipais e a Fundação Leão XIII.

◆ *Principais aspectos do plano de manejo*

Tendo em vista que a regulamentação da APARU do Alto da Boa Vista ainda não foi concluída, as condições legais de uso e ocupação para a região são definidas pelo Decreto 322/76 que

estabelece para a região duas zonas: ZE-1 e ZR-2. O Decreto 8.712/89 inclui a Praça Afonso Viseu em CB-1 de ZE-1.

◆ *Uso do solo e resumo dos principais problemas*

O modelo de ocupação da área é predominantemente linear, sendo formado pelos eixos da Avenida Edson Passos, da Estrada Velha da Tijuca e da Estrada das Furnas, concentrando ao longo destes grande parte da ocupação da APARU.

Esta ocupação é marcada pela baixa densidade. Considerando-se a população absoluta (somatório da população do Bairro do Alto e da porção do Bairro do Itanhangá inserida na APARU) e a planimetria em hectares da APARU para o ano de 1991, verifica-se uma densidade de 3.36 hab./ha, extremamente baixa comparada às de outros Bairros da cidade. O uso predominante é o residencial uni e multifamiliar, composto basicamente por prédios de dois pavimentos e casas. As casas são maioria no Bairro e, muitas dessas, contam com uma área de terreno igual ou superior a 10.000m². Cabe ressaltar que na Gávea Pequena está localizada também a residência oficial do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Verifica-se a intensificação do uso comercial, basicamente pelo aproveitamento de antigas residências como "casas de festas". A vizinhança tem reclamado dessa nova atividade, principalmente pela poluição sonora, sobretudo durante a madrugada.

O uso comercial e de serviços concentra-se de modo mais marcante em duas áreas - na Praça Afonso Viseu, abrangendo desde a Rua Boa Vista até a Rua Ferreira Almeida é no polígono formado pelas Estradas Itapicuru, de Maracá e das Furnas. O comércio local é formado por pequenos estabelecimentos voltados para o mercado local.

Embora pouco praticado e rarefeito no espaço, outro tipo de uso presente na área é o agropecuário, que constitui um meio de subsistência para os pequenos sítiantes que ali vivem.

4.3.2 Áreas sob Regime Especial de Administração Pública e Privada

4.3.2.1 Áreas de Preservação Permanente

O Código Florestal (Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965, modificado pela Lei 7.803 de 18 de julho de 1989) prevê diversas formas de proteção à flora e a vegetação, no qual se destacam as seguintes:

- instituição de florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente nos locais citados no artigo 2º;
- criação de florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente declaradas por ato do Poder Público (art. 3º).

Para efetivar a preservação de tipos de vegetação situadas em áreas especiais, o Código Florestal criou o conceito de "florestas e demais formas de vegetação permanente", tratadas nos artigos 2º, 3º, 26 alíneas a, b, e, c e 31 alínea b.

As florestas e demais formas de vegetação permanente citadas no artigo 2º são criadas pelo efeito do próprio Código, enquanto as do artigo 3º são criadas juridicamente por ato do Poder Público, conforme pode-se perceber pela confrontação dos referidos artigos:

"Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação situadas:"

"Art. 3º - Consideram-se ainda de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e de meia forma de vegetação natural destinadas":

Afirma Machado (1991) que a constituição dos tipos de vegetação compreendidas no artigo 2º é imperativa. Desta forma, a administração pública é obrigada a zelar pela sua integridade. As limitações impostas pela Lei aos proprietários de terras revestidas por vegetação de preservação permanente, ou seja, a impossibilidade de supressão, não são indenizáveis pelo Poder Público, pois não são consideradas como violação do direito de propriedade visto que o proprietário, ao adquiri-la, já o fez com interdições naturais (Machado, op cit.).

O caráter de preservação permanente dados aos tipos de vegetação, listados no artigo 2º, objetiva principalmente a proteção dos cursos d'água e do solo e, obviamente, da própria vegetação. Não poderia ser de outro modo, pois o corte desta vegetação promove diversos transtornos e prejuízos ambientais e materiais, tais como enchentes, erosão e assoreamentos.

Em 1981, a Lei nº 6.938, através de seu artigo 18, transformou estas "florestas e outras formas de vegetação de preservação permanente " relacionadas no artigo 2º da Lei 4.771/65 em "Reservas Ecológicas". O proprietário destas terras não foi desapossado e nem perdeu a propriedade dessas áreas. Contudo, permanecem as restrições de uso. Posteriormente, o Decreto 89.336/84 estabeleceu regras gerais sobre Reserva Ecológica, dando competência ao CONAMA para ditar normas e critérios relativos ao tema. Atendendo a esta determinação, em 1985 a Resolução CONAMA 004/85 fixou regras mais claras relacionadas as Reservas Ecológicas, além de definir diversos conceitos.

Na Reserva Ecológica, a supressão ou alteração das florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente só pode ser admitida em caso de projetos, obras, planos, e atividades de utilidade pública ou interesse social (§1º do art. 3º da Lei 4.771/65)

A Lei 6766/79, que dispõe sobre a parcelamento do solo urbano, veda esta atividade em áreas revestidas por vegetação de preservação permanente (art.3, V), o que pode-se entender como reservas ecológicas. Nas áreas urbanas, a fiscalização da vegetação de preservação permanente é de competência dos município, atuando o Estado e a União supletivamente (art. 22, Parágrafo Único do Código Florestal).

É importante ressaltar que o parágrafo único do artigo 2º do Código Florestal, que lista as áreas consideradas como reservas ecológicas, estabelece que: "no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos, em todo o território abrangido observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo".

A análise combinada da Lei 4.771/65 e da Resolução CONAMA 004/85 permite destacar as reservas ecológicas analisadas a seguir.

◆ *Reservas ecológicas da margem e nascentes de cursos de água*

A reserva ecológica da margem de cursos d' água é estabelecida a partir de dois critérios: largura do rio e cota de alcance da cheia. Assim, a largura da reserva ecológica da margem é contada a partir da linha de alcance da cheia, e não da margem do rio, e é:

- 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura;

- 50 (cinquenta metros) para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

Assinala-se que desde 1934, com a edição do Código de Águas, as margens dos rios não eram passíveis de parcelamento e edificação.

Nas nascentes permanentes ou temporárias, ainda que intermitentes, incluindo olhos d'água e veredas, seja qual for a sua posição topográfica, deve-se resguardar uma faixa mínima de 50 (cinquenta) metros de largura, de tal forma que proteja em cada caso, a bacia de drenagem contribuinte

◆ *Reservas ecológicas de margem de lagoas, lagunas, e açudes*

Aplica-se no caso as lagoas da baixada de Jacarepaguá a faixa de reserva ecológica de 30 metros medidas a partir do nível mais alto.

◆ *Reservas ecológicas de topos de serra e morros*

A reserva ecológica no topo de morros montes e montanhas, é delimitada:

- a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços), da altura mínima da elevação em relação à base;
- nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando a curva de nível para cada segmento da linha da curva equivalente a 1.000 (mil) metros.

◆ *Reservas ecológicas de áreas inclinadas*

As área inclinadas quando ultrapassarem 45°, são reservas ecológicas e portanto, não são passíveis de parcelamento, edificação e aproveitamento agropecuário.

◆ *Reservas ecológicas de restinga e dunas*

A faixa de restinga considerada como reserva ecológica atinge 300 metros a contar da linha de preamar máxima. As dunas são também enquadradas como reservas ecológicas.

◆ *Reservas ecológicas de manguezais*

Os manguezais, em toda sua extensão, são considerados como reservas ecológicas. Ocorrem em geral por sobre terrenos de marinha, ocupando portanto terrenos da União. As plantas de mangue são de domínio público, já que o Decreto-Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967, estabelece que "são de domínio público todos os (...) vegetais que se encontrem em águas dominiais". (art 3º)

4.3.2.2 Costões Rochosos

Costões rochosos são porções submersas, na zona intra-marés e as escarpas voltadas para o mar dos maciços rochosos continentais e das ilhas. A Constituição Estadual declarou como áreas

de preservação permanente os "costões rochosos" (art. 265, II). No litoral da área de estudo, encontram-se principalmente nas extremidades leste e oeste e no pontal de Sernambetiba.

4.3.2.3 Remanescentes de Mata Atlântica

Em 1988 a Constituição Federal, através de § 4º do artigo 225, declarou a Mata Atlântica como "patrimônio nacional", afirmando que sua "utilização for-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais".

Com a finalidade de regulamentar a determinação constitucional, foi baixado em 25 de setembro de 1990 o Decreto 99.547, dispondo "sobre a vedação do corte, e da respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica ". O artigo 1º do Decreto estabeleceu que "ficam proibidos, por prazo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica".

O Decreto 99.547 vigorou até 10 de fevereiro de 1993, ocasião em que foi substituído pelo Decreto 750, que estabelece regras para o corte, exploração e supressão de vegetação nativa primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata Atlântica.

O Decreto 750/93 afirma que "excepcionalmente a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia do Instituto de Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, informando-se ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, quando necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental" (parágrafo 1º do artigo 1º).

Observa-se portanto que os remanescentes da floresta atlântica na bacia de Jacarepaguá só poderão ser suprimidos se atendidas as exigências especificadas no Decreto 750/93.

A Resolução CONAMA nº 10 de 1º de outubro de 1993, fixou os critérios básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica. Em 4 de maio de 1994, a Resolução CONAMA 6 definiu os conceitos de vegetação secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração do Estado do Rio de Janeiro para efeito de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais.

Em 25 de abril de 1996, a Resolução 03 de 18 de abril, estabeleceu em seu artigo primeiro que "a vegetação remanescente de mata atlântica expressa no parágrafo único do artigo 4º do Decreto 750 de 10 de fevereiro de 1993, abrange a totalidade de vegetação primária e secundária em estágio inicial, médio e avançado de regeneração"

Os remanescentes florestais de mata atlântica concentram-se sobretudo no topo e encostas dos maciços da Tijuca e Pedra Branca. As matas de baixada litorânea foram quase que totalmente suprimidas.

4.3.2.4 Reserva da Biosfera

As Reservas da Biosfera, de acordo com a UNESCO, são áreas protegidas representativas de ambientes terrestres ou costeiras com reconhecimento internacional de seu valor para a conservação e para o avanço do conhecimento científico, experimentação, e dos valores humanos para apoiar o desenvolvimento sustentado. A UNESCO/MAB vem estabelecendo, desde 1976, reservas da biosfera para cada província biogeográfica do mundo, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), FAO, IUCN e outras agências internacionais de desenvolvimento.

Em 1971, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), criou o Programa "O Homem e a Biosfera" (MAB - Man and the Biosphere), com a finalidade de "proporcionar os conhecimentos as técnicas e os valores humanos necessários para manter uma relação harmoniosa entre o homem e seu ambiente" (UNESCO - Que é uma Reserva de la Biosfera? s.d.)

O Programa MAB possui um Conselho de Coordenação Internacional, que fixa política e prioridades, e comitês nacionais nos países membros da UNESCO. O programa tem 40 áreas de investigação científica ou projetos, sendo que uma parte é direcionada ao estabelecimento de uma rede coordenada de reservas da biosfera. Cada Reserva da Biosfera é uma coleção representativa dos ecossistemas característicos da região onde se estabelece. Terrestre ou marinha, busca otimizar a convivência homem-natureza em projetos que se norteiam pela preservação dos ambientes significativos, pela convivência com áreas que lhe são vizinhas, pelo uso sustentável de seus recursos. As primeiras Reservas da Biosfera foram efetivadas em 1976. Entre os 10 países participantes do programa MAB, 72 contavam com Reservas da Biosfera em 1990.

Reservas da Biosfera constituem um centro de monitoramento, pesquisas, educação ambiental e gerenciamento de ecossistemas, bem como centro de formação e desenvolvimento profissional dos técnicos em seu manejo. Seu gerenciamento é o trabalho conjunto de instituições governamentais, não governamentais e centros de pesquisa. Esta integração busca o atendimento às necessidades da comunidade local e o melhor relacionamento entre o seres humanos e o meio ambiente.

Esse gerenciamento se dá através do zoneamento de sua área em três categorias de uso que se interrelacionam:

- Zona Núcleo ou Zona Principal, que abrange a região mais preservada de um ecossistema representativo, habitat favorável ao desenvolvimento de numerosas espécies de plantas, animais e seu cenário de convivência com seus predadores naturais. Registra-se aí, a ocorrência de endemismos, espécimes raros de importante valor genético e lugares de excepcional interesse científico. Amparada sempre em proteção legal segura, só se permitirá e seus limites atividades que não prejudiquem ou alterem os processos naturais e a vida selvagem. Exemplo: a zona inatingível de um Parque ou de uma Estação Ecológica, uma Reserva Biológica ou área de preservação permanente;
- Zonas Tampão ou Zonas Intermediárias, são as que envolvem as zonas núcleos. Nelas, as atividades econômicas e o uso da terra devem garantir a integridade das zonas núcleo;
- Zonas de Transição, são as mais externas da Reserva. Nelas, incentiva-se o uso da terra sustentado e atividades de pesquisa que serão úteis à região no entorno da Reserva da Biosfera. Seus limites não têm definição geográfica precisa porque sua demarcação se faz em consequência de seus ajustes periódicos, ditados pelos conhecimentos conservacionistas que

se vão conquistando na dinâmica da relação planejamento - execução das atividades econômicas características da região.

Além dessas, o zoneamento de uma Reserva da Biosfera contempla também a definição de Áreas Experimentais de Pesquisa e Áreas de Uso Tradicional, tanto nas Zonas Tampão quanto nas de Transição. As Áreas Experimentais de Pesquisa têm por finalidade a realização dos experimentos que visem a obtenção das melhores formas de manejo da flora, da fauna, das áreas de produção e dos recursos naturais, bem como o incremento e a recuperação da diversidade biológica e dos processos de conservação.

As Áreas de Uso Tradicional são as que apresentam uma exploração econômica baseada em práticas tradicionais, onde se vai procurar manejos mais eficientes sem, contudo, adulterar seus procedimentos básicos.

No Brasil, as ações pela implantação de uma Reserva da Biosfera ganharam impulso a partir de novembro de 1988, com a criação do Consórcio Mata Atlântica, formado pelos governos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná, o qual recebeu a adesão, em 1989, dos Estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e do IBAMA, representando o governo federal como interveniente. O Consórcio é administrado por um Conselho dos Secretários de Meio Ambiente dos Estados, apoiado em órgão executivo de coordenação. As atividades do Consórcio foram voltados para transformação da Mata Atlântica na primeira Reserva da Biosfera em território brasileiro.

Recentemente, em 09/11/92, o Conselho de Coordenação Internacional do Programa Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO, aprovou a proposta do Comitê Brasileiro para o Homem e a Biosfera (COBRAMAB) para criação da Reserva. Criado pelo Decreto 74.685 de 14 de outubro de 1974, o COBRAMAB, que integra o Ministério das Relações Exteriores, baseou sua proposta nos relatórios do Consórcio Mata Atlântica.

Na bacia da Jacarepaguá a Reserva da Biosfera compreende os maciços da Tijuca e Pedra Branca.

4.3.2.5 Terrenos Marginais de Rios, Ilhas Fluviais e Lacustres

De acordo com a Constituição Federal, pertencem a União "os rios e lagos em terreno de seus domínios ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, se estendam a território estrangeiro, ou dele provenham e aqueles onde haja obras da União" (art. 20, III). Os cursos de água da bacia pertencem ao Estado.

Pertencem a União os terrenos marginais e as praias fluviais (art. 20, III). Os terrenos marginais são os antigos "terrenos reservados" tratados nos artigos 14 e 31 do Código de Águas, que tiveram sua denominação alterada para terrenos marginais pelo Decreto-Lei 9.760/46. Esse Decreto-Lei, através de seu artigo 4º, define como terrenos marginais "os que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 metros para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias" (Pompeu, 1988).

4.3.2.6 Praças, Parques Urbanos e os Espaços Livres Arborizados de Uso Comum

As praças e espaços livres (áreas verdes) constituem áreas de grande valor para a flora e a vegetação urbana, pois mantêm exemplares de variados portes em seu domínio, muitos de interesse conservacionistas.

Anteriormente a Lei Federal 6.766/79, que trata do parcelamento do solo urbano, as normas que regiam a matéria eram o Decreto-Lei 58 de 10/12/37, regulamentado pelo Decreto 3.079 de 15/09/38, e o Decreto-Lei 271 de 28/2/67. O Decreto-Lei nº 58 e seu regulamento previam à obrigatoriedade de apresentação da planta e do plano de loteamento as prefeituras para que estas os aprovassem. Decorridas noventa dias, de acordo com o Decreto nº 3.079/38, se a Prefeitura não se pronuncia, o projeto era considerado aprovado. A impugnação deveria ser fundamentada em disposições de leis, regulamentos ou posturas ou no interesse público (Machado, 1991).

A partir de 1967, com o Decreto-Lei nº 271, o extinto BNH intervêm com suas normas gerais, ainda que estas não constem do Decreto-Lei, mas que se reportem a elas (Machado, op. cit.). Os condomínios horizontais são tratados pela Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre os condomínios em edificações e as incorporações imobiliárias.

Com o crescimento das cidades, foi editada uma norma nacional de direito público, a Lei nº 6.766/79, que determina que o parcelamento do solo poderá se dar mediante loteamento ou desmembramento.

Loteamento foi conceituado pela Lei como a subdivisão da gleba em lotes destinadas a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos, modificação ou ampliação dos vias existentes. Já o desmembramento consiste na subdivisão da gleba, aproveitando as vias existentes, sem que implique na sua ampliação ou modificação e na criação de novos logradouros públicos.

A partir de 1979, passou a ser exigido a manutenção de faixas não edificantes ao longo dos cursos d'água e lagoas e a destinação de uma área ao patrimônio público que passa ao seu domínio no ato de registro do projeto no cartório de registro de imóveis (art. nº 22).

As áreas públicas são destinadas a construção de vias de circulação, implantação de equipamentos urbanos e comunitários bem como de espaços livres de uso público, e variam de tamanho conforme a densidade de ocupação da gleba, não podendo nunca ser inferior a 35 % da mesma.

Os equipamentos públicos urbanos são os de abastecimento de água (tubulações, etc.), serviços de esgoto (rede, estações de tratamento), coleta de águas pluviais (galerias, calhas de drenagem, bueiros), rede telefônica, energia elétrica e gás canalizado. Os comunitários são os equipamentos públicos de educação, cultura, lazer e similares. Dentre esses, os que possibilitam conservar a vegetação são os equipamentos comunitários de lazer e similares, no qual se enquadram as praças e os espaços livres indicados como área verde.

As áreas públicas antes do advento da Lei nº 6766/79, já eram asseguradas pelo Decreto-Lei 58/37, que prescrevia que, inscrito o loteamento, as vias de comunicação e os espaços livres constantes no memorial e da planta, tornavam-se inalienáveis, por qualquer título (art. 3º), ou seja, tornam-se bens públicos nos precisos termos dos artigos 66, I e II e 67 do Código Civil (Machado, 1991). São três os tipos de bens públicos previstos no Código Civil: os de uso comum do povo, os de uso especial e os dominiais.

Os bens de uso especial são destinados ao serviço público, ao passo que os bens dominiais constituem patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios como objeto pessoal ou real.

Os bens de uso comum do povo são os mares, estradas, ruas e praças. De acordo com Machado (op. cit.), "bens como o mar e os rios são destinados já pela natureza ao uso comum. Outros o são pela vontade humana, em consequência da vida em cidades, como as ruas e praças".

Voltando a Lei 6766/79, a previsão das praças e outros espaços livres é obrigatória. Os limites devem constar nos desenhos apresentados as prefeituras municipais e, posteriormente, quando aprovados, na documentação encaminhada ao cartório de registro de imóveis (art. 6º, III e IV, art. 9º, § 2º, III e IV). Os espaços livres aqui mencionados, constam por vezes em plantas como "reserva florestal". É comum que muitas áreas públicas oriundas de projetos de parcelamento do solo sejam loteadas, em função da precariedade dos cadastros e da falta de fiscalização adequada.

As praças e as áreas verdes registradas portanto são espaços protegidos por lei, não podendo ser parcelados. Compete a Fundação Parque e Jardins implantar e zelar pela manutenção das praças.

4.3.2.7 Praias Marítimas

As praias marítimas são bens da União (Constituição Federal, 20, IV) e consideradas pelo Código Civil como bem de uso comum do povo. Segundo o artigo 10 da Lei 7.661 de 16/05/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, "as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e o mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica"

4.3.2.8 Zona Costeira

Em 1988 a Constituição Federal, através de §4º do artigo 225, declarou a Zona Costeira e o Mar Territorial como "patrimônio nacional", afirmando que sua "utilização for-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais".

Com a finalidade de regulamentar a determinação constitucional, foi aprovada em 16 de maio de 1988 a Lei Federal nº 7.661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente.

A Lei considera como zona costeira o "espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas no Plano" (art. nº 2, § único).

De acordo com a Lei citada, o PNGC "deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade a conservação e proteção, entre outros, dos seguintes ben" (art. nº 3):

- recursos naturais renováveis e não renováveis: recifes, parcéis e bancos de algas, ilhas costeiras e oceânicas, sistemas fluviais, sistemas estuarinos e lagunares, baías e enseadas, praias, promontórios, costões e grutas marinhas, restingas e dunas, florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

- sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;
- monumentos que integram o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico.

Para elaborar o PNGG foi criado o grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (COGERCO), posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 96.660 de 06/08/88. O COGERCO é dirigido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM, órgão criado pelo Decreto nº 74.557/74, alterado pelo Decreto nº 99.200/90, que por sua vez é coordenada pelo Ministério da Marinha.

4.3.2.9 Terrenos de Marinha e seus Acrescidos

São bens da União de acordo com a Constituição Federal "os terrenos de marinha e seus acrescidos" (art. 20, VII). Os terrenos de marinha são aqueles situados "no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés" e "os que contornam as ilhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência das marés", medidos horizontalmente de uma profundidade de 33 metros para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de 1831. Os terrenos acrescidos são "os que e tiverem formado, natural ou artificialmente para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha". (Decreto-Lei 9.760 de 5.9.46).

4.3.2.10 Criadouros de Animais

A Lei de Proteção a Fauna (Lei Federal 5.197/67) dispõe em seu artigo 1º que os "criadouros naturais" da fauna "são propriedade do Estado, sendo proibida a sua ...destruição...". Neste caso enquadram-se por exemplo as lagoas, que são criadouros de peixes e camarões e os manguezais.

4.3.2.11 Locais Tombados

O quadro abaixo mostra os locais tombados na baixada de Jacarepaguá.

Quadro 4.2 – Legislação dos locais tombados

LOCAL	ATOS LEGAIS
Morro do Amorim	Processo nº 03/300178/72 do INEPAC. Processo “E” nº 03/01924/80, ato do Governador do Estado de 21 de Dezembro de 1982, tombamento definitivo em 28 de Janeiro de 1983.
Morro do Cantagalo	Processo nº 03/300198/72 do INEPAC. Processo “E” nº 03/01924/80, ato do Governador do Estado de 21 de Dezembro de 1982, tombamento definitivo em 28 de Janeiro de 1983.
Morro Dois Irmãos	Processo “E” nº 03/01924/80, ato do Governador do Estado de 21 de Dezembro de 1982, tombamento definitivo em 28 de Janeiro de 1983.
Morro do Portelo	Processo “E” nº 03/01924/80, ato do Governador do Estado de 21 de Dezembro de 1982, tombamento definitivo em 28 de Janeiro de 1983.
Morro do Rangel	Processo nº 03/300256/72 do INEPAC. Decreto “E” 7840, de 13 de Março de 1975.
Morro do Urubu	Decreto nº 7859, processo nº 03/300257/72 do INEPAC, BTE 13/03/75. Processo “E” nº 03/01924/80. Decreto nº 9779, de 12 de Novembro de 1990.
Pedra da Baleia	Processo nº 03/01924/80, ato do Governador do Estado de 21 de Dezembro de 1982, tombamento definitivo em 28 de Janeiro de 1983.
Pedra de Itapuã	Processo nº 03/300235/68 do INEPAC, BTE de 17/10/68. Decreto “E” nº 2410, de 17 de Outubro de 1968.
Pedra de Itaúna	Decreto “E” nº 7838, 13 de Março de 1975. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, art. 463, inciso IX, item 8.
Pedra da Panela	Processo nº 03/300021/69 do INEPAC. Decreto “E” nº 2715, de 4 de Março de 1969.
Pontal de Sernambetiba	Processo nº 03/300197/92 do INEPAC. Processo nº 03/01924/80, ato do Governador do Estado de 21 de Dezembro de 1982, tombamento definitivo em 28 de Janeiro de 1983.

Fonte: CONSAG, 1995.

5. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. de A. A. Cidade, A Montanha e a Floresta. In: _____. **Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria de Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. p. 54-103.
- ABREU, S.F. A Reserva Biológica de Goethea: Uma tentativa de proteção da fauna e flora da restinga. In: _____. **O Distrito Federal e Seus Recursos Naturais**. Rio de Janeiro, IBGE, 1957. p. 282-285.
- ABREU, S.F. **O Distrito Federal e Seus Recursos Naturais**. Rio de Janeiro, IBGE, 1957.
- AMORIM, H. B. 1984. **Inventário das florestas nativas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo**. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), 1984. 204 p.
- ANDRÉ, D.L., M.C. OLIVEIRA, T. OKUDA, .M.T. HORTA, A.M.T.C. SOLDAN, I.N.M.S. MOREIRA, M.C. ROLLEMBERG e V.E.F. HEIZEN. **Estudo preliminar sobre as condições hidrológicas da lagoa de Araruama**, Rio de Janeiro. Inst. Pesq. Mar., 139: 1-14, 1981
- ANDREATA, J.V. & A.G. MARCA. Composição dos peixes e macrofauna acompanhante dos riachos e lagos do Parque Nacional da Floresta da Tijuca e adjacências, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Acta Biol. Leopoldensia**, 15 (1): 65-76, 1993.
- ANDREATA, J.V., A.M. SAAD, C.R.S.F. BIZERRIL & F.A. BOCKMANN. Alguns aspectos da ecologia das espécies de peixes da Laguna da Tijuca, RJ (Período de março de 1987 e fevereiro de 1989). **Acta Biologica Leopoldensia**, 12(2): 247-286, 1990.
- ANDREATA, J.V., A.M. SAAD, L.A. MORAES, C.L. SOARES & A.G. MARCA. Associações, similaridade e abundância relativa dos peixes da Laguna de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, Brasil. **Bol. Mus. Nac., Zoologia**, 355: 1-25, 1992.
- ANDREATA, J.V., L.R.R. BARBIERI, A.S.C. SEBÍLIA, M.H.C. SILVA, M.A. SANTOS e R.P. SANTOS. Relação dos peixes da Laguna de Marapendi, Rio de Janeiro, Brasil. **Atlântica**, 12 (1): 5-17, 1990.
- ARAÚJO, A. F. B. Padrões de divisão recursos em uma comunidade de lagartos de restinga In: LACERDA, L.D. (org). **Restingas: origem, estrutura e processos**. Niterói, UFF, p.327- 342, 1984
- ARAÚJO, D.S.D. **As comunidades vegetais das margens das lagoas da baixada de Jacarépagua**. Rio de Janeiro, FEEMA, 1978.
- ARAÚJO, D.S.D. e HENRIQUES, R.P.B. Análise Florística das Restingas no Estado do Rio de Janeiro. In LACERDA, L.D. (org). **Restingas: origem, estrutura e processos**. Niterói, UFF, 1984. p.159 - 193.

- ARAÚJO, D.S.D. et al. Vegetação dos mananciais no Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro): Riacho Padrão. In: **Flora alguns estudos III**. Rio de Janeiro, DICOMIT, v 3, 1982.
- ARAÚJO, D.S.D. Restingas: síntese dos conhecimentos para a costa sul-sudeste brasileira. In: ACIESP. **Simposio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste brasileira**. Publ. ACIESP, São Paulo, 54 (1): 333-347, 1987
- ARAÚJO, Dorothy Sue Dunn & PEIXOTO, Ariane Luna. Renovação da comunidade vegetal de restinga após uma queimada. **XXVL Congr. Nac. Botânica**, Rio de Janeiro. Acad.Bras. Ciências. 1977.
- BANDEIRA, C.M. **Parque Nacional da Tijuca**. São Paulo, Macron Books Editora, 1994.
- BARROSO, L.V. & M.C. BERNARDES. Um patrimônio natural ameaçado: Poluição, invasões e turismo sem controle ameaçam lagoas fluminenses. **Ciência Hoje**, 19 (110): 70-74, 1995.
- BIZERRIL, C.R.S.F, A.M. SAAD, J.V. ANDREATA, A.G. MARCA, C.L. SOARES & L. A.F. MORAES. Análise da diversidade específica de uma comunidade de peixes estuarinos da baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. In: **XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA**, Resumos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 274, 1991.
- BIZERRIL, C.R.S.F, Zonas ictiogeográficas do Estado do Rio de Janeiro, uma primeira aproximação. In: **I JORNADA DE ICTIOLOGIA DO RIO DE JANEIRO**, Resumos. Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 18, 1996.
- BIZERRIL, C.R.S.F. & P.M.C. ARAÚJO. Ictiofauna dos ecossistemas fluviais e palustres da baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ. **Acta Biologica Leopoldensia**, 15(2): 51-65, 1993.
- BIZERRIL, C.R.S.F. Identificação de áreas prioritárias para o manejo da diversidade biológica da ictiofauna: um estudo de caso na baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Arqu. Biol. Tecnol.**, 39(2): 295-305, 1996.
- BIZERRIL, C.R.S.F., J.A. BRACK & T.MELO. Análise da interação entre diferentes taxocenoses de um ecossistema palustre. **XX Congresso Brasileiro de Zoologia**, Rio de Janeiro, RJ, 1994.
- BIZERRIL, C.R.S.F., J.R. PEDRUZZI, E.M. VIEIRA & P.M.PINHEIRO-CAMPOS, Avaliação ambiental da restinga de Quissamã, RJ, Brasil. In: **IV CONGRESSO BRASILEIRO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**, Anais, Clube de Engenharia/UFRJ/FUJB, Rio de Janeiro. 475-489, 1995.
- BIZERRIL, C.R.S.F. Estrutura quantitativa de comunidades de peixes em um rio costeiro do sudeste brasileiro. **Acta Biologica Leopoldensia**, 17(2): 57-80, 1995.
- CÂMARA, I de G. Plano de Ação para a Mata Atlântica. São Paulo, Fundação S.O.S. Mata Atlântica, 1992.
- CARAUTA, J.P.P. A vegetação da Pedra de Gávea. Parque Nacional da Tijuca. Rio de Janeiro. **XXV Congr. Nac. Botânica**, 231-9, Mossoró, 1974.

- CARNEIRO, P.R. & C.R.S.F. BIZERRIL, Metodologia para avaliação de impactos sobre ecossistemas aquáticos e terrestres para subsidiar a seleção de alternativas de divisão de queda em estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas. In: **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA/II SEMINÁRIO LATINIO AMERICANO DE ENERGIA**, Anais - Volume II, Clube de Engenharia/UFRJ, Rio de Janeiro. 1584-1597, 1996.
- CARVALHO, P.E.R. **Espécies Florestais Brasileiras: recomendações Silviculturais, Potencialidades e Uso da Madeira**. Brasília, EMBRAPA/CNPQ, 1994. 640 p.
- CASTRO JR., E. **O papel da fauna endopodônica na estrututuração física do solo e seu significado para a hidrologia de superfície**. Tese de Mestrado, Progr. de Pós-Grad. em Geografia/UFRJ, 1991. 150p.
- CASTRO JR., E.; MIRANDA, J. C. & COELHO NETTO, A. L. Variações dos potenciais matriciais em encostas florestadas: maciço da Tijuca, R J. **III Simpósio de Geografia Física Aplicada**. Nova Friburgo, v. 1:291-304, 1989.
- CAVALHEIRA, L.V.. **Macroinfauna bentônica da lagoa de Marapendi, Complexo Lagunar de Jacarepaguá**, Rio de Janeiro, Brasil. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1993 . 171 pp.
- CEZAR, P.B. e OLIVEIRA, R.R. **A Floresta da Tijuca e a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1992
- CLEVELÁRIO JR., J. Quantificação da massa e conteúdo de nutrientes da serrapilheira da bacia do alto rio da Cachoeira, Parque Nacional da Tijuca, RJ. **III Simp. de Geogr. Fís. Aplíc.** Nova Friburgo, v. 1:305-314, 1989.
- COCHRAN, D. M. .Frogs of Southeastern Brazil. **United States National Museum Bulletin**, 206: 420 pp, 1955.
- COELHO NETO, A.L. O Geoecossistema da Floresta da Tijuca. In **ABREU, M de. Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria de Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. p. 104-142
- COELHO NETTO, A. L. & FERNANDES, N. F. Hillslope erosion-sedimentation and relief inversion in SE Brazil. In: **Res. Needs & Aplic. to Reduce Ei-osion in Tropical Steeplands. Proceed. of Fuji Simp.**, IAHS publ. 192, 1990.
- COELHO NETTO, A. L. **O processo erosivo nas encostas do maciço da Tijuca**, Rio de Janeiro. Tese de mestrado, Progr. de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ, 1979. 112p.
- COELHO NETTO, A. L. **Overland flow production in a tropical rainforest catchment: the role of litter cover**. *Catena*, 14: 213-231, 1987.
- COELHO NETTO, A. L. **Surface hidrology and soil erosion in a tropical mountainous rainforest drainage basin**, RJ. PhD. Thesis, Katholieke Universiteit Leuven/Belgiun, 1985.181p.
- COELHO NETTO, A. L.; SANCHE, M. & PEIXOTO, M. M. O. Precipitação e interceptação florestal em ambiente tropical montanhoso RJ. **Rev. Bras. de Engenharia**, v. 4 (2), 1986.
- COELHO NETTO, A. L.; SANTOS, A. A. M & MEIS, M. R. M. Os solos e a hidrologia das encostas no maciço da Tijuca. **Brasil Florestal**, 16: 7-25, 1973.

- COELHO, V.M.B. & M.R.M.B. FONSECA. Problemas da eutrofização no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos FEEMA, série Congressos**, (1): 1-51, 1981.
- COIMBRA FILHO, A. F.; ALDRIGHI A. D. & MARTINS, H. F. Nova contribuição ao reestabelecimento da fauna do Parque Nacional da Tijuca. **Brasil Florestal** 16, 1973.
- COIMBRA FILHO, A.F. et al. **Reserva Biológica de Jacarépaguá - Marapendi**. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Pesquisas Florestais. e Conservação da Natureza, 1961. s.p.
- CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA/UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : Plano de Ação**. Campinas, 1992. 2 vols.
- CORRÊA, M.P. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro, Inst.Hist. Geogr. Bras., 1936. 308 p.
- COSTA, W.J.E.M, Sistemática e distribuição do complexo de espécies *Cynolebias minimus* (Cyprinodontiformes, Rivulidae), com a descrição de duas espécies novas. **Rev. Bras. Zool.**, 5(4): 557-570, 1988.
- COUTINHO, P.N.C.. Sugestões para o gerenciamento de estuários. **Arq. Ciênc.** Mar., 25: 77-86, 1986.
- CPFCN. **Flores da Restinga**. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Florestais e Conservação da Natureza, 1960. 54 p.
- DAJOZ, R. **Ecologia geral**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1983. 472 pp.
- DPJ/DEPT--. GERAL DE PARQUES E JARDINS. **Programa de reflorestamento de encostas**. FMO/ Prefeitura do Rio de Janeiro, 1986.
- DRUMMOND, J.A. **O Jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca**. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 276-298, 1988.
- ESTEVES, F.A. **Fundamentos de Limnologia**. Interciência/Finep, Rio de Janeiro, 1988. 575 pp.
- FEEMA. **Contribuição ao preparo de do plano de manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Rio de Janeiro, 1979. 116.
- FILGUEIRAS, T de S. Africanas no Brasil: Gramíneas Introduzidas da África. IBGE, **Cadernos de Geociências**, 5, Rio de Janeiro, 1992.
- FLORESTA da Tijuca. Rio de Janeiro, **Centro de Conservação da Natureza**, 1966. 152 p.
- FONSECA, K.M.L. **Camarões (Atyidae e Palaemonidae) da rede fluvial do Estado do Rio de Janeiro: Sistemática e distribuição**. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional do Rio de Janeiro MNRJ/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995. 85 pp.
- FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA (ed). **Mata Atlântica**. Rio de Janeiro, Ed Index, 1992.
- FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA. **Workshop Mata Atlântica: Problemas, Diretrizes e Estratégias de Conservação**, Atibaia, 1990. São Paulo, Anais da Reunião Nacional sobre Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica, 1990. 64 p..

- FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA/INPE. **Evolução dos Remanescentes Florestais de Mata atlântica e ecossistemas associados no período 1985-1990.** São Paulo, 1993.
- FUNDO RIO. **Projeto de Reflorestamento de Áreas de Risco em Regiões de Baixa Renda no Município do Rio de Janeiro,** 1990. 99p.
- IBAMA. **Documento de Informações Básicas: Parque Nacional da Tijuca.** Brasília, 1994. 39 p.
- IBDF. Flora. In: _____. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca.** Brasília, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1981.
- IBDF. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca.** Brasília, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1981. 173 p.
- IBGE 1992. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. **Série Manuais Técnicos em Geociências,** número 1. 92 p.
- IEF. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.**1994. (Escala 1:40.000)
- IPLAM RIO. Vegetação. In: _____. **Avaliação da Viabilidade Ambiental, Técnica e Econômica do Parque Municipal Ecológico de Marapendi. Relatório Final.** Vol 1 - Texto. Rio de Janeiro, PLANAVE, 1995
- IPLAN RIO. Meio Ambiente / RioZoo. **Anuário Estatístico,** 1993.
- KISSMANN, K.G. **Plantas infestantes e nocivas.** BASF, São Paulo, 1991. 605 pp.
- LACERDA, L.D. e ARAÚJO, D.S.D. A natureza das restingas. **Ciência Hoje,** 6 (33): 44 - 48, 1987.
- LACERDA, M.T. Notas sobre *Cynolebias minimus* Myers, 1942. **Rev. Aquariorfilia,** 5: 23-29, 1988.
- LAMEGO, A Jacarepaguá – **A Terra e o Homem.** Ed. do Autor, Rio de Janeiro, 1974. 50 pp.
- LAMEGO, L. **O Homem e a Guanabara.** 2 ed. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1964
- LAMEGO, L. **O Homem e a Restinga.** Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1946 (Publ. 2, Séria A)
- LAMEGO, L. **O Homem e o Brejo.** Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1945 (Publ. 1, Séria A)

- LISBOA, B.S. Annaes do Rio de Janeiro. **A descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada d' el Rei Dom João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botanicas.** Reimpresão do Serviço de Museus da Cidade, Secr. Ger. Educ. Cult.. 1934.
- LORENZI, H. Árvores Brasileiras. **Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil.** Nova Odessa, SP, Ed. Plantarum, 1992
- LUDWIG, J e REYNOLDS, F. **Statistical Ecology.** 356 p. John Willey & Sons. New York, 1985.
- LUNA, A. **Floresta Atlântica.** Ed. Alumbamento, 1992
- LUTZ, B. Anfíbios anuros do Distrito Federal. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, 52(1): 155-197, 1954.
- MACIEL, N.C. & A. MAGNANINI, A. Recursos faunísticos do Estado do Rio de Janeiro. **Bol. FBCN**, 24: 65-98, 1989.
- MACIEL, N.C. Fauna das Restingas do Estado do Rio de Janeiro: Levantamento Histórico. In: **Lacerda, L.D. (org). Restingas: origem, estrutura e processos.** Niterói, UFF, p.277-284, 1984.
- MAGALHÃES, J.C. Lenha e Carvão Vegetal para O Estado da Guanabara. **Bol. Carioca de Geogr.**, 15 (1/2): 27-60, 1961
- MAGNANINI, A. et alii. Atlas de Elementos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FEEMA, 1981. 31 p. (Cadernos FEEMA, Série Congressos, 06)
- MAGRINI, A. Samambaia: Uma proposta metodológica para a avaliação de impactos ambientais de hidrelétricas. In: I ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS, Anais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 977-994, 1994.
- MALLET, S.M.S.; MADEIRA, R.M. e RODRIGUES, N.L. Caracterização da vegetação de área do Maciço da Pedra Branca. **Brasil Florestal**, 12 (60): 31-40, 1984.
- MARTINS, H. Flora. In: SECRETARIA DE ECONOMIA. Centro de Pesquisas e de Conservação da Natureza (RJ). Floresta da Tijuca. Rio de Janeiro, Artes Gráficas Gomes de Souza, 1966.
- MATTOS, C.CL.V. Aspectos do Clima e da flora do Parque Nacional da Tijuca. **Bras. Flor.**, 7 (25): 3-12, 1976.
- MAYA, R.O. de C. A Floresta da Tijuca. Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1967.
- MENEZES, N.A., R.M.C. CASTRO, S.H. WEITZMAN & M.J. WEITZMAN. Peixes de riacho da floresta costeira atlântica brasileira: um conjunto pouco conhecido e ameaçado de vertebrados. In: II SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRO, Anais. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 1990.
- MEYER de SCHAUENSEE, R. The Species of Birds of South America and their Distribution. Livingstone, Massachussetts, 1966.
- MIRANDA, J. C.; ALLEMÃO, A. V.; NUNES, V. M. & COELHO NETTO, A. L. Distribuição de chuvas e interceptação pela vegetação florestal: Parque Nacional da Tijuca, RJ. IV Simp. de Geografia Fís. Aplic. Porto Alegre, 1991.

- MORAES, L. A.F., P. OHAYON & L.F. A. M. GOMES. Auxílio multicritério à decisão aplicado à avaliação de impactos no complexo lagunar da baixada de Jacarepaguá, RJ. UNIMAR, 16 (3): 127-143, 1990.
- MORI, S.A., BOOM, B.M. e PRANCE, G.T. Distribution patterns and conservation of eastern Brazilian coastal forest tree species. *Brittonia*, 33 (2): 233-245, 1981
- MYERS, G.S. Lista provisória dos anfíbios do Distrito Federal, Brazil. *Bol. Mus. Nac., sér Zool.*, 35: 24 pp, 1959.
- NAPOLI, M.F. & C.R.S.F., BIZERRIL. Distribuição temporal/espacial de larvas de anuros em um alagado sazonal da baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ. XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA/XII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ZOOLOGIA, Resumos, 1992
- NAPOLI, M.F. Aspectos preliminares da ecologia de uma comunidade de Amphibia Anura da restinga da Barra da Tijuca, RJ. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, Resumos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. p 65, 1989.
- NEHAB, M.A.F. & L.R. BARBOSA. Quadro da situação ambiental da baixada de Jacarepaguá. FEEMA, Rio de Janeiro, 1989. 107 pp.
- NIMER, E. Análise dinâmica da precipitação pluviométrica na região serrana do SE do Brasil, especialmente na serra do Mar. *Rev. de Geografia*, 33: 55-162, 1971.
- NUNES, V. M.; CASTRO JR. E. & COELHO NEITO, A. L. Bioporosidade e infiltração em solos florestados: o papel da fauna endopodônica. IV Sin7p. de Geogr. Fís. Aplíc. Porto Alegre, 1991.
- OCHIONNI, P. Árvores seculares do Parque Nacional da Tijuca. *Leandra*, 10/11: 109 - 119, 1981.
- ODUM, E.P. *Ecologia*. Rio de Janeiro, Interamericana, 1985.
- OLIVEIRA, R. R. & LACERDA, L. D. Contaminação por chumbo na serrapilheira do Parque Nacional da Tijuca, RJ. *Acta Botânica Bras.* (2): 165-169, 1988.
- OLIVEIRA, R. R. Produção e decomposição de serrapilheira no Parque Nacional da Tijuca, RJ. Tese de mestrado, Progr. Pós-Grad. em Geografia/UFRJ, 1987. 107p.
- OLIVEIRA, R. R.; ZAÚ, A. S.; LIMA, D. F.; SILVA, M. B. R. & VLKNNA, M. C. Dinâmica ecológica de encostas do maciço da Tijuca, RJ, FEEMA, Publ. Interna, 1991. 59p.
- PACHECO, J. F. Acréscimo a lista de aves do Município do Rio de Janeiro. *Bol. FBCN- Rio de Janeiro*, 23: 104 -120, 1988.
- PEDLOVSKY, M. A. Estudo preliminar da contribuição da neblina na ciclagem de nutrientes e na deposição de acidez no Parque Nacional da Tijuca, RJ. Monogr. de grad. em Geografia/UFRJ, 1986. 38p.
- PENCZAK, T & R.H.K. MANN. The impact of stream order on fish populations in the Pilica drainage basin, Poland. *Polskie Archiwum Hydrobiologii* 37(1-2): 243-261, 1990.

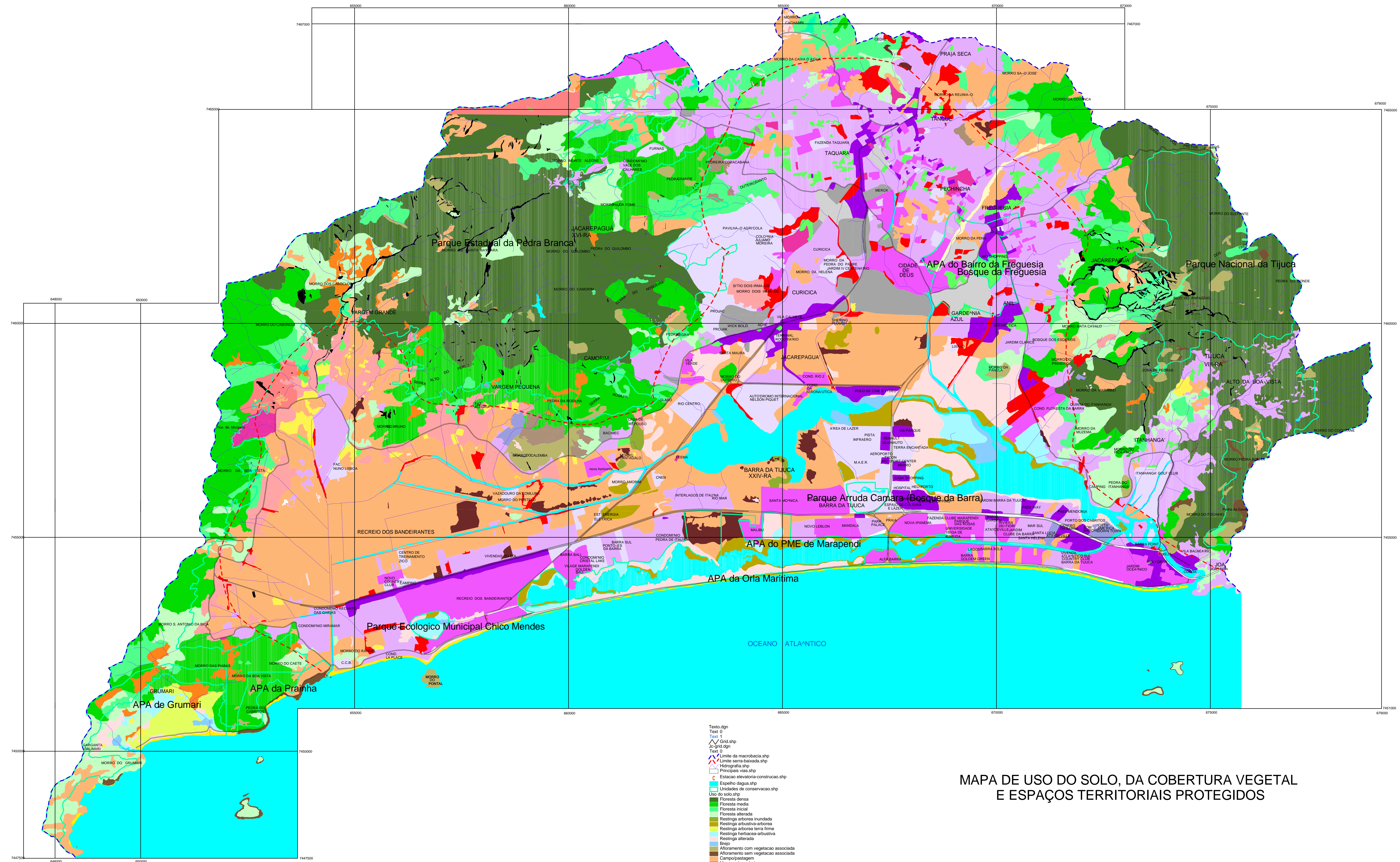
- PERNAMBUCO, R.J. de A. et al. Diagnóstico do desmatamento nos maciços da Tijuca, Pedra Branca e Gericinó - Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Geogr.* 41(3): 80-91, 1979.
- PETERS, J. A. & OREJAS-MIRANDA, B. Catalogue of the Neotropical Squamata: Part I. Snakes. *Bull. U.S. Nat. Mus.* 297:1-347, 1970
- PETERS, J. A. e DONOSO-BARROS, R. Catalogue of the Neotropical Squamata: Part II. Lizards and amphisbaenians. *Bull. U.S. Nat. Mus.* 297:1-293, 1970.
- PMV – Prefeitura Municipal de Vitória. Levantamento Botânico Comparativo e Geomorfologia das Restingas. Proposta de Utilização dessa Vegetação na Arborização e Ajardinamento do Município de Vitória – ES. Vitória, 1985.
- PRIMO, P.B. da S. e RODRIGUES, A.L.P. Cobertura vegetal. In. PMN/UFF/FEEMA. Niterói: Diagnóstico Ambiental. Niterói, Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente/ Universidade Federal Fluminense-UFF/Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente-FEEMA, 1992. p. 48-67.
- RANKIN, E.T., The qualitative habitat evaluation index [QHE]: rationale, methods and application. E.P.A.. Ohio, 1989. 72 pp.
- RIO DE JANEIRO. Tombamento da Serra do Mar/Mata Atlântica. Relatório Final. Rio de Janeiro, Comissão de Estudos para o Tombamento do Sistema Serra do Mar/Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. 1991. 37p.
- RIZZINI, C.T. Tratado de Fitogeografia do Brasil: Vol. 2 - Aspectos Sociológicos e Florísticos. São Paulo, EDUSP/HUCITEC, 1979.
- ROSAS, R. O. Formação de solos em ambiente florestado, maciço da Tijuca, RJ. Tese de Mestrado, Progr. Pós-Grad. em Geografia/UFRJ, 1991.103p.
- SANTOS, C.J. ; FONTES, A.M. e SOUZA, M.H. de. Projeto Mutirão: Uma Alternativa para o Reflorestamento de Encostas de Risco em Regiões de Baixa Renda. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, Curitiba, UFPR, 1996.
- SANTOS, C.J. F.S. Avaliação do Projeto-Piloto de Reflorestamento no Morro São José Operário - Rio de Janeiro. In: I WORKSHOP SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS. Itaguaí, UFRJ, Instituto de Florestas, 1991. p. 108-116.
- SANTOS, C.J.F.; CUNHA, C. de O; NETO, D.C.; FONTES, A.H.M. e FRANCO, A.A. Uso de Leguminosas Arbóreas no Reflorestamento de Encosta de Risco Geotécnico sobre Comunidade de Baixa Renda. In: I SIMPÓSIO SUL-AMERICANO E II SIMPÓSIO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS. Foz do Iguaçu, 1994. p. 361-369
- SANTOS, N. Contribuição ao Estudo da flora do Parque Nacional da Tijuca. *Rodriguésia*, 21 (51): 71-126, 1979.
- SANTOS, N. dos e SANTOS, M dos. Plantas existentes na Floresta da Tijuca - II. *Brasil Florestal*, 10 (43): 17-23, 1980.
- SANTOS, N. Plantas existentes na Floresta da Tijuca. *Brasil Florestal*, 7 (26): 54-68, 1976.

- SARRAF, A. Redescription and distribution of *Spintherobolus broccae* Myers (Characiformes; Characidae). *Revue fr. Aquariol.*, 24: 27-30, 1997.
- SCHAFER, A. Fundamentos de ecologia e biogeografia das águas continentais. Editora da UFRGS, Porto Alegre. 532 pp, 1985.
- SCHEINER, T. C.M. Ocupação Humana no Parque Nacional da Tijuca. *Bras. Flor.*, 7 (28):3-27, 1976
- SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E DE COORDENAÇÃO GERAL, 1990 - Baixada de Jacarepaguá - 1990. Secretaria Municipal de Coordenação de Planejamento e de Coordenação Geral, Rio de Janeiro. 59 pp.
- SEGADAS, V. F. et al. Notas sobre a dinâmica da vegetação de restinga e roteiro de excursão à restinga do Receiro dos Bandeirantes. XXVIII Congr. Nac. Botânica., Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1967.
- SHELFORD, V. (1911) Ecological succession. I. Stream fishes and the method of physiographic analysis. *Biol. Bull.*, 21: 9-35.
- SICK, H. & PABST, L. F. As Aves do Rio de Janeiro (Guanabara), lista sistemática anotada. *Arq. Mus. Nac.*, Rio de Janeiro, 53: 99-160, 1968.
- SICK, H. Ornitologia Brasileira. Atualização J. F. PACHECO. Editora Nova Fronteira, 1997.
- SICK, H. Ornitologia Brasileira: uma introdução. Vol. II. Editora UnB. Brasília, 1985
- SILVA FILHO, E. V. Estudo de chuva ácida e entradas atmosféricas de Na, K, Mg e Cl na bacia do alto rio da Cachoeira, Parque Nacional da Tijuca, RJ. Tese de mestrado, Progr. Pós-Grad. em Geoquímica/UFF, 1985. 92p.
- SMAC/CPE. Avaliação Ambiental dos Manguezais do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1997.
- SMAC/CPE. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso das Terras. 1:75.000. Rio de Janeiro, Secretaria de Meio Ambiente, 1997.
- SMAC/CRA. Projeto Mutirão Reflorestamento. Rio de Janeiro, Secretaria de Meio Ambiente da Cidade, Coordenadoria de Recuperação Ambiental, 1997.
- SMAC/IBAM. Cadastro das Unidades de Conservação da Cidade do Rio de Janeiro. (no prelo).
- SNEATH, P.H.A. & R.R. SOKAL, Numerical taxonomy, the principles and practice of numerical classification. San Francisco, W. H. Freeman and Company. 1973. 547 pp.
- STRAHLER, A. N. Geografia Física, Ediciones Omega, Barcelona, 1982.
- STRANCH, D.M.W., C.C. GARCIA, G.F. SAMPAIO, L. CHACESADO, M. FUNKE, P.R.P. ARAÚJO, S. UTCHITEL, V. A. LAGE & Z.O. SOARES. O estudo do complexo lagunar da Barra da Tijuca (Fase I: Lagoa de Jacarepaguá), FEEMA, Rio de Janeiro, 1982. 37 pp.,
- STRANG, H.E. A Reserva Biológica de Jacarepaguá. *An. Bras. Econ. Flor.*, 12 (12): 267-88, 1960.

- STRANG, H.E. Reserva Biológica de Jacarepaguá: um projeto frustrado. Bol. FBCN, 16: 52-61, 1981.
- TRAVASSOS, H.. Fauna do Distrito Federal III. Sobre o gênero *Spintherobolus* Eigenmann, 1911. An. Acad. Brasileira de Ciências, 25(4): 505-517, 1953.
- UERJ. Lagunas da Baixada de Jacarépagua: Ecologia, Manejo e Política ambiental. Ciclo de Conferência e Debates. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1984.
- URURAHY, J.C.C.; COLLARES, J.E.R.; SANTOS, M.M.S. e BARRETO, R.A.A.B. Vegetação: as regiões fitoecológicas, sua natureza e seus recursos econômicos; estudo fitogeográfico. In. BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SF 23/24 Rio de Janeiro/Vitória. Rio de Janeiro, 1983. p 553 - 623.
- VALLEJO, L. R. A influência do litter na distribuição de águas pluviais. Tese de mestrado, Progr. Pós-Grad. em Geografia/UFRJ, 1982. 121p.
- VOLCKER, C.M. & J.V. ANDREATA, Levantamento taxonômico preliminar da ictiofauna da Laguna da Tijuca. Rev. Nordest. Biol., 5 (2): 197-257, 1982.
- WEINBERG, B. Componentes da Vegetação Remanescente do Litoral de Vila Velha e Norte de Guarapari – ES. Usos em Tratamentos Paisagísticos em Cidades com Orla Marítima. UFRJ. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1983.
- WHITESIDE, B.G. & R. McNATT (1972) Fish species diversity in relation to stream order and physicochemical conditions in the Plum Creek drainage basin. Amer. Mid. Nat. 88(1): 90-101, 1972.
- ZEE, D.M.W., A.M. FILIPPO, C.M. SABINO, R.J. COUTO, H. MARZITELLI, D.L. GAHIVA, V.A.X. BRITO, A.L.C.LIMA & O. COSTA JUNIOR. Poluição dos recursos hídricos da Baixada de Jacarepaguá. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995. 75 pp.

ANEXOS

ANEXO I
MAPA



- Texto.dgn
- Text 0
- Text 1
- Grid.shp
- Grid.shp
- Grid.shp
- Text 0
- Limite da macrobacia.shp
- Limite serra baixada.shp
- Topografia.shp
- Principais vias.shp
- Estação elevatória construção.shp
- Hidrografia.shp
- Espeelho d'água.shp
- Unidades de conservação.shp
- Uso do solo.shp
- Floresta densa
- Floresta média
- Floresta incial
- Floresta alterada
- Restinga arborea inundada
- Restinga arbustiva-arborea
- Restinga arborea terra firme
- Restinga herbacea-arbustiva
- Restinga alterada
- Brço
- Afforeamento com vegetação associada
- Afforeamento sem vegetação associada
- Cantopastagem
- Mangue degradado
- Agricultura
- Bananal
- Bosque
- Criatividade de desmontamento
- Multi-familiar
- Unifamiliar
- Chacara ou sítio
- Favela
- Área institucional
- Constituições
- Comércio/serviços
- Quilos sítios-clubes, escolas
- Ucos mistos
- Indústrias
- Almo
- Solo exposto
- Pedreira
- Prata
- Área de emprestimo
- Loteamento irregular
- Linha Amarela

MAPA DE USO DO SOLO, DA COBERTURA VEGETAL E ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS



ANEXO II
QUADROS DE RELAÇÃO DE ESPÉCIES
DA FAUNA E FLORA

QUADRO II.1 – ICTIOFAUNA DA BACIA DE JACAREPAGUÁ

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	ENDEMISMO	VULNERABILIDADE	IMPORTÂNCIA COMERCIAL
ELOPIFORMES				
ELOPIDAE <i>Elops saurus</i> Linnaeus, 1766	Tabarana	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
CLUPEIFORMES				
CLUPEIDAE <i>Brevoortia aurea</i> (Spix, 1829)	Savelha	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Sardinella brasiliensis</i> (Steindachner, 1879)	Sardinha	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
ENGRAULIDIDAE <i>Anchoa januaria</i> (Steindachner, 1879)	Manjuba	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>A. tricolor</i> (Agassiz, 1829)	Manjuba	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
CHARACIFORMES				
ERYTHRINIDAE <i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794)	Traíra	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	Morobá	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
CRENUCHIDAE <i>Characidium</i> sp.	Canivete	Não endêmico	Vulnerável	Nula
<i>C. interruptum</i> Pellegrin, 1903	Camivete	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
CHARACIDAE <i>Astyanax</i> sp.1	Lambari	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Astyanax</i> sp.2	Lambari	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Deuterodon pedri</i> Eigenmann, 1908	Lambari	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i> Ellis, 1911	Lambari	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>H. reticulatus</i> Ellis, 1911	Lambari	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Mimagoniates microlepis</i> (Steindachner, 1876)	Tetra azul	Não endêmico	Não vulnerável	Aquariofila
SILURIFORMES				
ARIIDAE <i>Genidens genidens</i> (Valenciennes, 1839)	Bagre	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	ENDEMISMO	VULNERABILIDADE	IMPORTÂNCIA COMERCIAL
PIMELODIDAE				
<i>Acentronichthys leptos</i> Eigenmann & Eigenmann, 1889	-	Não endêmico	Vulnerável	Nula
<i>Pimelodella lateristriga</i> (Mueller & Troschel, 1849)	Mandi	Não endêmico	Não vulnerável	Aquariofilia
<i>Rhamdia</i> sp.	Jundiá	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
TRICHOMYCTERIDAE				
<i>Trichomycterus</i> sp.	Cambeva	Não endêmico	Vulnerável	Nula
CALLICHTHYIDAE				
<i>Callichthys callichthys</i> (Linnaeus, 1758)	Tamboatá	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Corydoras barbatus</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Limpa-fundo	Não endêmico	Não vulnerável	Aquariofilia
LORICARIIDAE				
<i>Hypostomus punctatus</i> Valenciennes, 1840	Cascudo	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Microlepidogaster notatus</i> (Eigenmann & Eigenmann, 1889)	Cascudo	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Neoplecostomus microps</i> (Steindachner, 1876)	Cascudo	Não endêmico	Vulnerável	Nula
<i>Otothyris lophophanes</i> (Eigenmann & Eigenmann, 1889)	Cascudo	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Parotocinclus maculicauda</i> (Steindachner, 1877)	Cascudo	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Schizolecis guntheri</i> Britski & Garavello, 1984	Cascudo	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
GYMNOTIFORMES				
GYMNOTIDAE				
<i>Gymnotus carapo</i> Linnaeus, 1758	Sarapó	Não endêmico	Não vulnerável	Aquariofilia
<i>G. pantherinus</i> Steindachner, 1908	Sarapó	Não endêmico	Não vulnerável	Aquariofilia
BELONIFORMES				
BELONIDAE				
<i>Strongylura timucu</i> (Wallbaum, 1792)	Peixe agulha	Não endêmico	Não vulnerável	Nula

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	ENDEMISMO	VULNERABILIDADE	IMPORTÂNCIA COMERCIAL
CYPRINODONTIFORMES				
RIVULIDAE				
<i>Rivulus brasiliensis</i> (Humboldt & Valenciennes, 1812)	Barrigudinho	Não endêmico	Vulnerável	Aquariofilia
<i>R. janeiroensis</i> Costa, 1992	Barrigudinho	Não endêmico	Vulnerável	Aquariofilia
<i>R. ocellatus</i> Hensel, 1868	Barrigudinho	Não endêmico	vulnerável	Aquariofilia
<i>Leptolebias minimus</i> (Myers, 1942)	-	Endêmico	vulnerável	Aquariofilia
POECILIIDAE				
<i>Poecilia vivipara</i> Schneider, 1801	Barrigudinho	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>P. reticulata</i> Peters, 1854	Barrigudinho	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Phallophthychus januaris</i> (Hensel, 1868)	Barrigudinho	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Phalloceros caudimaculatus</i> (Hensel, 1868)	Barrigudinho	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
ANABLEPIDAE				
<i>Jenynsia lineata</i> (Jenyns, 1842)	Barrigudinho	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
ATHERINIFORMES				
ATHERINIDAE				
<i>Xenomelaniris brasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Peixe-rei	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
SYNGNATHIFORMES				
SYNGNATHIDAE				
<i>Oostethus lineatus</i> (Kaup, 1856)	Cachimbo	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
SYNBRANCHIFORMES				
SYNBRANCHIDAE				
<i>Synbranchus marmoratus</i> Bloch, 1795	Mussum	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
BATRACHOIDIFORMES				
BATRACHOIDIDADE				
<i>Porichthys porosissimus</i> (Valenciennes, 1837)	Mangangá-liso	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
SCORPAENIFORMES				
DACTYLOPTERIDAE				
<i>Dactylopterus volitans</i> (Linnaeus, 1758)	Coió, voador	Não endêmico	Não vulnerável	Nula

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	ENDEMISMO	VULNERABILIDADE	IMPORTÂNCIA COMERCIAL
PERCIFORMES				
URANOSCOPIDAE				
<i>Astroscopeus ygraecum</i> (Cuvier, 1829)		Não endêmico	Não vulnerável	Nula
CENTROPOMIDAE				
<i>Centropomus parallelus</i> Poey, 1860	Robalo	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>C. undecimalis</i> (Bloch, 1792)	Robalo	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
CARANGIDAE				
<i>Caranx bartholomei</i> Cuvier, 1833		Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Caranx latus</i> Agassiz, 1831		Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Oligoplites saurus</i> (Bloch & Schneider, 1801)		Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Trachinotus carolinus</i> (Linnaeus, 1758)		Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>T. falcatus</i> (Linnaeus, 1758)		Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Uraspis secunda</i> (Poey, 1860)		Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
GERREIDAE				
<i>Diapterus olisosthomus</i> (Goode & Bean, 1882)	Carapeba	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>D. rhombeus</i> (Cuvier, 1829)	Carapeba	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Gerres aprion</i> (Baird & Girard, 1824)	Carapicu	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>D. brasilianus</i> (Cuvier, 1830)	Carapicu	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>G. gula</i> Quoy & Gaimard, 1824	Carapicu	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>G. lefroyi</i> (Gunther, 1850)	Carapicu	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>G. melanopterus</i> Bleeker, 1863	Carapicu	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
POMADASYDAE				
<i>Pomadasyds croco</i> Cuvier, 1830	Cocoroca	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
SPARIDAE				
<i>Archosargus rhomboidalis</i> (Linnaeus, 1758)	Sargo	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>A. probatocephalus</i> (Walbaum, 1792)	Sargo	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Diplodus argenteus</i> (Valenciennes, 1830)	Marimbá	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
SCIANIDAE				
<i>Micropogonias furnieri</i> (Desmarest, 1823)	Corvina	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Paralanchurus brasiliensis</i> (Steindachner, 1875)	Corvina	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
<i>Bairdiella ronchus</i> (Cuvier, 1830)	Corvina	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	ENDEMISMO	VULNERABILIDADE	IMPORTÂNCIA COMERCIAL
EPHIPIDIDAE <i>Chaetopterus faber</i> (Broussonet, 1782)	Enxada	Não endêmico	Não vulnerável	Pesca
MUGILIDAE <i>Mugil curema</i> Valenciennes, 1836 <i>M. liza</i> Valenciennes, 1836	Parati Tainha	Não endêmico Não endêmico	Não vulnerável Não vulnerável	Pesca Pesca
CICHLIDAE <i>Tilapia rendalli</i> Boulenger, 1896 <i>Geophagus brasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Tilapia Caraúna, acará	Não endêmico Não endêmico	Não vulnerável Não vulnerável	Pesca Pesca
ELEOTRIDIDAE <i>Dormitator maculatus</i> (Bloch, 1790) <i>Eleotris pisonis</i> (Gmelin, 1789)	- Moreia	Não endêmico Não endêmico	Não vulnerável Não vulnerável	Nula Nula
GOBIIDAE <i>Awaous tajasica</i> (Lichtenstein, 1822) <i>Bathygobius soporator</i> (Valenciennes, 1837)	Peixe-flor Maria-da-toca	Não endêmico Não endêmico	Não vulnerável Não vulnerável	Nula Nula
<i>Chriolepis vespa</i> Hasting & Bortone, 1881	Maria-da-toca	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Gobionellus boleosoma</i> (Jordan & Gilbert, 1882)	Maria-da-toca	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>G. oceanicus</i> (Pallas, 1770)	Maria-da-toca	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>G. schufeldti</i> (Jordan & Evermann, 1886)	Maria-da-toca	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>G. stomatus</i> Starks, 1913	Maria-da-toca	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Micogobius meeki</i> Evermann & Marsh, 1900	Maria-da-toca	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
BLENIIDAE <i>Hypleurochilus fissicornis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Maria-da-toca	Não endêmico	Não vulnerável	Nula

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	ENDEMISMO	VULNERABILIDADE	IMPORTÂNCIA COMERCIAL
PLEURONECTIFORMES				
ACHIRIDAE <i>Achirus lineatus</i> (Linnaeus, 1758)	Sola	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
BOTHIDAE <i>Citharichthys cf. spilopterus</i> Gunther, 1862	Linguado	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
TETRAODONTIFORMES				
MONACANTHIDAE <i>Catherine pullus</i> (Ranzani, 1842)	-	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
<i>Monacanthus ciliatus</i> (Mitchill, 1818)	-	Não endêmico	Não vulnerável	Nula
TETRAODONTIDAE <i>Sphoeroides greeleyi</i> Gilbert, 1900	Baiacu	Não endêmico	Não vulnerável	Nula

Fonte: BIZERRIL, 1996; Campanhas de Campo

QUADRO II.2 - FLORA DA RESTINGA E BAIXADAS ÚMIDAS

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Achirocline satureoides</i> DC.	Compositae			X	B, G	
<i>Acicarpa spathulata</i> R. Br.	Calyceraceae		X	X	E, B	
<i>Acrostichum aureum</i> L.	Polypodiaceae	X		X	F, K	
<i>Acrostichum danaeifolium</i> Langsd & Fisch	Polypodiaceae			X	I, K	
<i>Adenocalyma marginatum</i> (Cham.) P. DC.	-			X	N	
<i>Aechmea nudicaulis</i> (L.) Griseb. var. <i>cuspidata</i> Bak.	Bromeliaceae			X	E, F, H, J, L	EPI
<i>Aeschynomene fluminensis</i> Vell.	-			X	I	
<i>Alagoptera arenaria</i> (Gomes) O. Ktze	Palmae			X	E, F, G, H	
<i>Alchornia triplinervia</i> (Spr.) M. Arg. •	-			X	J	
<i>Allophyllus puberulus</i> Radlk.	-			X	D	
<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) O. Ktze var. <i>brasiliana</i>	Amaranthaceae			X	F	
<i>Alternanthera maritima</i> (Mart.) St. Hil.	Amaranthaceae			X	A	
<i>Alternanthera philoxeroides</i> (Mart.) Griseb.	Amaranthaceae	X		X	I	
<i>Alternanthera tenella</i> Colla	Amaranthaceae			X	N	
<i>Amaryllis rutila</i> Ker. Gawl.	Amaryllidaceae			X	D, F, G	
<i>Anabaenella tamnoides</i> M. Arg.	-			X	D, F	
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae		X	X	F	EOR

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Anchieta pyrifolia</i> (Mart.) G. Don var. <i>hilariana</i> (Eich.) Marq. & Dames	Violaceae			X	L	
<i>Andira antheimia</i> (Vell.) Macbr.	Leguminosae			X	F	
<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	Leguminosae			X	N	
<i>Andira frondosa</i> Mart.	Leguminosae			X	N	
<i>Andira legalis</i> (Vell.) Toledo	Leguminosae			X	E	
<i>Anemopaegma chamberlaynii</i> (Sims.) Bur. & Schum.	Bignoniaceae			X	E	
<i>Annona</i> sp.	Annonaceae			X	J ^f	
<i>Anthurium coriaceum/longipes</i> complex	Araceae			X	E	
<i>Anthurium crassipes</i> Engl.	Araceae			X	N	
<i>Anthurium harrisii</i> (Grah.) G. Don. complex	Araceae			X	E	
<i>Anthurium longilaminatum</i> Engl.	Araceae			X	E	
<i>Aristida setifolia</i> Kunth	-			X	F	
<i>Aristolochia macroura</i> Gomes •	Aristolochiaceae			X	D	
<i>Aristolochia cymbifera</i> Mart.	Aristolochiaceae			X	N	EOR
<i>Aristolochia rumicifolia</i> Mart. & Zucc.	Aristolochiaceae			X	L	
<i>Arrabidea conjugata</i> (Vell.) Mart.	Bignoniaceae			X	E, F	
<i>Arrabidea selloi</i> (Spreng.) Sandw.	Bignoniaceae			X	N	
<i>Aspidosperma pyricollum</i> M. Arg.	Apocynaceae			X	E	
<i>Avicennia schaueriana</i> Stapf & Lecchman	Verbenaceae	X			MANGUEZAL	
<i>Axonopus barbigerus</i> (Kth.) Hitch.	-			X	G	
<i>Axonopus pulcher</i> (Nees) Kuhlm	-			X	I	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Bacopa monnieri</i> (L.) Pennell	Scrophulariaceae	X		X	C, I	
<i>Bactris setova</i> Mart.	Palmae			X	J, K	
<i>Begonia fisherii</i> Schrank	Begoniaceae			X	I	
<i>Billbergia amoena</i> (Lodd.) Lindl var. <i>amoena</i> *	Bromeliaceae			X	E, L	
<i>Billbergia distachia</i> (Vell.) Mez. var. <i>distachia</i>	Bromeliaceae			X	L	
<i>Billbergia pyramidalis</i> (Sims) lindl *	Bromeliaceae			X	J	
<i>Blechnum serrulatum</i> Rich.	Polypodiaceae			X	H, I, J, K	
<i>Bomarea</i> sp.	Amaryllidaceae			X	E	
<i>Bonamia burchelli</i> (Choisy) Hallies	-			X	G	
<i>Borreria capitata</i> (R. & P.) DC sensu Steyerm.	Rubiaceae			X	G, H	
<i>Borreria latifolia</i> (Aubl.) Schum	Rubiaceae			X	I	
<i>Borreria scabesoides</i> C. & S.	Rubiaceae			X	C, I	
<i>Bouchea laetevirens</i> Schau	-			X	G	
<i>Brasilopuntia brasiliensis</i> (Willd.) Berg.	-			X	L	
<i>Brassavola tuberculata</i> Hook.	Orchidaceae			X	F	
<i>Bredmeyeria kunthiana</i> (St. Hil.) Kl. ex Benn.	Polygalaceae			X	J ^f	
<i>Bromelia antiacantha</i> Bertol.	Bromeliaceae			X	D, E, F, J	
<i>Brosimum guianense</i> (Aubl.) Huber.	Moraceae			X	E	
<i>Brunfelsia latifolia</i> (pohl.) Benth •	Solanaceae			X	E	
<i>Brunfelsia uniflora</i> (Pohl.) D. Don. •	Solanaceae			X	N	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Bulbostylis capillaris</i> (L.) Kth.	-			X	F	
<i>Bumelia obtusifolia</i> R. & S. (Vulnerável # Quixabeira)	-			X	D, L	
<i>Burmannia capitata</i> (Walt.) Mart.	Burmanniaceae			X	I	
<i>Byrsonima sericea</i> DC.	Malphiaceae			X	E, F, G, H	EOR
<i>Calyptanthes brasiliensis</i> Spreng.	-			X	F	
<i>Calyptanthes strigipes</i> Berg.	-			X	N	
<i>Campomanesia aurea</i> Berg. var. <i>aurea</i>	Myrtaceae			X	N	
<i>Canavalia obtusifolia</i> D.C.	Leguminosae		X			
<i>Canavalia parviflora</i> Benth.	Leguminosae			X	E, L	
<i>Canavalia rosea</i> (Sw.) DC.	Leguminosae			X	B	
<i>Capparis flexuosa</i> (L.) L.s.l.	Capparidaceae			X	D, F	
<i>Cassia apocouita</i> • Aubl.	Leguminosae			X	G	
<i>Cassia australis</i> Vog. •	Leguminosae			X	F	
<i>Cassia flexuosa</i> L. •	Leguminosae			X	F, G	
<i>Cassia ramosa</i> Vog. var. <i>maritima</i> • Irwin	Leguminosae			X	F, G, H	
<i>Cassia rotundifolia</i> • Pars.	Leguminosae			X	I f	
<i>Cassia tetraphylla</i> Desv. var. <i>littoralis</i> • Irwin	Leguminosae			X	H, I	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Catasetum discolor</i> Lindl.	Orchidaceae			X	H	
<i>Catasetum discolor</i> Lindl. var. <i>fimbriatum</i> (Rahd f.) Hoshne	Orchidaceae			X	H	
<i>Cathedra rubricaulis</i> Miers	-			X	E	
<i>Cattleya forbesii</i> Lindl.	Orchidaceae			X	L	
<i>Cattleya guttata</i> Lindl.	Orchidaceae			X	E, F, L	
<i>Cecropia lyratiloba</i> Miq. var. <i>nana</i> Card. & Car. •	Moraceae			X	J	
<i>Centropogon surinamensis</i> (L.) Presl.	Lobeliaceae			X	N	
<i>Centrosema virginianum</i> (L.) Benth.	-			X	G	
<i>Cereus arrabidaei</i> Stend	Cactaceae		X			
<i>Cereus fernambucensis</i> Lem.	Cactaceae		X	X	D, E, G, f	
<i>Cereus variabilis</i> Pfeiff	Cactaceae			X	F	
<i>Cestrum laevigatum</i> Schlecht.	Solanaceae			X	E f	
<i>Chelonanthus ulginosus</i> (Gris.) Gilg.	-			X	I	
<i>Chiococca alba</i> (L.) Hitchc.	-			X	F	
<i>Cissus sicyoideae</i> Baker	Vitaceae			X	N	
<i>Cladium jamaicense</i> Crantz	Cyperaceae	X		X	I	
<i>Cleome rosea</i> Bahl. ssp. <i>rosea</i>	Capparidaceae			X	L	
<i>Clusia fluminensis</i> Pl. & Tr.	Guttiferae			X	E, F	EOR
<i>Clusia lanceolata</i> Camb.	Guttiferae			X	E, F	EOR

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Coccoloba alnifolia</i> Cas.	Polygonaceae			X	E, F, G	
<i>Coccoloba cf. rigida</i> Meisn	Polygonaceae			X	E, F	
<i>Commelina</i> sp.	Commelinaceae			X	F, G	
<i>Condalia buxifolia</i> Reiss.	Commelinaceae			X	N	
<i>Connarus nodosus</i> Baker	Leguminosae			X	N	
<i>Costus arabicus</i> L.	Zingiberaceae			X	J, K	
<i>Costus spiralis</i> (Jacq.) Roscos	Zingiberaceae			X	I, J	
<i>Couepia ovalifolia</i> (Schott) Benth.	-			X	F, G	
<i>Couepia schottii</i> Fritsch (Vulnerável #) Oiti-boi	-			X	E	
<i>Croton klotzschii</i> (Diedr.) M. Arg.	Euphorbiaceae			X	G	
<i>Croton migrans</i> Casar.	Euphorbiaceae			X	H	
<i>Croton urticifolium</i> Lam.	Euphorbiaceae			X	N	
<i>Cupania emarginata</i>	Sapindaceae			X	E, L	EOR
<i>Cuphea flava</i> Spreng.	Lythraceae			X	F, G, H	
<i>Cybianthus cuneifolius</i> Mart.	-			X	J	
<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers.	Gramineae			X	N	
<i>Cyperus ligularis</i> L.	Cyperaceae	X				
<i>Cyperus meyenianus</i> Kunth	Cyperaceae	X			I	
<i>Cyperus polystachyos</i> Rottb.	Cyperaceae	X		X	I	
<i>Cyperus prolixus</i> Humb. et Kunth	Cyperaceae	X			I	
<i>Cyperus surinamensis</i> Roth	Cyperaceae	X			I	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Cyrtopodium andersonii</i> R. Br.	Orchidaceae			X	E, F	
<i>Cyrtopodium paranaense</i> Schltr.	Orchidaceae			X	E, F	
<i>Dachtylaena microphylla</i> Eichl.	-			X	G	
<i>Dactyloctenium aegyptium</i> (L.) P. Beauv.	-			X	G	
<i>Dalbergia ecastophylla</i> (L.) Taub.	Leguminosae	X		X	D	
<i>Dalechampia micromeria</i> Baill.	Euphorbiaceae			X	N	
<i>Declieuxia tenuiflora</i> (Willd ex. R. & S) Steyerl & Kirk.	-			X	G	
<i>Desmodium adscendens</i> D.C.	Leguminosae			X	I	
<i>Desmoncus orthacanthos</i> Mart.	Palmae			X	E	
<i>Dichorisandra thyrsiflora</i> Mik.	Commelinaceae			X	E, J, L	EOR
<i>Diodea apiculata</i> (Willd. ex R. & S.) Schum.	-			X	G	
<i>Diodea radula</i> (Willd & Hoffm. ex R & S.) C. & S.	-			X	D, K _f	
<i>Dioscorea cinnamomifolia</i> Hook.	Dioscoreaceae			X	L	
<i>Dioscorea laxiflora</i> Mart. var. <i>cincinnata</i> Ulins ex R. Knuth	Dioscoreaceae			X	E, J	
<i>Dioscorea martiana</i> Griseb.	Dioscoreaceae			X	L	
<i>Dioscorea mollis</i> Kunth	Dioscoreaceae			X	J	
<i>Dioscorea subhastata</i> Vell.	Dioscoreaceae			X	F	
<i>Ditassa banksii</i> R. & S.	-			X	F	
<i>Eichornia crassipes</i> (Mart.) Solms	Pontederiaceae	X				

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Eleocharis caribacea</i> S. F. Blake	Cyperaceae	X				
<i>Eleocharis mutata</i> Roem. et Schult.	Cyperaceae	X				
<i>Eltroplectris triloba</i> (Lindl.) Pabst	-			X	E	
<i>Emmeorrhiza umbellata</i> (Spreng.) Schum.	-			X	E	
<i>Enhydra sessilis</i> (Sw.) DC.	-			X	I	
<i>Epidendrum denticulatum</i> B. Rodr.	Orchidaceae			X	F, G	
<i>Epidendrum ellipticum</i> Grah.	Orchidaceae			X	F, G	
<i>Eragrostis bahiensis</i> (Schrad.) Schult.	-			X	I	
<i>Eragrostis ciliaris</i> Link	-			X	N	
<i>Erythroxylum ovalifolium</i> Psy.	Erythroxylaceae			X	E, F, G, L	EPI
<i>Esenbeckia rigida</i> Cowan	Rutaceae			X	E, J <i>f</i>	
<i>Esterhazyia splendida</i> Mik.	Scrophulariaceae			X	H	
<i>Eugenia arenaria</i> Camb.	Myrtaceae			X	L	
<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam.	Myrtaceae			X	E	
<i>Eugenia copacabanensis</i> Kiaersk	Myrtaceae			X	E	
<i>Eugenia ceresiflora</i> Miq.	Myrtaceae			X	N	
<i>Eugenia cf. pruinosa</i> Legrand	Myrtaceae			X	N	
<i>Eugenia glomerata</i> Spreng.	Myrtaceae			X	J	
<i>Eugenia nitida</i> Camb.	Myrtaceae			X	E, F, G	
<i>Eugenia ovalifolia</i> Camb.	Myrtaceae			X	E, G, L	
<i>Eugenia rotundifolia</i> Casar.	Myrtaceae			X	D, E, G, L	EPI
<i>Eugenia sulcata</i> Soreng.	Myrtaceae			X	E, G, J <i>f</i>	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Eugenia uniflora</i> L.	Myrtaceae			X	D, E	
<i>Eugenia velutiflora</i> Kiaersk	Myrtaceae			X	J	
<i>Eupatorium apiculatum</i> D.C.	Compositae			X	N	
<i>Euphorbia brasiliensis</i> Loam. var. <i>hyssopifolia</i> (L.) Boiss.	Euphorbiaceae		X	X	B, F	
<i>Evolvulus genistoides</i> V. Oostroom	Convolvulaceae			X	F, G, H	
<i>Ficus catappaefolia</i> Kunth & Bouché •	Moraceae			X	N	
<i>Ficus clusiaefolia</i> Schott ex Spreng. •	Moraceae			X	J	EOR
<i>Ficus hirsuta</i> Schott •	Moraceae			X	L	
<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq. •	Moraceae			X	J	
<i>Ficus pulchella</i> Schott •	Moraceae			X	J	
<i>Fimbristylis spadicea</i> Vahl.	Cyperaceae	X				
<i>Fimbristylis bahiensis</i> Steudel	Cyperaceae			X	H, I	
<i>Fimbristylis complanata</i> Link.	Cyperaceae			X	I	
<i>Forsteronia cordata</i> (M. Arg.) Woods.	-			X	N	
<i>Gallesia integrifolia</i> (Spreng.) Harms	Phytolacaceae			X	L	
<i>Gaylussacia brasiliensis</i> (Spr.) Meissn	Ericaceae			X	G, H	
<i>Geonoma schottiana</i> Mart.	Palmae			X	J	
<i>Gomedesia crocea</i> (Vell.) Berg.	-			X	N	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Gomedesia fenzliana</i> Berg.	-			X	N	
<i>Gomedesia martiana</i> Berg.	-			X	E, J <i>f</i>	
<i>Gomedesia pubescens</i> (DC.) Legrand	-			X	J	
<i>Gonioanthea axillaris</i> (Vell) Font & Schw	-			X	H, J <i>f</i>	
<i>Gonolobus selloanus</i> (Fourn.) Bacig.	-			X	N	
<i>Guapira opposita</i> (Vell.) Reitz	-			X	N	
<i>Guapira pernambucensis</i> (Casar.) Lund.	-			X	G	
<i>Guapira rustica</i> Vell.	-			X	N	
<i>Guettarda viburnoides</i> Ch. & Schl.	-			X	E	
<i>Habenaria josephensis</i> B. Rodr.	Orchidaceae			X	L	
<i>Habenaria leptoceras</i> Hook.	Orchidaceae			X	J	
<i>Haberaria parviflora</i> Lindl.	Orchidaceae			X	I	
<i>Heisteria perianthomega</i> (Vell.) Sleum.	Olacaceae			X	J, F	
<i>Heliconia episcopalis</i> Vell.	Musaceae			X	J	
<i>Herreria salsaparilha</i> Mart.	-			X	E	
<i>Heteropterys aff. leschenaultiana</i> Juss.	Malpigiaceae			X	E	
<i>Heteropterys chrysophylla</i> (Lam.) Kunth	Malpigiaceae			X	E	
<i>Heteropterys coleoptera</i> A. Juss.	Malpigiaceae			X	E, F <i>f</i>	
<i>Hibiscus tilliaceous</i> L.	Malvaceae	X				
<i>Hiraea cuneata</i> Gris.	-			X	N	
<i>Humiria balsamifera</i> (Aubl.) St. Hil. var. <i>parviflora</i>	Linaceae			X	H, J <i>f</i>	
<i>Hydrocotyle bonariensis</i> Lam.	Umbelliferae	X		X	B, I <i>f</i>	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Hydrocotyle umbellata</i> L.	Umbelliferae		X		B, I f	
<i>Hypogynium virgatum</i> (Desv.) Dandy	-			X	H, I f	
<i>Ilex</i> sp.	Aquifoliaceae			X	H	
<i>Imperata contracta</i> (M. B. K.) Hitchcock	Gramineae	X				
<i>Inga fagifolia</i> (L.) Willd.	Leguminosae			X	J	
<i>Inga maritima</i> Benth	Leguminosae			X	F, G	
<i>Ipomea Acetosaefolia</i> Roem. et Shult.	Convolvulaceae	X			B	
<i>Ipomoea littoralis</i> Boiss.	Convolvulaceae			X	B	
<i>Ipomoea pes-capre</i> (L.) Sweet	Convolvulaceae		X	X	B	
<i>Iresine portulacoides</i> (St. Hill) Moq.	Amaranthaceae	X	X	X	A, B	
<i>Jacaranda jasminoides</i> (Thund.) Sandw.	Bignoniaceae			X	N	
<i>Jacquemontia holosericea</i> (Weinman) O'Donell	-			X	G	
<i>Justicia cydoniifolia</i> (Nees) Landu	Acanthaceae			X	E	
<i>Laciasis ligulata</i> Hitchc. & Chass	-			X	J	
<i>Lagenocarpus rigidus</i> Nees	-			X	I	
<i>Laguncularia racemosa</i> Gaerth	Combretaceae	X			manguezal	
<i>Lantana fucata</i> Lindl.	Verbenaceae			X	G	
<i>Lantana pohliana</i> Schau	Verbenaceae			X	E, F	
<i>Laplacea fruticosa</i> (Schrad.) Kobuski	-			X	H	
<i>Laurembergia tetandra</i> (Schott.) Kanitz	-			X	I	
<i>Leiothrix dielsii</i> Ruhl	-			X	I	
<i>Leiothrix hirsuta</i> (Wiktr.) Ruhl.	-			X	H	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Lipostoma capitatum</i> (R. Grah.) D. Don	-			X	I, K	
<i>Lithraea brasiliensis</i> March.	-			X	J	
<i>Lundia cordata</i> DC.	-			X	F, L	
<i>Machaerium secundiflorum</i> Mart.	Leguminosae			X	E	
<i>Mandevilla funiformis</i> (Vell.) K. Schum	Apocynaceae			X	E, F	
<i>Mandevilla velutina</i> (Mart.) Woods. var. <i>glabra</i> (M. Arg.) Woods.	Apocynaceae			X	G	
<i>Manilkara subsericea</i> (Mart.) Dubard.	Sapotaceae			X	E, F, G	
<i>Mannetia cordifolia</i> Mart.	Rubiaceae			X	E f	
<i>Maranta</i> sp.	Marantaceae			X	E, F, J	
<i>Marcetia taxifolia</i> (St. Hil.) DC.	-			X	H	EOR
<i>Mariscus pedunculatus</i> (R. Br.) T. Koyama	-			X	B	
<i>Marleria gaudichaudiana</i> Berg.	-			X	N	
<i>Marsypianthes chamaedrys</i> (Vahl.) Ktse	-			X	N	
<i>Matayba guianensis</i> Aubl.	-			X	L	
<i>Maytenus obtusifolia</i> Mart.	Celastraceae			X	D, E, F, G	EPI
<i>Melanopsidium nigrum</i> Cels.	-			X	E	
<i>Melocactus melocactoides</i> (Hoffm.) DC.	Cactaceae			X	F	
<i>Miconia cinnamomifolia</i> (DC.) Naud.	Melastomataceae			X	J f	
<i>Microtea paniculata</i> Moq.	-			X	G	
<i>Mikania hoehnei</i> Rob.	Compositae			X	E	
<i>Mikania micrantha</i> H.B.W.	Compositae		X	-	-	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Mikania stipulacea</i> Willd.	Compositae			X	N	
<i>Mimosa bimucronata</i> (DC.) O. Ktze	Leguminosae			X	J f	
<i>Mimosa elliptica</i> Benth	Leguminosae			X	I	
<i>Mitracarpus frigidus</i> (Willd.) Schum.	-			X	G	
<i>Mollugo verticillata</i> L.	Molluginaceae			X	B, F, G	
<i>Myrcia lundiana</i> Kiaersk.	Myrtaceae			X	F, J	
<i>Myrcia ovata</i> Camb.	Myrtaceae			X	F	
<i>Myrcia racemosa</i> (Berg.) Leg.	Myrtaceae			X	J	
<i>Myrcia recurvata</i> Berg. var. <i>grandifolia</i> Berg.	Myrtaceae			X	N	
<i>Myrrhinum atropurpureum</i> Schott	-			X	E	
<i>Neomarica</i> sp.	Iridaceae			X	F, G, L	
<i>Neomitranthes obscura</i> (DC.) Legr.	-			X	F, G	
<i>Neoregelia cruenta</i> (R. Grah.) L. B. Smith *	Bromeliaceae			X	D, E, F, G, L	EPI
<i>Norantea brasiliensis</i> Choisy	Marcgraviaceae			X	D, F, G	EOR
<i>Ocotea notata</i> (Nees) Mez.	Lauraceae			X	F, G, H	EOR / EPI
<i>Oeceoclades maculata</i> (Lindl.) Rajin	-			X	J	
<i>Oncidium barbatum</i> Lindl.	Orchidaceae			X	E, F	
<i>Opuntia vulgaris</i> Mill.	Cactaceae			X	D	
<i>Ormosia arborea</i> (Vell.) Harma	Leguminosae			X	E, F, L	
<i>Osmunda cinnamomifolia</i> L.	Osmundaceae			X	J	
<i>Ouratea cuspidata</i> (St. Hil.) Engl.	Ochnaceae			X	D, F, G, J, L	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Oxypetalum alpinum</i> (Vell.) Font. & Schw. var. <i>alpinum</i>	Asclepidaceae			X	I f	
<i>Oxypetalum banksii</i> R. & S. spp. <i>corymbiferum</i>	Asclepidaceae			X	F, G	
<i>Paepalanthus bifidus</i> Kunth	Eriocaulaceae			X	N	
<i>Paepalanthus ramosus</i> (Wikstr.) Kunth	Eriocaulaceae			X	H	
<i>Paepalanthus tortilis</i> (Bong.) Mart.	Eriocaulaceae			X	H, I	
<i>Panicum apressum</i>	Gramineae		X			
<i>Panicum cyanescens</i> Nees	Gramineae			X	I	
<i>Panicum dioecum</i> Sprengl.	Gramineae			X	G	EOR
<i>Panicum racemosum</i> (Beauv.) Spreng.	Gramineae			X	B	
<i>Panicum subulatum</i> Spreng.	Gramineae			X	I	
<i>Paspalum arenarium</i> Schrad.	Gramineae			X	F	
<i>Paspalum maritimum</i> Trin.	Gramineae			X	H, I	
<i>Paspalum pumilum</i> Nees	Gramineae			X	I	
<i>Paspalum vaginatum</i> Sw.	Gramineae	X		X	B, I	
<i>Passiflora edulis</i> Sims. ●	Passifloraceae			X	N	
<i>Passiflora galbana</i> Mart. ●	Passifloraceae			X	N	
<i>Passiflora haematostigma</i> Mast. ex Mast. ●	Passifloraceae			X	N	
<i>Passiflora mucronata</i> Lam. ●	Passifloraceae			X	E, F, G	
<i>Passiflora</i> sp.	Passifloraceae	X				
<i>Paullinia coriacea</i> Casar.	Sapindaceae			X	E, G	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Paullinia weinmanniaefolia</i> Mart.	Sapindaceae			X	F, G	
<i>Pavonia alnifolia</i> St. Hil.	Malvaceae			X	E	
<i>Peixotoa hispidula</i> A. Juss	-			X	F, G	
<i>Peplonia asteria</i> (Vell.) Font. & Schw.	-			X	E <i>f</i> , F, G	
<i>Pera ferruginea</i> Müll Arq.	-			X	H, L	EOR
<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	Cactaceae			X	E	EOR
<i>Peschiera</i> sp.	-			X	E	
<i>Philodendron cordovadense</i> Kunth	Araceae			X	E	
<i>Phoradendron piperoides</i> (HBK) Nutt.	Loranthaceae			X	N	
<i>Phyllanthus arenicola</i> Casar	Euphorbiaceae			X	G	
<i>Picramnia nitida</i> Engl.	Simaroubaceae			X	J	
<i>Pilocarpus spicatus</i> Engl.	Rutaceae			X	E, J <i>f</i>	
<i>Pilosocereus arrabidaei</i> (Lem.) Byl & Rowl.	Cactaceae			X	D, E, F, G, H	EPI
<i>Piper amalago</i> L. var. <i>medium</i> (Jacq.) Yun	Piperaceae		X		L	
<i>Pisonia campestris</i> Netto	Nictaginaceae			X	G	
<i>Pistia stratiotes</i> L.	Araceae	X			I	
<i>Plumbago scandens</i> L.	Plumbaginaceae			X	F	
<i>Polygala cyparissias</i> St. Hil.	Polygalaceae		X	X	B	
<i>Polypodium brasiliense</i> Poir.	Polypodiaceae			X	N	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Polypodium latipes</i> Langad. & Fisch.	Polypodiaceae			X	G	
<i>Polypodium lepidopteris</i> Langsd. & Fisch.	Polypodiaceae			X	G	
<i>Polypodium triseriale</i> Sw.	Polypodiaceae			X	F, G, J	
<i>Portea petropolitana</i> (Wawra) Mez. *	Bromeliaceae		X		E	
<i>Portulaca mucronata</i> Link	Portulacaceae			X	F, G	
<i>Pouteria caimito</i> (R. & P.) Radlk. var. <i>laurifolia</i> (Gomes) Baehni	Sapotaceae			X	E	
<i>Pouteria marginata</i> (Mart. & Eichl.) Rizz	Sapotaceae			X	N	
<i>Pouteria psammophila</i> (Mart.) Baehni	Sapotaceae			X	E; L	
<i>Prescotia plantaginea</i> Lidl.	-			X	F, L	
<i>Protium heptaphyllum</i> March.	Burseraceae			X	E, J <i>f</i>	EOR
<i>Protium venosum</i> Engl.	Burseraceae			X	E, F, H, J	
<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) Robyns	Bombacaceae			X	J <i>f</i>	
<i>Psidium littorale</i> Raddi	Myrtaceae	X		X	E	
<i>Pterolepis glomerata</i> (Rottb.) Cogn.	-			X	I	
<i>Quesnelia quesneliana</i> (Br.) L. B. Smith	Bromeliaceae		X		E, L	
<i>Rapanea</i> sp.	Myrsinaceae			X	N	
<i>Remirea maritima</i> Aubl.	Cyperaceae		X			
<i>Rhabdadenia pohlii</i> M. Arg.	-			X	N	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Rheedia brasiliensis</i> (Mart.) Pl. & Tr.	-			X	E, F, G, J, L	
<i>Rhizophora mangle</i> L.	Rhizophoraceae	X			manguezal	
<i>Rupia maritima</i> L.	Potamogetonaceae	X			I	
<i>Sagittaria lancifolia</i> L.	Alismataceae			X	I	
<i>Salicornia gaudichaudiana</i> Moq.	Chenopodiaceae	X			A	
<i>Sauvagesia erecta</i> L.	Ochnaceae			X	I	
<i>Scaevola plumieri</i> (L.) Vahl.	Goodeniaceae			X	B	
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Anacardiaceae	X		X	D, E	
<i>Schoepfia brasiliensis</i> A. DC.	-			X	N	
<i>Schultesia stenophylla</i> Mart.	Gentianaceae			X	I	
<i>Schwenkia americana</i> Rooy. ex. L.	-			X	F, G	
<i>Scirpus cubensis</i> Poepp. et Kunth	Cyperaceae	X				
<i>Scirpus robustus</i> Pursh	Cyperaceae	X				
<i>Scleria pterota</i> Presl.	Cyperaceae			X	N	
<i>Sebastiania glandulosa</i> (Mart.) Pax.	-			X	G	
<i>Serjania cuspidata</i> Camb.	Sapindaceae			X	E, J <i>f</i>	
<i>Serjania dentata</i> (Vell.) Radlk.	Sapindaceae			X	J <i>f</i>	
<i>Serjania encardia</i> Rodlk.	Sapindaceae			X	L <i>f</i>	
<i>Serjania ichthyoctona</i> Radlk.	Sapindaceae			X	E	
<i>Serjania scopulifera</i> Radlk.	Sapindaceae			X	N	
<i>Serjania tenuis</i> Radlk.	Sapindaceae			X	N	
<i>Sesuriun portulacastrum</i> L.	Aizoaceae	X			A	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Setaria magna</i> Griseb	Gramineae	X				
<i>Sida cordifolia</i> L.	Malvaceae			X	N	
<i>Smilax rufescens</i> Griseb.	Liliaceae			X	E, F	
<i>Solanum paniculatum</i> L.	Solanaceae			X	N	
<i>Sophora tomentosa</i> L.	Leguminosae		X	X	D	
<i>Sorocea hilarii</i> Gaud.	-			X	J	
<i>Spartina alterniflora</i> Loisel	Gramineae	X			manguezal	
<i>Sporobolus virginicus</i> (L.) Kunth	Gramineae	X		X	B	
<i>Stachytarpheta schottiana</i> Schau	Verbenaceae			X	F, G	
<i>Stenotaphrum glabrum</i> (Schrank) Doell	Gramineae		X			
<i>Stenotaphrum secundatum</i> (Walt.) Kuntze	Gramineae	X		X	B	
<i>Stigmaphyllon paralias</i> A. Juss.	Malpighiaceae			X	F, G	
<i>Struthanthus maginatus</i> (Desr.) Bl.	Loranthaceae			X	N	
<i>Stylosanthes guianensis</i> Sw.	-			X	F, G, H	
<i>Stylosanthes viscosa</i> Sw.	-			X	F, G	
<i>Syngonanthus gracilis</i> (Koern.) Ruhl.	Eriocaulaceae			X	H, I	
<i>Syngonanthus habrophyris</i> Ruhl.	Eriocaulaceae			X	F	
<i>Tabebuia cassinoides</i> (Lam.) DC.	Bignoniaceae			X	K	
<i>Tabebuia chrysotricha</i> (Mart. ex DC.) Standl.	Bignoniaceae			X	F, G	
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	-			X	E, F, J	
<i>Telanthera maritima</i> Moq.	Amaranthaceae		X			
<i>Tetrapteryx glabra</i> (Spr.) Gris.	Malpighiaceae			X	N	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Tetrapterys phlomoides</i> (Spr.) Nied.	Malpighiaceae			X	N	
<i>Tibouchina litoralis</i> Ule.	Melastomataceae			X	H f, I	
<i>Tibouchina maximiliana</i> (DC.) Baill.	Melastomataceae			X	I	
<i>Tibouchina trichopoda</i> (DC.) Bail. var. <i>tibouchinoides</i> (DC.) Cogn.	Melastomataceae			X	J f	
<i>Tibouchina urceolaris</i> (DC.) Cogn.	Melastomataceae			X	I	
<i>Tillandsia gardneri</i> Lindl.	Bromeliaceae			X	E	
<i>Tillandsia mallemonitii</i> Glaziov ex. Mez.	Bromeliaceae			X	E, H	
<i>Tillandsia stricta</i> Soland. var. <i>stricta</i>	Bromeliaceae			X	D, E, F, K	
<i>Tillandsia tricholepis</i> Bak. var. <i>tricholepis</i>	Bromeliaceae			X	N	
<i>Tillandsia usneoides</i> (L.) L.	Bromeliaceae			X	J	
<i>Typha dominguensis</i> Pers.	Typhaceae	X			I	
<i>Tocoyena bullata</i> (Vell.) Mart.	Rubiaceae			X	D, F, G, H	EOR /EPI
<i>Tournefortia gardneri</i> A. DC.	-			X	N	
<i>Tournefortia membranacea</i> (G.) DC.	-			X	N	
<i>Tournefortia salicifolia</i> (Gard.) DC.	-			X	N	
<i>Tournefortia villosa</i> Salzm.	-			X	N	
<i>Trichilia casaretti</i> C. DC.	Meliaceae			X	J	
<i>Tricogonia macrolepis</i> Baker	-			X	G	
<i>Utricularia erectiflora</i> St. Hil & Girard.	Lentibulariaceae			X	I	
<i>Utricularia subulata</i> L.	Lentibulariaceae			X	N	
<i>Vanilla chamissonis</i> Kl. var. <i>brevifolia</i> Cogn.	Orchidaceae			X	D, E, F	
<i>Vernonia fruticulosa</i> Mart.	Compositae			X	G, H	
<i>Vernonia geminata</i> Less.	Compositae			X	N	

ESPÉCIES	FAMÍLIAS	ARAÚJO (1978)	MAGNANINI, (1952)	ARAÚJO E HENRIQUES (1984)	COMUNIDADES (**)	ATRIBUTOS
<i>Vernonia obtusifolia</i> Less.	Compositae			X	N	
<i>Vernonia scorpioidae</i> (Lam.) Pers.	Compositae			X	G	
<i>Vitex polygama</i> Cham.	Verbenaceae			X	G	
<i>Vochysia oppugnata</i> (Vall.) Warm.	Vochysiaceae			X	J	
<i>Voyria aphylla</i> (Jacq.) Pers.	Gentianaceae			X	J, E	
<i>Vriesea neoglutinosa</i> * Mez.	Bromeliaceae			X	G	
<i>Vriesea procera</i> (Mart. ex Schult. f) Wittm var. <i>procera</i>	Bromeliaceae			X	F, G	
<i>Wedelia trilobata</i> (L.) Hitch.	Compositae			X	I	
<i>Wulffia stenglossa</i> D.C.	-			X	E, F	
<i>Xylopia</i> sp.	Annonaceae			X	E	
<i>Zollernia falcata</i> Nees	-			X	E	
<i>Zornia gemella</i> (Willd) Vog.	-			X	G	

FONTE: IPLAM-RIO. Avaliação da Viabilidade Ambiental, Técnica e Econômica do Parque Municipal Ecológico de Marapendi. Relatório Final. Vol 1 - Texto. Rio de Janeiro, PLANAVE, 1995

(**) Comunidades:

A - Halofitas; B - Psamofitas reptantes; C - "slack" de dunas móveis; D - "thicket" baixo de pós-praia; E - "thicket" de Myrtaceae; F - "scrub" de *Clusia*; G - "scrub" de Palmae; H - "scrub" de Ericaceae; I - brejo/alagados; J - floresta periodicamente inundada; K - floresta permanentemente inundada; L - floresta seca; N - Não conhecido. † Transição para outras comunidades. Manguezal

• Espécies importantes para o ciclo de vida de borboletas de restinga.

* Espécies importantes para o ciclo de vida de odonatas de restinga.

Espécies consideradas "vulneráveis" à extinção por SEMAN/IEF (1994).

- EXO – Espécie Exótica;
- EOR – Espécie Ornamental;
- EPI – Espécie Pioneira;
- EDP – Espécie que Desperta Preocupação Preservacionista (Decreto Municipal N nº 15.793 de 04/07/97)

QUADRO II.3 - FLORA DAS ENCOSTAS

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Abutilon burburacea</i>	Malvaceae		
<i>Acacia adhaerens</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Acacia lacerans</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Acacia miersii</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Acacia pedicellata</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Acacia pteridifolia</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Acanthinophyllum ilicifolia</i> Burger	Moraceae		
<i>Adenocalymma bracteatum</i> (Cham.) DC.	Bignoniaceae	Cipó de São João	
<i>Adenocalymma comosum</i> DC.	Signoniaceae	Guaxindiba	
<i>Adenocalymma grandifolium</i> (Vell) Mart. ex DC.	Bignoniaceae	Cipó da mata	
<i>Adenocalymma paulistarum</i> Bur.	Bignoniaceae		
<i>Adenocalymma subsessifolium</i> DC.	Signoniaceae		
<i>Aechmea candida</i> Ed. Morr.	Bromeliaceae		
<i>Aechmea coelestis</i> Ed. Morr.	Bromeliaceae	Caraguatá	
<i>Aechmea fasciata</i> Baker	Bromeliaceae	Caraguataí	
<i>Aechmea marmorata</i> Mez	Bromeliaceae		
<i>Aechmea nudicaulis</i> (L.) Griseb	Bromeliaceae	Bromélia	
<i>Aechmea nudicaulis</i> Griseb.	Bromeliaceae	Gravatá da pedra	
<i>Aiouea saligna</i> Meissn.	Lauraceae	Amaiouva	
<i>Alchornea triplinervia</i>	Euphorbiaceae	Tapiá-mirim	
<i>Aleurites molucana</i> L. Willd	Euphorbiaceae	Nogueira	EXO
<i>Allamanda schottii</i> Pohl	Apocynaceae		
<i>Alpinia spiralis</i> Jacq.	Zingiberaceae	Cana do brejo	
<i>Alseis floribunda</i> Schott. in Spreng	Rubiaceae	Alma da serra	
<i>Alsophila corcovadensis</i> Fée	Cyatheaceae	Samambaiaçu	
<i>Alsophila glaziovii</i> Fée	Cyatheaceae		
<i>Alsophila leucolepis</i> Mart.	Cyatheaceae		
<i>Ampelocera glabra</i> Kuhlmann	Ulmaceae	Mentira	
<i>Anemia mandiocana</i> Raddi	Schizaeaceae		
<i>Anemia phyllitides</i> Kaulf	Schizaeaceae	Avenca de espiga	
<i>Anemia radicans</i> Rad	Schizaeaceae	Feto	
<i>Anemia aspera</i>	Schizaeaceae		
<i>Anemia gardneri</i> Hook.	Schizaeaceae		
<i>Anemia hirsuta</i> (L.) Swartz	Schizaeaceae		
<i>Anemia villosa</i> H.B.	Schizaeaceae		
<i>Anemopaegma chaimberlaynie</i>	Bignoniaceae		
<i>Aniba firmula</i> (Nees) Mez	Lauraceae	Canela rosa	
<i>Aniba viridis</i> Mez	Lauraceae	Canela	
<i>Aphelandra prismatica</i> (Vell) Benth.	Acanthaceae		
<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vog) Macbr.	Leg. Caes.	Minrajuba	
<i>Artocarpus integrifolia</i> L.	Moraceae	Jaqueira	EXO
<i>Aspidosperma compatinervium</i> Kuhlmann	Apocynaceae		
<i>Aspidosperma melanocalyx</i> M. Arg.	Apocynaceae		
<i>Aspidosperma olivaceum</i> Arg. Mueli.	Apocynaceae	Guatambú	
<i>Aspidosperma parvifolium</i> M. Arg.	Apocynaceae	Pequiá marfim	
<i>Aspidosperma peroba</i> Fr. Allem	Apocynaceae	Peroba rosa	
<i>Aspidosperma ramiflorum</i> Mueil. Arg.	Apocynaceae	Peroba café	
<i>Asplenium austrobrasiliensis</i> (Cham.) Mex	Polipodiaceae		
<i>Asplenium marginatum</i> L.	Aspleniaceae		
<i>Asplenium oligophyllum</i> Kaulf.	Aspleniaceae		
<i>Astrocaryum aculeatissimum</i> (Schott) Burret	Palmae	Airi	EOR

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Baccharia trinervis</i> Pers	Compositae		
<i>Baccharis brachylaenoides</i> DC.	Compositae		
<i>Baccharis elaeagnoides</i> Steud.	Compositae	Alecrim e Tupichaba	
<i>Baccharis orgyalis</i> DC.	Compositae		
<i>Baccharis oscyodonta</i> DC.	Compositae	Chica do mato	
<i>Baccharis oxyodonta</i> DC.	Compositae		
<i>Bambusa vulgaris</i> Schrad	Gramineae	Bambu	
<i>Bathysa gymnocarpa</i> Schum	Rubiaceae		
<i>Bathysa mendonçale</i> Cchunn	Rubiaceae		
<i>Bauhinia angulosa</i> Vog.	Leg. Caes.		
<i>Bauhinia forficata</i> Link	Leg. Caes.	Pata ou unha de vaca	EPI /EOR
<i>Bauhinia langsdorffiana</i> Bong.	Leg. Caes.		
<i>Bauhinia raddiana</i> Bong.	Leg. Caes.		
<i>Begonia bidentata</i> Raddi	Begoniaceae	Erva de sapo	EOR
<i>Begonia cariocana</i> Brad	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia cocinea</i> Hook	Begoniaceae	Segonia	EOR
<i>Begonia fruticosa</i> DC. Mart.	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia hirtella</i> Link	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia hispida</i> Schott	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia maculata</i> Raddi	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia peltata</i>	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia salicifolia</i> DC.	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia sanguinea</i> Raddi	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia valdensium</i> DC.	Begoniaceae	Begonia	EOR
<i>Begonia arboescens</i> Raddi	Begoniaceae		EOR
<i>Begonia convolvulacea</i> A. DC.	Begoniaceae		EOR
<i>Begonia fagifolia</i> Fisch.	Begoniaceae		EOR
<i>Begonia princeps</i> Hort. Berol	Begoniaceae		EOR
<i>Begonia tomentosa</i> Schott.	Begoniaceae		EOR
<i>Beilschmiedia angustifolia</i> Kostern	Lauraceae	Tapinhão	
<i>Beilschmiedia emarginata</i> Mez	Lauraceae		
<i>Belangeria speciosa</i> Camb.	Cunnoniaceae		
<i>Beloperone microstachya</i> Nees	Acanthaceae		
<i>Bernardia axillaris</i> (Spreng) M. Arg.	Euphorbiaceae		
<i>Bertolonia mosenii</i> Cogn.	Guttiferae		
<i>Billbergia horrida</i> Regel.	Bromellaceae		EOR
<i>Billbergia pyramidalis</i> Lindl.	Bromeliaceae		EOR
<i>Billbergia zebrina</i> Lindl.	Bromeliaceae		EOR
<i>Bixa orellana</i> L.	Bixaceae		
<i>Blechnum blechoides</i> (lag.) C. Chr.	Polygonaceae		
<i>Blechnum brasiliense</i> Desv.	Polipodiaceae		
<i>Blechnum occidentale</i> L.	Polipodiaceae		
<i>Blechnum serrulatum</i> Rich.	Polipodiaceae		
<i>Blechnum unilaterale</i> Sw.	Polipodiaceae		
<i>Boehmeria caudata</i> Sw.	Urticaceae	Assa peixe	
<i>Bomarea salcilloides</i> Roem	Amaryllidaceae	Cará caboclo	
<i>Bombax wittrockianum</i> Schum.	Bombacaceae		
<i>Borreria cymosa</i> Cham. et Scht.	Rubiaceae		
<i>Borreria latifolia</i> Schum	Rubiaceae	Cordão de frade	
<i>Borreria ocimoides</i> (Burn) DC.	Rubiaceae		
<i>Borreria suaveolens</i> Mey.	Rubiaceae		
<i>Brosimum guianensis</i> (Aubl.) Huber.	Moraceae		
<i>Brownes grandiceps</i> Jacquim	Leg. Caes.	Sol da Bolívia	EXO

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Brunfelsia hopeana</i> Benth	Solanaceae	Manacá	EOR
<i>Bryophyllum calycinum</i> Salisb.	Crassulaceae	Erva da fortuna	
<i>Byrsonima sericea</i> DC.	Malpighiaceae	Murici	
<i>Cabralea cangerana</i> Saldanha	Meliaceae	Cangerana	
<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	Leg. Caes.	Pau Brasil	EOR
<i>Caesalpinia peltophoroides</i> Benth	Leg. Caes.	Sibipiruna	EOR
<i>Caesalpinia pulcherrima</i> Sw.	Leg. Caes.	Barba de barata	
<i>Calliandra brevipes</i> Benth.	Leg. Mim.	Esponjinha	EOR
<i>Calea pinatifida</i> Banks ex Steud.	Compositae	Erva de lagarto	
<i>Calyptanthus lanceolata</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Campylocentron robustum</i> Cogn.	Orchidaceae		EOR
<i>Campylocentron sellovii</i> (Rchb.f.) Rolfe.	Orchidaceae		EOR
<i>Canna paniculata</i> Ruiz et Pav.	Cannaceae	Pacavira	
<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Meliaceae	Andiroba	
<i>Cariniana excelsa</i> Casar	Lecythidaceae	Jequitibá	
<i>Carpotroche brasiliensis</i> Engl.	Flacourtiaceae	Sapucainha	
<i>Casearia aculeata</i> Jacq.	Flacourtiaceae		
<i>Casearia lasiophylla</i> Eichler	Flacourtiaceae		
<i>Cassia affinis</i> Benth.	Leg. Caes.	Cassia	EOR
<i>Cassia bicapsularis</i> Linn.	Leg. Caes.	Caáquera	
<i>Cassia ferruginea</i> L.	Leg. Caes.	Canafistula	EOR
<i>Cassia laevigata</i> Willd	Leg. Caes.		
<i>Cassia macranthera</i> DC.	Leg. Caes.	Fedegoso	EOR
<i>Cassia multijuga</i> Rich.	Leg. Caes.	Canudeiro	EPI / EOR
<i>Cassia siamea</i> Lam.	Leg. Caes.	Cassia	EXO
<i>Casuarina stricta</i> Ait.	Causarinaceae	Casuarina	EXO
<i>Cathedra rubricaulis</i> Miers	Olacaceae		
<i>Cecropia adenopus</i> Mart.	Moraceae	Imbaúba vermelha	EPI
<i>Cecropia glaziovii</i> Sneath	Moraceae	Embaúba	
<i>Cecropia hololeuca</i> Miq.	Moraceae	Embaúba branca	EPI
<i>Cecropia leucocoma</i> Miq.	Moraceae	Imbaúba ou umbaúba	
<i>Cedrela</i> sp.	Meliaceae	Cedro	
<i>Centrogenium trilobum</i> (Lindl.) Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Centrolobium robusto</i>	Leg. Pap.	Araribá robusto	
<i>Centrosema pubescens</i> Benth.	Leg. Pap.	Jequiririrana	
<i>Cestrum amictum</i> Schl.	Solanaceae		EOR
<i>Chamaeranthemum gaudichaudii</i> Nees.	Acanthaceae		
<i>Chlorophora tinctoria</i> Gaudich.	Moraceae	Taiuva	
<i>Chorisia crispiflora</i> H.B.K.	Bombacaceae	Paineira barriguda	EOR
<i>Chorisia speciosa</i> St. Hil.	Bombacaceae	Paina de seda	EOR
<i>Chrysalidocarpus lutescens</i> H. Wendl.	Palmae	Areca Bambu	EXO
<i>Chrysophyllum cainito</i> L.	Sapotaceae	Caimito	
<i>Chrysophyllum flexuosum</i> Mart.	Sapotaceae		
<i>Chrysophyllum gonocarpum</i> Engl.	Sapotaceae		
<i>Chrysophyllum invernatum</i> Mart.	Sapotaceae		
<i>Chrysophyllum januariense</i> Eichl.	Sapotaceae		
<i>Chuquiragua glabra</i> (Spreng) Babbex	Compositae		
<i>Ciethra scabra</i>	Clethraceae		
<i>Cinnamomum riedelianum</i>	Lauraceae		
<i>Citrosma apiosyse</i> M.	Monimiaceae	Erva cidreira do mato	
<i>Clarisia racemosa</i> Ruiz e Pav.	Moraceae	Oitíca	
<i>Cleistes calantha</i> Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Cleistes libonii</i> (Rchb.f.) Schltr.	Orchidaceae		EOR

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Cleistes metallina</i> (,Rodr.) Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Cleistes monantha</i> (Rodr.) Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Cleistes revoluta</i> (Rodr.) Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Cleistes silveirana</i> Hoehne e Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Clematis dioica</i> L.	Ranunculaceae	Cipó cruz	
<i>Clethra brasiliensis</i> Cham.	Clethraceae	Pau de cinzas	
<i>Clidemia bullosa</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Clidemia capilliflora</i> (Nand.) Cogn.	Melastomataceae		
<i>Clidemia hirta</i> D. Don.	Melastomataceae	Pexerica	
<i>Clidemia neglecta</i> D. Don	Melastomataceae	Anhanga pixiria	
<i>Clitoria racemosa</i> Benth.	Leg. Pap.	Sombreiro	EXO / EOR
<i>Clusia criuva</i> Camb.	Guttiferae		
<i>Clusia lanceolata</i> Camb.	Guttiferae		
<i>Coccocypselum guianensis</i> Schum	Rubiaceae		
<i>Coccocypselum lanceolatum</i> Pers	Rubiaceae		
<i>Coffea arabica</i> L.	Rubiaceae	Cafeeiro	EXO
<i>Combretum loeflingii</i> Eichl.	Combretaceae	Escovinha	
<i>Conyza chilensis</i> Spreng.	Compositae		
<i>Copaifera langsdorfii</i> Desf.	Leg. Caes.	óleo de Copaíba	
<i>Cordia corymbosa</i> (L.) Don.	Borraginaceae		
<i>Cordia excelsa</i> A DC.	Borraginaceae	Louro pardo	
<i>Cordia latiloba</i> Jahston	Borraginaceae		
<i>Cordia leucomalla</i> Taub.	Borraginaceae		
<i>Cordia magnoliaefolia</i> Cham.	Borraginaceae	Acoara-murú	
<i>Cordia mucronata</i> Fresen.	Borraginaceae		
<i>Cordia trichoclada</i> DC.	Borraginaceae		
<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arrab. Steud.	Borraginaceae		
<i>Crotalaria anapyroides</i> H. B. K	Leg. Pap.		
<i>Croton fuscescens</i> (Spreng) Baill	Euphorbiaceae		
<i>Croton sphaerogymes</i> Baill.	Euphorbiaceae		
<i>Cryptocaria moschata</i> Nee. et Mart.	Lauraceae	Noz moscada do Brasil	
<i>Cryptocaria saligna</i> Mez	Lauraceae	Canela oiti	
<i>Cupania oblongifolia</i> Mart.	Sapindaceae	Camboatá	
<i>Cusparia macrocarpa</i> Engl.	Rutaceae		
<i>Cyathea schanschin</i> Mart.	Cyatheaceae	Rabo de bugio	
<i>Cybistax antisiphilitica</i> Mart.	Bignoniaceae	Ipé mandioca	
<i>Cyclopogon apriscus</i> Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Cyclopogon congestus</i> Hoehne	Orchidaceae		EOR
<i>Cyclopogon trilineatus</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Cyrtanthera calcarata</i> Rizz.	Acanthaceae		EOR
<i>Cyrtopodium andersonii</i> R. Br.	Orchidaceae	Sumaré da pedra	
<i>Dalbergia foliosa</i> Benth.	Leg. Pap.		
<i>Dalbergia frutescens</i>	Leg. Pap.	Pau de estribo	
<i>Dalbergia nigra</i> Allem.	Leg. Pap.	Caviúna - Cabiúna	
<i>Dalbergia raviabilis</i>	Leg. Pap.	Cipó violeta	
<i>Dalbergia variabilis</i> Vog.	Leg. Pap.	Cipó violeta	
<i>Danaea dubia</i> Pr.	Marattiaceae		
<i>Danaea elliptica</i> Smith.	Marattiaceae		
<i>Daphnopsis martii</i>	Thymeliaceae		
<i>Davilla rugosa</i> Poir	Dilleniaceae	Cipó caboclo	
<i>Dichaea cogniauxiana</i> Schltr.	Orchidaceae		
<i>Didymopanax angustissimum</i> E. Marck.	Araliaceae	Canela mandioca	
<i>Didymopanax anomalum</i> Taub.	Araliaceae	Canela mandioca	

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Diodia alata</i> Nees et Mart.	Rubibaceae		
<i>Diodia saponariifolia</i> (Charm. et Schledh Schum)	Rubibaceae		
<i>Dioscorea grandulosa</i> Kiotzs	Dioscoriaceae	Caratinga	
<i>Dioscorea vittata</i> Buli. et Baker	Dioscoriaceae		
<i>Diplazium herbaceum</i> Fée	Polypodiaceae		
<i>Diplazium intercalatum</i> Christensen	Polypodiaceae		
<i>Diplazium pertersenii</i>	Polypodiaceae		
<i>Dipteranthus pellucidus</i> Rebeb.	Acanthaceae		
<i>Dorstenia arifolia</i> Lam.	Moraceae	Figueira da terra	
<i>Dorstenia erecta</i> Velloso	Moraceae		
<i>Dorstenia hirta</i> Desvaux	Moraceae		
<i>Dorstenia ramosa</i> (Desvaux) C.V.S.	Moraceae		
<i>Dorstenia tuneraefolia</i> Fischer e Meyer	Moraceae	Cayapiá	
<i>Dorstenia urceolata</i> Schott.	Moraceae		
<i>Doryopteris deflex</i> (Kef.) L. Lhr.	Polypodiaceae		
<i>Doryopteris effusa</i> (Sm.) Urb.	Polypodiaceae		
<i>Doryopteris setigera</i> (BL.) Ktze	Polypodiaceae		
<i>Doryopteris umbrina</i> L. Lhr.	Polypodiaceae		
<i>Eclipta alba</i> L. ex Jack.	Compositae	Erva botão	
<i>Emmeorrhiza umbellata</i> (Spreng) Schum in Mart	Rubibaceae		
<i>Endlicheria paniculata</i> (Spreng) Macbride	Lauraceae	Canela cheirosa	
<i>Enterolobium schomburgii</i> Benth.	Leg. Mim.	Orelha de negro	
<i>Epidendrum ammophilum</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum bulbosum</i> Vell.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum crassifolium</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum denticulatum</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum difforme</i> Jack.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum filicaule</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum latilabrum</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum latro</i> Rechb. f.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum odoratissimum</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum proligerum</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum punctiferum</i> Rchb. f.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum rigidum</i> Jacq.	Orchidaceae		EOR
<i>Epidendrum variegatum</i> Hook.	Orchidaceae		EOR
<i>Erechtites varianaefolia</i> DC.	Compositae		
<i>Eriobotrya japonica</i> Lindl.	Rosaceae	Ameixeira. Amarela	EXO
<i>Erythrodes picta</i> (Lindl.) Ames	Orchidaceae		
<i>Erythroxyllum pulchrum</i> St-Hil.	Erythroxilaceae	Arco de pipa	
<i>Eschweilera angustifolia</i>	Lecythidaceae		
<i>Eugenia aggregata</i> (Vell.) Kiaersk	Myrtaceae		
<i>Eugenia alongata</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam.	Myrtaceae	Grumichama	
<i>Eugenia cauliflora</i> Berg.	Myrtaceae	Jaboticaba	
<i>Eugenia cerasiflora</i> Miq:	Myrtaceae		
<i>Eugenia fusca</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Eugenia gardneriana</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Eugenia glazioviana</i> Kiaersk	Myrtaceae		
<i>Eugenia glomerata</i>	Myrtaceae	Pichuna	
<i>Eugenia involucrata</i> DC.	Myrtaceae		
<i>Eugenia itacolumensis</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Eugenia itaperimensis</i> Landa	Myrtaceae		
<i>Eugenia macrantha</i> Berg.	Myrtaceae		

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Eugenia magnifica</i> Spreng.	Myrtaceae		
<i>Eugenia malaccensis</i> L.	Myrtaceae	Jambo vermelho	EXO
<i>Eugenia obovata</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Eugenia olivarcea</i>	Myrtaceae		
<i>Eugenia santensis</i> Kiaersk	Myrtaceae		
<i>Eugenia sericea</i> Berg. var. <i>angustifolia</i> Berg.	Myrtaceae	Cereja do mato	
<i>Eugenia</i> sp.	Myrtaceae		
<i>Eugenia sprengelis</i> DC.	Myrtaceae		
<i>Eugenia vellutina</i>	Myrtaceae	Cambucá preto	
<i>Eulophidium maculatum</i> Pfitz.	Myrtaceae		
<i>Eupatorium laeve</i> DC.	Compositae	Anil assú	
<i>Eupatorium laeviatum</i> Lam.	Compositae		
<i>Eupatorium lundianum</i> DC.	Compositae		
<i>Eupatorium pulcherrima</i> Willd.	Compositae	Papagaio	
<i>Eupatorium vanthierianum</i> DC.	Compositae		
<i>Eupatorium dispalatum</i> Gardn.	Compositae		
<i>Euphorbia splendens</i> Boj.	Guphorbiaceae	Coroa de Cristo	
<i>Eurystyles cotyledon</i> Wawra	Orchidaceae		EOR
<i>Eurystyles paranaensis</i>	Orchidaceae		EOR
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	Palmae	Palmito doce	
<i>Fagara rhoifolia</i>	Rutaceae	Mamica de porca	
<i>Ficus clusiaefolia</i> Schott et Spreng.	Moraceae		
<i>Ficus enormis</i> Miq.	Moraceae	Gameleira	
<i>Ficus glabra</i> Vell.	Moraceae		
<i>Ficus hirsuta</i> Vell.	Moraceae		
<i>Ficus hirta</i> Vell.	Moraceae		
<i>Ficus insipida</i> Willd.	Moraceae		
<i>Ficus luschnathiana</i> Miq.	Moraceae	Figueira vermelha	
<i>Ficus organensis</i> Miq.	Moraceae		
<i>Ficus pertusa</i> L.	Moraceae		
<i>Ficus Pohlana</i> (Miq.)	Moraceae		
<i>Ficus pulchella</i> Schott.	Moraceae		
<i>Fredericia speciosa</i> Mart.	Bignoniaceae	Cipó quebrador	
<i>Funifera brasiliensis</i> (Ruddi) Weol.	Thymeliaceae		
<i>Galeandra beyrichii</i> Rchb. f.	Orchidaceae		EOR
<i>Geissomeria cincinnata</i> Nees	Acanthaceae		
<i>Geissomeria juliana</i> Rizz.	Acanthaceae		
<i>Geissomeria pubescens</i> Nees	Acanthaceae		
<i>Gerascanthus latiloba</i> I. M. Johnston	Borraginaceae		
<i>Gleichenia bifida</i> Willd.	Gleicheniaceae		
<i>Gleichenia linearis</i> (Burm.) Clarke	Gleicheniaccae		
<i>Gleichenia pectinata</i> (W.) Ching	Gleicheniaceae		
<i>Gochnatia polymorpha</i>	Compositae		EPI
<i>Gochnatia vellutina</i> (Bonp) Cabreira	Compositae		
<i>Gomesa crispa</i> Kl. e Rchb. f.	Orchidaceae		EOR
<i>Gomesa glaziovii</i> Gogn.	Orchidaceae		EOR
<i>Gomezia planifolia</i> Kl. Rohb.	Orchidaceae		EOR
<i>Gomidesia fenziiana</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Gomidesia leombycinifolia</i>	Myrtaceae		
<i>Gomidesia lindeniana</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Gomidesia nitida</i> (Vell.) Legrand	Myrtaceae	Guamirim	
<i>Gomidesia schaueriana</i> Berg.	Myrtaceae	Guamirim araquá	
<i>Gomidesia sellouwiana</i> Berg.	Myrtaceae	Guamirim-Cambuim	

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Gomidesia spectabilis</i> (DC) Berg	Myrtaceae		
<i>Gomidesia velutiflora</i> Legrand	Myrtaceae		
<i>Grevillea robusta</i> A. Cunn.	Proteaceae	Grevilea	
<i>Grobya amherstiae</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Guarea trichilioides</i> L.	Meliaceae	Carrapeta	
<i>Guarea tuberculata</i> Vell.	Meliaceae	Ataúba	
<i>Gutteria psilopus</i> Mart.	Anonaceae		
<i>Habenaria armandiana</i> Hochne	Orchidaceae		EOR
<i>Habenaria fluminensis</i> Hochne	Orchidaceae		EOR
<i>Habenaria josephensis</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Habenaria rodeiensis</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Hedyosmum brasiliensis</i> Mart.	Crilanthaceae	Chá de soldado	
<i>Heisteria silvani</i> Schwacke	Olacaceae		
<i>Heliconia angustifolia</i> Hook.	Musaceae		EOR
<i>Hemidiodia ocimifolia</i> (Willd.) Chum. in Mart.	Rubiáceae		
<i>Henriettelia glazioviana</i>	Melastomataceae		
<i>Henriettella glabra</i> (Vell.) Cogn.	Melastomataceae		
<i>Heteropterys anomala</i>	Malpighiaceae		
<i>Hieronymia alchonioides</i> Frei Allem.	Euphorbiaceae	Urucurana	
<i>Hillia viridiflora</i> Kuhlm et Silveira	Rubiáceae		
<i>Houlletia broklehurstiana</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Huberia glazioviana</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Huberia ovalifolia</i> DC.	Melastomataceae		
<i>Hybanthus bigibbosus</i> Hassler	Violaceae		
<i>Hybanthus communis</i> Taub.	Violaceae		
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Leg. Caes.		
<i>Hymenophyllum caudiculatum</i> Mart.	Hymenophyllaceae		
<i>Hyperocarpa filiformis</i> (Cris.) Barroso	Dioscoreaceae		
<i>Ilex amara</i> Bonpl.	Aquifoliaceae	Mate	
<i>Inga luschnathiana</i> Benth.	Leg. Mim.	Ingá	
<i>Inga marginata</i> Willd.	Leg. Mim.	Ingá feijão	
<i>Inga nutans</i> (Vell.) Mart.	Leg. Mim.	Ingá	
<i>Inga sessilis</i> Mart.	Leg. Mim.	Ingá ferradura	
<i>Inga striata</i> Benth.	Leg. Mim.	Ingá	
<i>Jaracatia dodecaphylla</i> A. DC.	Caricaceae	Mamão jaracatiá	
<i>Jaracatia heptaphylla</i> (Vell.)	Caricaceae	Mamãozinho jaracatiá	
<i>Joannesia princeps</i> Well.	Euphorbiaceae	Anda açú	
<i>Justicia cydoniifolia</i> Griseb.	Acanthaceae		
<i>Justicia laeta</i> Mart. ex Ness	Acanthaceae		
<i>Kielmeyera elata</i> Saddi	Guttiferae	Pau Santo	
<i>Kielmeyera excelsa</i> Camb.	Guttiferae	Pau Santo	
<i>Laelea crispa</i> Rchb. f.	Orchidaceae	Orquídea	EOR
<i>Lafoensia glyptocarpa</i> Koehne	Lythraceae	Merindiba rosa	EOR
<i>Lankesterella epiphyta</i> (Barb. Rodr.) Brade	Orchidaceae		
<i>Leandra acutiflora</i> (Naud) Cogn.	Melastomataceae		
<i>Leandra circunscissa</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Leandra dasytricha</i> (A. Grav.) Cogn.	Melastomataceae		
<i>Leandra hirta</i> Raddi	Melastomataceae		
<i>Leandra ionopogon</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Leandra lutea</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Leandra nianga</i> Cogn,	Melastomataceae		
<i>Leandra reversa</i> Cogn,	Melastomataceae		
<i>Leandra scabra</i> DC.	Melastomataceae	Camará do mato	

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Leandra strigilliflora</i> (Naud.) Cogn.	Melastomataceae		
<i>Lecythis pisonis</i> Camb.	Lecythidaceae	Sapucaia	
<i>Leiphaimos aphylla</i> (Jacq.) Gilg.	Gentianaceae	Batata cogumelo	
<i>Leiphamos flavescens</i> (Cris.) DC.	Gentianaceae		
<i>Leonorus sibiricus</i> L.	Labiatae	Erva Macaé	
<i>Licaria meissneriana</i> Vatt.	Melastomataceae		
<i>Licaria reitzkleiniana</i> Vatt.	Melastomataceae		
<i>Liparia elata</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Impatiens sultani</i> Hook	Balsaminaceae		
<i>Lockhartia lunifera</i> Rchb. f.	Orchidaceae		EOR
<i>Lopanthopsis floripecten</i> (Rchb.f.) Ames.	Orchidaceae		EOR
<i>Lophanthera lactescens</i> Ducke	Malpighiaceae	Lanterna	
<i>Lycopodium carolimanum</i> L.	Lycopodiaceae		
<i>Lycopodium sernumum</i> L.	Lycopodiaceae		
<i>Machaerium discolor</i> Vog.	Leg. Pap.		
<i>Machaerium incorruptibile</i> Allem.	Leg. Pap.		
<i>Machaerium pedicellatum</i> Vog.	Leg. Pap.	Jacarandá Tan	
<i>Machaerium triste</i> Vog.	Leg. Pap.		
<i>Machaerium vellosianum</i> Benth.	Leg. Pap.		
<i>Macrocarpaea glaziovii</i> Gilg.	Gentianaceae		
<i>Macrocarpaea obtusifolia</i> (Cris.) Gilg.	Gentianaceae		
<i>Malonetia arborea</i> (Veli.) Maeis	Apocynaceae		
<i>Manettia beyrichiana</i> Schum.	Rubiaceae		
<i>Manettia congesta</i>	Rubiaceae		
<i>Manettia congestoides</i> Wernh.	Rubiaceae		
<i>Manettia fimbriata</i> Cham. et Schlecht	Rubiaceae		
<i>Manettia guilleminiana</i> Schum.	Rubiaceae		
<i>Manettia mitis</i> (Vell.) Schum.	Rubiaceae		
<i>Mangifera indica</i> L.	Anacardiaceae	Mangueira	EXO
<i>Marattia polydor</i> Pr.	Marattiaceae		
<i>Marlierea choriophylla</i> Kiaersk	Myrtaceae		
<i>Marlierea clauseniana</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Marlierea edulis</i> Ndz.	Mvrtaceae	Cambucá	
<i>Marlierea obscura</i> Berg.	Myrtaceae	Cambucá do mato	
<i>Marlierea regnelliana</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Marlierea tomentosa</i> Camb.	Myrtaceae	Guapurana	
<i>Masdevallia infracta</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Maxillaria acicularis</i> Herb.	Orchidaceae		EOR
<i>Maxillaria mosenii</i> Kranzl.	Orchidaceae		EOR
<i>Maxillaria phoenicanthera</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Maxillaria plebeja</i> Rchb. F.	Orchidaceae		EOR
<i>Maxillaria pumila</i> Hook	Orchidaceae		EOR
<i>Maxillaria vernicosa</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Maytenus basidentata</i> Reiss.	Celastraceae		
<i>Maytenus communis</i> Reiss.	Celastraceae		
<i>Melanoxylon brauna</i> Schott.	Leg. Caes.	Braúna	
<i>Mendoncia corcinea</i> Veil.	Acanthaceae		
<i>Mendoncia velloziana</i> Nees	Acanthaceae		
<i>Meriania glabbra</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Meriania paniculata</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Metrodorea nigra</i> St. Hil.	Rutaceae		
<i>Michelia champaca</i> L.	Magnoliaceae	Magnólia	EXO
<i>Miconia brasiliensis</i> Triana	Melastomataceae		

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Miconia calvescens</i> DC.	Melastomataceae		
<i>Miconia candolleana</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Miconia chartacea</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Miconia cinerascens</i>	Melastomataceae		
<i>Miconia fasciculata</i> Gard.	Melastomataceae		
<i>Miconia formosa</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Miconia guianensis</i> Cogn.	Melastomataceae		EPI
<i>Miconia inconspicua</i> Miq.	Melastomataceae		
<i>Miconia latecrenata</i> Naud.	Melastomataceae		
<i>Miconia lymenonervia</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Miconia prasina</i> DC.	Melastomataceae		
<i>Miconia pusilliflora</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Miconia quiariensis</i> (Aubl.) Cogn.	Melastomataceae		
<i>Miconia rigidiuscula</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Miconia staminea</i> DC.	Melastomataceae		
<i>Miconia theaezans</i> Cogn.	Melastomataceae	Jacatirão	
<i>Miconia tristis</i> Spreng.	Melastomataceae		
<i>Miconia valtheri</i> Naud.	Melastomataceae		
<i>Microstillis parthoni</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Mikania glomerata</i> Spreng.	Compositae		
<i>Mikania alexandrae</i> G.M. Barroso	Compositae		
<i>Mikania arggriae</i> DC.	Compositae		
<i>Mikania campos portoana</i> G.M.Barroso	Compositae		
<i>Mikania casaetoi</i> Robinson	Compositae		
<i>Mikania conferta</i> DC.	Compositae		
<i>Mikania confertissima</i> Schultz	Compositae		
<i>Mikania cordifolia</i> Willd.	Compositae		
<i>Mikania guillerminii</i> Robinson	Compositae		
<i>Mikania hirsutissima</i> DC.	Compositae		
<i>Mikania lundiana</i>	Compositae		
<i>Mikania lanuginosa</i> DC.	Compositae		
<i>Mikania myriocephala</i> DC.	Compositae		
<i>Mikania nigricans</i> Gardn.	Compositae		
<i>Mikania pachylepis</i> Schultz Bip eX Baker	Compositae		
<i>Mikania pteropoda</i> DC.	Compositae		
<i>Mikania setigera</i> Schultz	Compositae		
<i>Mikania ternata</i> Robinson	Compositae		
<i>Mikania trinervia</i>	Compositae		
<i>Mikania vantieriana</i> Baker	Compositae		
<i>Mimosa bimucronata</i> Kuntze	Leg. Mim.		
<i>Mimosa sepriaria</i> Benth.	Leg. Mim.	Espinho de Maricá	
<i>Mitranthes obscura</i> Legrand.	Myrtaceae		
<i>Morus nigra</i> L.	Moraceae	Amoreira	
<i>Mutisa speciosa</i>	Compositae		
<i>Myrcia laxiflora</i> Camb.	Myrtaceae		
<i>Myrcia ramulosa</i> DC.	Myrtaceae		
<i>Myrcia richardiana</i> Berg.	Myrtaceae		
<i>Myrcia rostrata</i> DC.	Myrtaceae	Vassourinha	
<i>Naiseltia longiflora</i> H. B. K.	Violaceae		
<i>Nectandra ambigua</i> Meissn. Kostermam	Lauraceae	Canela	
<i>Nectandra leucantha</i> Nees.	Lauraceae	Canela de capoeira	
<i>Nectandra pichurim</i> (H.B.K.) Mez.	Lauraceae	Louro pichurim	
<i>Nectandra puberula</i> Nees.	Lauraceae	Canela meúda	

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Nectandra reticulata</i> (Ret. P.) Mez.	Lauraceae	Canela de jacú	
<i>Nectandra Riedelii</i> Mez.	Lauraceae		
<i>Nectandra rigida</i> Nees.	Lauraceae	Canela branca	
<i>Nematanthus longipes</i> DC.	Gesneriaceae		
<i>Neomarica longiflora</i>	Iridaceae		EPI
<i>Neoregelia ampullacea</i> (E.Mors.)L.B.Smith.	Bromeliaceae		EOR
<i>Neoregelia carcorodon</i> (Baker) L.B.Smith.	Bromeliaceae		EOR
<i>Neoregelia carolinae</i> (Baker) L.B.Smith.	Bromeliaceae		EOR
<i>Nidularium innocentii</i> Lem.	Bromeliaceae		EOR
<i>Ocotea schottii</i> (Meissn) Mez.	Lauraceae	Canela azeitona	
<i>Ocotea abbreviata</i> Schw. et Mez	Lauraceae		
<i>Ocotea bachybotra</i> Mez.	Lauraceae	Canela limbosa	
<i>Ocotea daphnifolia</i> (Meissn.) Mez.	Lauraceae	Canela	
<i>Ocotea divaricata</i> Mez.	Lauraceae	Canela	
<i>Ocotea elegans</i> Mez.	Lauraceae	Canela	
<i>Ocotea glaucina</i> (Meissn.) Mez.	Lauraceae	Canela Tapinhoã	
<i>Ocotea glaziovii</i> Mez,	Lauraceae	Canela	
<i>Ocotea insignis</i> Mez.	Lauraceae	Canela batalha	
<i>Ocotea kostermanniana</i> Vatt.	Lauraceae	Canela	
<i>Ocotea kuhimannii</i> Vatt.	Lauraceae	Canela burra	
<i>Ocotea laxa</i> (Nees.) Mez.	Lauraceae	Canela	
<i>Ocotea lucida</i> (Meissn.) Vatt.	Lauraceae	Canela copaiba	
<i>Ocotea macrocalyx</i> (Meissn.) Mez.	Lauraceae	Canela cedro	
<i>Ocotea pretiosa</i> var. <i>longifolia</i> Meissn.	Lauraceae	Canela sassafras	
<i>Ocotea silvestris</i> Vatt.	Lauraceae	Canela copaiba	
<i>Ocotea teleiandra</i> (Nees.) Mez.	Lauraceae	Canela limão	
<i>Ocotea velloziana</i> (Meissn.) Mez.	Lauraceae	Canela	
<i>Octomeria alpina</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria densiflora</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria estrelensis</i> Hoene	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria gehrtii</i> Hoene	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria linearifolia</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria praestans</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria rigida</i> Barb. Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria tricolor</i> Rchb. f.	Orchidaceae		EOR
<i>Octomeria glazioveana</i> Regel	Orchidaceae		EOR
<i>Oncidium pubens</i> Lindl.	Orchidaceae		
<i>Ormosea arborea</i> (Veli.) Harms.	Leg. Pap,	Tento grande	
<i>Ossaea amygdaloides</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Ossaea angustifolia</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Ossaea brachystachya</i> Tr. Triana	Melastomataceae		
<i>Ossaea confertiflora</i>	Melastomataceae		
<i>Ossaea marginata</i> Triana	Melastomataceae		
<i>Ossaea sanguinea</i> Cogn.	Melastomataceae		
<i>Ouratea vaccimoides</i> Engl.	Ochnaceae		
<i>Oxypetalum deltoideum</i> Fourn.	Asclepiadaceae		
<i>Oxypetalum pedicellatum</i> DC.	Asclepiodaceae		
<i>Oxypetalum riparium</i> H.B.K.	Asclepiadaceae		
<i>Parabignonia maximilliani</i> B.	Bignoniaceae		
<i>Parinarium excelsa</i> Sabine	Rosaceae	Carrapicho	
<i>Pavonia sepium</i> St. Hii.	Malvaceae		
<i>Peltastes peltatus</i> (Vell.) Wood.	Apocynaceae		
<i>Peltastomma leucojogon</i> Burt. et K. Sch.	Bignoniaceae		

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Peltogyne angustifolia</i> Duke	Leg. Caes		
<i>Peltogyne discolor</i> Vog.	Leg. Caes.		
<i>Peplonia nitida</i> DC.	Asclepiodaceae		
<i>Pera glabrata</i> Baill	Euphorbiaceae		
<i>Pera obovata</i> Baill	Euphorbiaceae	Pau de sapateiro	
<i>Persea alba</i> Nees et Mart.	Lauraceae		
<i>Persea gratissima</i> Gaernt.	Lauraceae	Abacateiro	
<i>Phryganocydia corymbosa</i> Bur.	Bigoniaceae		
<i>Phyllocarpus riedelii</i> Tulasne	Leg. Caes.		
<i>Phyllanthus corcovadensis</i> Muell. Arg.	Euphorbiaceae		
<i>Phyllostemonodaphne geminiflora</i> (Meissn.) Kostern	Lauraceae		
<i>Piper leptorum</i> Kunth.	Piperaceae		
<i>Piper aduncum</i> L.	Piperaceae	Aperta ruão	
<i>Piper amplum</i> Kunth	Piperaceae		
<i>Piper arboreum</i>	Piperaceae		
<i>Piper cernua</i> Presi.	Piperaceae	Pimenta de morcego.	
<i>Piper colubrinum</i> Link	Piperaceae		
<i>Piper corcovadense</i> C. DC.	Piperaceae		
<i>Piper laetum</i> C. DC.	Piperaceae		
<i>Piper mollicomum</i> Kunth	Piperaceae		
<i>Piper salicariaefolium</i> Kunth	Piperaceae		
<i>Piper sebastianopoli</i> Tense C. DC.	Piperaceae		
<i>Piptadenia colubrina</i> (Veli.) Benth	Leg. Mim.	Angico branco	
<i>Piptadenia communis</i> Benth.	Leg. Mim.	Jacaré	EPI
<i>Piptadenia contorta</i> DC. Benth	Leg. Mim.	Angico	
<i>Piptadenia inaequalis</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Piptadenia latifolia</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Piptadenia laxa</i> Benth	Leg. Mim.		
<i>Piptadenia leptostachya</i> Benth.	Leg. Mim.		
<i>Piptadenia peregrina</i> Benth.	Leg. Mim.	Angico vermelho	
<i>Piptocarpha cariocar</i> G. M. Barroso	Compositae		
<i>Piptocarpha lucida</i> Bennett ex Baker	Compositae		
<i>Piptocarpha oxyphylla</i> Baker	Compositae		
<i>Piptocarpha oblona</i> Bak.	Compositae		
<i>Pitcairnia flammea</i> Lindl.	Bromeliaceae		EOR
<i>Pithecoctenium echinatum</i> Schum	Bromeliaceae		EOR
<i>Pithecolobium avaremotemo</i> Mart.	Leg. Mim.	Brinco de saguiri	
<i>Platymenia reticulata</i> Benth.	Leg. Mim.	Vinhático	
<i>Pleurothallis biglandulosa</i> Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Pleurothallis cuneifolia</i> Cogn.	Orchidaceae		EOR
<i>Pleurothallis filiformes</i> Cogn.	Orchidaceae		EOR
<i>Pleurothallis microphyta</i> Cogn.	Orchidaceae		EOR
<i>Pleurothallis rubro-limbata</i> Hoehne	Orchidaceae		EOR
<i>Pleurothallis strupifolia</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Pleurothallis tigridentis</i> Loefgr.	Orchidaceae		EOR
<i>Pleurothyrium baiensis</i> (Messn) Barroso	Lauraceae		
<i>Polygala laureola</i>	Polygalaceae		
<i>Polyptachya caespitosa</i> Barb, Rodr.	Orchidaceae		EOR
<i>Polymnia macroscypha</i> Baker	Compositae		
<i>Polymnia siegesbeckia</i> DC.	Compositae		
<i>Porophyllum ruderales</i> Caes.	Compositae	Couve-cravinho	
<i>Posoqueria latifolia</i> R. Schul.	Rubiaceae	Açucena do mato	
<i>Pradosia glycyphloea</i> Liais	Sapotaceae	Buranhem	

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Prescottia colorans</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Prescottia plantaginea</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Promenaea xanthina</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR
<i>Prunus brasiliensis</i> Cham.	Rubiaceae	Gingeira brava	
<i>Prunus sphaerocarpa</i> Michx	Rosaceae		
<i>Pseudobaccharis vernonioides</i> DC.G,M.Bar.	Compositae		
<i>Pseudocaryophyllus acuminatus</i> (Link.) Burret	Myrtaceae	Brasa viva	
<i>Pseudocaryophyllus pabastianum</i> Lag.	Myrtaceae		
<i>Pseudolaelia corcovadensis</i> Porto e Brade	Orchidaceae		
<i>Pseudostelis derrugularis</i> (Barb.Rodr.) Schlt	Orchidaceae		
<i>Psidium littorale</i> Raddi	Myrtaceae		
<i>Psychotria hancorniaefolia</i> Banth.	Rubiaceae		
<i>Psychotria leiocarpa</i> Cham, et Cchl.	Rubiaceae		
<i>Psychotria noxia</i> St. Hil.	Rubiaceae	Erva de rato	
<i>Quararibea turbinata</i> Poir	Bombacaceae		
<i>Quesnelia liboniana</i> (De Jonghe) Mez	Bromeliaceae		EOR
<i>Quesnelia marmorata</i> (Lem.) Mez	Bromeliaceae		EOR
<i>Quesnelia quesneliana</i> (Brong.) L. B. Smith.	Bromeliaceae	Bromélia	EOR
<i>Raputia alva</i> St. Hil.	Rutaceae	Arapoca	
<i>Rhipsalis monocantha</i> Griseb.	Cactaceae		
<i>Rhipsalis pachypera</i> Pfeiffer	Cactaceae	Conambaia	
<i>Ricinum communis</i> L.	Euphorbiaceae	Mamoneiro	EXO
<i>Rinorea guianensis</i> Aubl.	Violaceae		
<i>Rhododendron indicum</i> SW.	Ericaceae	Azaléa	EXO
<i>Rudgea macrophylla</i> Benth.	Rubiaceae		
<i>Rustia macrophylla</i> Klotzsch	Rubiaceae		
<i>Sabieea cineræ</i> Aubl.	Rubiaceae		
<i>Saccoglottis biflora</i> (Vell.) Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Saccoglottis metallica</i> (Rofe) Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Saccoglottis nitidum</i> (Vell.) Hoehne	Orchidaceae		EOR
<i>Sanchezia nobilis</i> Hook.	Acanthaceae	Folha da Independência	
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Anacardiaceae		EPI
<i>Schizolobium excelsum</i> Vog.	Leg. Caes.	Guapuruvu	
<i>Sclerolobium denudatum</i> Vog.	Leg. Caes.	Passuaré	
<i>Selaginella contigna</i> Baker	Selaginellaceae		
<i>Selaginella convoluta</i> Spreng.	Selaginellaceae		
<i>Selaginella flexuosa</i> Spreng.	Selaginellaceae		
<i>Selaginella suavis</i> Spreng.	Selaginellaceae		
<i>Selaginella visticulosa</i> Kl.	Selaginellaceae		
<i>Simplocos variabilis</i> Mart.	Simplocaceae	Congonha grande	
<i>Slonea almifolia</i> Mart.	Eleocarpaceae		
<i>Siparuna apiosyce</i>	Monimiaceae		
<i>Smilax syphilitica</i> H. Bombi.	Liliaceae		
<i>Solanum argenteum</i> Dun.	Solanaceae		
<i>Solanum caavurana</i> Vell.	Solanaceae	Caavurana	
<i>Solanum insidiosum</i> Mart.	Solanaceae		
<i>Solanum macranthum</i> Dunal.	Solanaceae		
<i>Solanum martii</i> Sendt.	Solanaceae	Braço de mono ou Panacea	
<i>Solanum migrum</i> L.	Solanaceae	Erva Moura	
<i>Solanum vellozianum</i>	Solanaceae		
<i>Sophranitella violaceae</i> (Lindl.) Schltr.	Orchidaceae		EOR
<i>Sophranitis cernua</i> Lindl.	Orchidaceae		EOR

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Sorocea bonplandii</i> (Baillon) Burger	Moraceae		
<i>Sorocea Guilleminiana</i> Gaud.	Moraceae		
<i>Sparattosperma vernicosum</i> Bur. et Schum.	Bignoniaceae		
<i>Spathicalyx kuhlmannii</i> Jl. Gom. n.g.n,	Bignoniaceae		
<i>Stelis microglossa</i> Reichb. fil.	Orchidaceae		EOR
<i>Stelis rodriguesii</i> Gogn.	Orchidaceae		EOR
<i>Stenocaryne racemosa</i> (Hook.) Krzl.	Orchidaceae		EOR
<i>Stenorrhynchus coccineus</i> (Vell.) Hoehne	Orchidaceae		EOR
<i>Sterculia chicha</i> St. Hil.	Sterculiaceae	Chichá	
<i>Sthrutantus salicifolium</i> Mart.	Loranthaceae		
<i>Stiffia chrysantha</i> Mik.	Compositae	Rabo de cotia	
<i>Strobilorchachis prismatica</i> Nees.	Acanthaceae		
<i>Stromanthe sanguinea</i> Sond.	Maranthaceae	Caeté vermelho	
<i>Strychnos trinervis</i> (Veli.) Mart.	Loganiaceae		
<i>Stryphnodendron barbatimao</i> Mart.	Leg. Mim.	Barbatimão	
<i>Styrax acuminatum</i> Pohl.	Estiracaceae		
<i>Swartzia crocea</i> Benth.	Leg, Caes.	Laranjeirã da mata	
<i>Swartzia Flemingii</i> Raddi.'	Leg, Caes.	Grão de bode	
<i>Swartzia simylex</i> (S.W.) Spreng	Leg. Caes.		
<i>Syzygium jambolanum</i> (Lam.) DC.	Mvrtaceae	Jambolão	EXO
<i>Tabebuia bureauvii</i> Sandw.	Bignoniaceae		EOR
<i>Tabebuia chrysotricha</i>	Bignoniaceae	Ipê tabaco	EOR
<i>Tabebuia heptaphylla</i> Mart. Toledo	Bignoniaceae	Ipê roxo	EOR
<i>Tabebuia leucoxylla</i> DC.	Bignoniaceae		EOR
<i>Tachigalia multijuga</i> Benth.	Leg. Caes.	Caixeta	
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	Acanthaceae		EPI
<i>Tibouchina corymbosa</i> (Raddi.) Cogn.	Melastomataceae	Quaresma	
<i>Tibouchina granulosa</i> Cogn.	Melastomataceae	Quaresma roxa	EPI /EOR
<i>Tibouchina moricandiana</i> Baili.	Melastomataceae,	Quaresma	
<i>Tibouchina pallida</i> Cogn.	Melastomataceae	Quaresma	
<i>Tibouchina urvilleana</i> Cogn.	Melastomataceae	Quaresma	
<i>Tillandsia brachyphylla</i> Baker.	Bromeliaceae		EOR
<i>Tillandsia dura</i> Baker	Brometiaceae		EOR
<i>Tillandsia geminiflora</i> Brongn.	Bromeliaceae		EOR
<i>Tillandsia pulchella</i> Hook.	Bromeliaceae		EOR
<i>Tournefortia gardineri</i> DC.	Borraginaceae		
<i>Tournefortia membranaceae</i> (Gardn.) DC.	Borraginaceae		
<i>Tournefortia villosa</i> Salzm ex DC.	Borraginaceae		
<i>Trema micrantha</i> Blume	Ulmaceae		EPI
<i>Trichomanes himenoides</i>	Himenophyllaceae		
<i>Trichomanes emarginatum</i> Presl.	Himenophyllaceae		
<i>Trichomanes laxum</i> Kl.	Himenophyllaceae		
<i>Trichomanes mandiocanum</i> Raddi	Himenophyllaceae		
<i>Trichomanes pyxidiferum</i> L.	Himenophyllaceae		
<i>Trichomanes rupestre</i> (Raddi) v.d.b.	Himenophyllaceae		
<i>Trichomanes sinuosum</i> Rich.	Himenophyllaceae		
<i>Trigonía candida</i> Warm.	Trigoniaceae	Cipó de macaco	
<i>Trigonía paniculata</i> Warm.	Trigoniaceae	Cipó de paina	
<i>Trixis antimenorrhoea</i> (Schum.) Mart.	Compositae		
<i>Tynanthus cognatus</i> Miers	Bignoniaceae		
<i>Urbanodendron verrudosum</i> (Nees.) Mez.	Lauraceae	Canela preta	
<i>Vanilla edwallii</i> Hoehne	Orchidaceae		EOR
<i>Vanilla organensis</i> Rolf.	Orchidaceae		

NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	NOME VULGAR	ATRIBUTOS
<i>Verbesina glabrata</i> HK.	Compositae		
<i>Vernonia discolor</i> Less.	Compositae	Capichingui de bico	
<i>Vernonia geminata</i> Less.	Compositae		
<i>Vernonia macrophylla</i> Chiov.	Compositae		
<i>Vernonia scorpioides</i> Pérs.	Compositae	Enxuga	
<i>Vernonia serrata</i> Lees.	Compositae		
<i>Vernonia tijucana</i>	Compositae		
<i>Virola bicuhyba</i> Schott.	Myristicaceae	Bicuíba	
<i>Vochysia oppugnata</i> Warming	Vochysiaceae	Rabo de tucano	
<i>Vriesea brasiliensis</i> L.B. Smith.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea brassicoides</i> Mez	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea corcovadensis</i> Mez	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea flamea</i> Smith.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea heterotachys</i> L.B. Smith.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea incurvata</i> Gaud.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea inflata</i> Wawra	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea modesta</i> Wawra	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea philippocoburgii</i> Wawra.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea platynema</i> Gaud	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea poenulata</i> E. Morr.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea psittacina</i> Lindl.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea saundersi</i> Ed. Morr.	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesea tijucana</i> E. Pereira	Bromeliaceae		EOR
<i>Vriesia geniculata</i> Wawra	Bromeliaceae	Bromélia	EOR
<i>Vriesia procera</i>	Bromeliaceae	Bromélia	EOR
<i>Wadelia paludosa</i> DC.	Compositae	Margaridão	EOR
<i>Wulffia atenoglossa</i> DC.	Compositae		
<i>Zollernia ilicifolia</i> Vog.	Leg. Caes.		
<i>Zygopetalum mackaii</i> Hook	Orchidaceae		

Fonte: Santos e Santos (1980); Santos, (1975)

- EXO – Espécie Exótica;
- EOR – Espécie Ornamental;
- EPI – Espécie Pioneira;
- EDP – Espécie que Desperta Preocupação Preservacionista (Decreto Municipal N nº 15.793 de 04/07/97)

QUADRO II.4 - FAUNA SILVESTRE

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
AMPHIBIA		
Ordem ANURA		
Brachycephalidae		
<i>Brachycephalus ephippium</i>	sapo-dourado	EEF/ERA
Bufonidae		
<i>Bufo ictericus</i>	sapo-cururu	
<i>Bufo crucifer</i>	sapo-cururu	
<i>Dendrophryniscus brevipollicatus</i>	sapo	EEF/ERA
Dendrobatidae		
<i>Colostethus carioca</i>	sapo	EEF/ERA
<i>Colostethus olfersioides</i>	sapo	EEF/ERA
Hylidae		
<i>Flectonotus goeldii</i>	perereca-de-bromélia	EDP
<i>Hyla circumdata</i>	perereca	
<i>Hyla albobrenata</i>	perereca	EEF
<i>Hyla truncata</i>	perereca	ERA
<i>Hyla albomarginata</i>	perereca	
<i>Hyla faber</i>	perereca	
<i>Hyla bipunctata</i>	perereca	
<i>Hyla geographica</i>	perereca	
<i>Hyla minuta</i>	perereca	
<i>Hyla anceps</i>	perereca	
<i>Hyla decipiens</i>	perereca	
<i>Hyla senicola</i>	perereca	
<i>Hyla elegans</i>	perereca	
<i>Scynax cuspidata</i>	perereca	
<i>Scynax fuscomarginata</i>	perereca	
<i>Scynax fuscovaria</i>	perereca	
<i>Scynax humilis</i>	perereca	ERA
<i>Scynax perpusilla</i>	perereca	
<i>Scynax similis</i>	perereca	ERA
<i>Phasmahyla guttata</i>	perereca	EEF
<i>Phyllomedusa burmeisteri</i>	perereca	EEF
<i>Phyllomedusa rohdei</i>	perereca	EEF
<i>Aparasphenodon brunoii</i>	perereca	

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Osteocephalus langsdorffii</i>	perereca	
<i>Trachycephalus nigromaculatus</i>	perereca	
<i>Sphaenorhynchus planicola</i>	perereca	EEN
Leptodactylidae		
<i>Ceratophrys aurita</i>	intanha	ERA
<i>Leptodactylus ocellatus</i>	rã	
<i>Leptodactylus fuscus</i>	rã	
<i>Leptodactylus spixii</i>	rã	
<i>Cycloramphus fuliginosus</i>	rã	
<i>Cycloramphus eleutherodactylus</i>	rã	
<i>Thoropa miliaris</i>	perereca	
<i>Thoropa petropolitana</i>	perereca	ERA
<i>Thoropa lutzi</i>	perereca	ERA
<i>Crossodactylus gaudichaudii</i>	rã	EEF
<i>Eleutherodactylus binotatus</i>	rã	EEF
<i>Eleutherodactylus guentheri</i>	rã	EEF
<i>Eleutherodactylus octavioi</i>	rã	EEF/EEN
<i>Eleutherodactylus parvus</i>	rã	EEF
<i>Euparkerella brasiliensis</i>	rã	EEF
<i>Proceratophrys boiei</i>	intanha	EEF
Microhylidae		
<i>Myersiella microps</i>	perereca	
<i>Stereocyclops incrassatus</i>	perereca	
Ordem GYMNOPIHIONA		
Caecilidae		
<i>Siphonops annulatus</i>	cobra-cega	
REPTILIA		
Ordem CHELONIA		
Chelidae		
<i>Acanthochelys radiolata</i>	Cágado	ERA
<i>Hydromedusa maximiliani</i>	Cágado	ERA
Ordem CROCODILIA		
Alligatoridae		
<i>Caiman latirostris</i>	jacaré-de-papo-amarelo	ECI/EDP
Ordem SQUAMATA		
Gekkonidae		
<i>Hemidactylus mabuya</i>	lagartixa-de-parede	EXO
Iguanidae		

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Liolaemus lutzae</i>	lagartinho-da-praia	ERA
<i>Tropidurus torquatus</i>	taraguira	
Scincidae		
<i>Mabuya agilis</i>	lagarto	EEF
Teidae		
<i>Cnemidophorus ocellifer</i>	lagarto	
<i>Tupinambis teguxim</i>	teiú	ECI
<i>Ameiva ameiva</i>	lagarto-verde	
Boidae		
<i>Boa constrictor</i>	jibóia	EXE
Colubridae		
<i>Leptophis ahaetulla</i>	azulão-bóia	
<i>Cloelia cloelia</i>	muçurana	
<i>Liophis poecilogyrus</i>	cobra-de-capim	
<i>Liophis miliaris</i>	cobra-cipó	
<i>Dryadophis bifossatus</i>	jararacussu-do-brejo	
<i>Oxyhopus trigemina</i>	falsa-coral	
<i>Erythrolamprus aesculapii</i>	falsa-coral	
<i>Spilotes pullatus</i>	caninana	
<i>Chironius sexcarinatus</i>	cobra-cipó	
Elapidae		
<i>Micrurus corallinus</i>	coral	EEF
<i>Micrurus decoratus</i>	cobra-coral	EEF
Viperidae		
<i>Bothrops neuwiedii</i>	jararaca-pintada	
<i>Bothrops jararaca</i>	jararaca	
<i>Bothrops jararacussu</i>	jararacussu	
AVES		
Ordem TINAMIFORMES		
Tinamidae		
<i>Crypturellus tataupa</i>	inambu-xitã	ECI
Ordem PODICIPEDIFORMES		
Podicipedidae		
<i>Podiceps dominicus</i>	mergulhão-pequeno	
<i>Podilymbus podiceps</i>	mergulhão	
Ordem PELECANIFORMES		

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
Sulidae		
<i>Sula leucogaster</i>	atobá	
Phalacrocoracidae		
<i>Phalacrocorax olivaceus</i>	biguá	
Anhingidae		
<i>Anhinga anhinga</i>	biguatinga	
Fregatidae		
<i>Fregata magnificens</i>	tesourão	
Ordem CICONIFORMES		
Ardeidae		
<i>Ardea cocoi</i>	socó-grande	
<i>Casmerodius alba</i>	garça-branca-grande	
<i>Egretta thulla</i>	garça-branca-pequena	
<i>Florida caerulea</i>	garça-morena	
<i>Butorides striatus</i>	socozinho	
<i>Buculus ibis</i>	garça-vaqueira	
<i>Syrigma sibilatrix</i>	maria-faceira	
<i>Pilherodius pileatus</i>	garça-real	
<i>Nycticorax nycticorax</i>	savacu	
<i>Nycticorax violaceus</i>	savacu-de-coroa	
<i>Tigrisoma lineatum</i>	socó-boi-verdadeiro	
<i>Ixobrychus involucris</i>	socó-boi-amarelo	
<i>Ixobrychus exilis</i>	socó-boi-escuro	
<i>Botaurus pinnatus</i>	socó-boi-baio	
Cathartidae		
<i>Coragyps atratus</i>	urubu-comum	
<i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha	
<i>Cathartes burrovianus</i>	urubu-de-cabeça-amarela	
Ordem ANSERIFORMES		
Anatidae		
<i>Dendrocygna bicolor</i>	marreca-caneleira	ECI
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	ECI
<i>Anas bahamensis</i>	marreca-toicinho	ECI/EDP
<i>Amazonetta brasiliensis</i>	marreca-do-pé-vermelho	ECI
<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato	ECI/EDP
<i>Oxyura dominicana</i>	marreca-de-bico-roxo	ECI
<i>Netta erythrophthalma</i>	marreca-preta	ECI/EDP
<i>Sarkidiornis melanotos</i>	pato-de-crista	ECI/EDP

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
Ordem FALCONIFORMES		
Accipitridae		
<i>Elanus leucurus</i>	gavião-peneira	
<i>Chondrohierax uncinatus</i>	caracoleiro	EDP
<i>Leptodon cayanensis</i>	gavião-de-cabeça-cinza	EDP
<i>Harpagus diodon</i>	gavião-bombachinha	EEF
<i>Ictinea plumbea</i>	sovi	
<i>Rosthramus sociabilis</i>	caramujeiro	
<i>Accipiter striatus</i>	gaviãozinho	
<i>Buteo albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco	
<i>Buteo magnirostris</i>	gavião-carijó	EXE
<i>Buteo brachyurus</i>	gavião-de-rabo-curto	
<i>Parabuteo unicinctus</i>	gavião-asa-de-telha	
<i>Leucopternis lacernulata</i>	gavião-pombo	EEF/ERA
<i>Heterospizias meridionalis</i>	gavião-caboclo	
<i>Buteogallus urubutinga</i>	gavião-preto	ERA
<i>Buteogallus aequinoctialis</i>	gavião-do-mangue	ERA
Pandionidae		
<i>Pandion haliaetus</i>	águia-pescadora	EMI
Falconidae		
<i>Herpetotheres cachinnans</i>	acauã	
<i>Micrastur ruficolis</i>	gavião-caburé	EEF
<i>Milvago chimachima</i>	gavião-carrapateiro	
<i>Circus buffoni</i>	gavião-do-mangue	
<i>Polyborus plancus</i>	carcará	
<i>Falco peregrinus</i>	falcão-peregrino	EMI
<i>Falco ruficularis</i>	cauré	
<i>Falco femoralis</i>	falcão-de-coleira	
<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri	EXE
Ordem GALLIFORMES		
Cracidae		
<i>Penelope superciliaris</i>	jacupema	EEF/ECI/ERA
Phasianidae		
<i>Odontophorus capueira</i>	uru	EEF/ECI
Ordem GRUIFORMES		
Aramidae		
<i>Aramus guarauna</i>	carão	
Rallidae		

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Rallus sanguinolentus</i>	saracura-de-banhado	
<i>Rallus nigricans</i>	saracura-sana	
<i>Rallus maculatus</i>	saracura-carijó	
<i>Amaurolimnas concolor</i>	saracurinha-do-mato	
<i>Aramides mangle</i>	saracura-da-praia	
<i>Aramides cajanea</i>	saracura-três-potes	
<i>Aramides saracura</i>	saracura-do-mato	
<i>Porzana albicollis</i>	sana-carijó	
<i>Porzana flaviventer</i>	sana-amarelo	
<i>Laterallus melanophaius</i>	pinto-d'água-comum	
<i>Laterallus viridis</i>	siricora-mirim	
<i>Porphyriops melanops</i>	frango-d'água-carijó	
<i>Gallinula chloropus</i>	frango-d'água	
<i>Porphyryla martinica</i>	frango-d'água-azul	
Cariamidae		
<i>Cariama cristata</i>	siriema	EXE
Ordem CHARADRIIFORMES		
Jacanidae		
<i>Jacana jacana</i>	jaçanã	
Rostratulidae		
<i>Nycticryphes semicollaris</i>	narceja-de-bico-torto	
Haematopidae		
<i>Haematopus ostralegus</i>	piru-piru	
Charadriidae		
<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	
<i>Pluvialis dominica</i>	batuiriçu	EMI
<i>Pluvialis squatarola</i>	batuiriçu-de-axila-preta	EMI
<i>Charadrius semipalmatus</i>	batuira-de-bando	EMI
<i>Charadrius collaris</i>	batuira-de-coleira	
Scolopacidae		
<i>Arenaria interpres</i>	vira-pedra	EMI
<i>Tringa solitaria</i>	maçarico-solitário	EMI
<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela	EMI
<i>Tringa melanoleuca</i>	maçarico-de-perna-amarela-grande	EMI
<i>Actitis macularia</i>	maçarico-pintado	EMI
<i>Calidris fuscicollis</i>	maçarico-de-sobre-branco	EMI
<i>Calidris pusilla</i>	maçarico-rasteirinho	EMI
<i>Calidris alba</i>	maçarico-branco	EMI

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Calidris minutilla</i>	maçariquinho	EMI
<i>Calidris melanotos</i>	maçarico-de-colete	EMI
<i>Bartramia longicauda</i>	maçarico-do-campo	EMI
<i>Numerius phaeopus</i>	maçaricão	EMI
<i>Limosa haemastica</i>	maçaricão-de-bico-virado	EMI
<i>Limnodromus griseus</i>	narceja-de costas-brancas	EMI
<i>Gallinago gallinago</i>	narceja	
Recurvirostridae		
<i>Himantopus himantopus</i>	pernilongo	
Laridae		
<i>Larus dominicanus</i>	gaivotao	
<i>Sterna hirundinacea</i>	trinta-reis-de-bico-vermelho	EDP
<i>Sterna hirundo</i>	trinta-reis-boreal	EMI
<i>Sterna superciliaris</i>	trinta-reis-ana	
<i>Sterna maxima</i>	trinta-reis-real	
<i>Sterna eurygnatha</i>	trinta-reis-de-bico-amarelo	
<i>Phaetusa simplex</i>	trinta-reis-grande	
Rynchopidae		
<i>Rhynchops nigra</i>	talha-mar	
Ordem COLUMBIFORMES		
Columbidae		
<i>Columba livia</i>	pombo	EXO
<i>Columba cayennensis</i>	pomba-galega	ECI/ERA
<i>Columba picazuro</i>	asa-branca	ECI
<i>Columba speciosa</i>	pomba-trocal	ECI/ERA
<i>Zenaida auriculata</i>	pomba-de-bando	
<i>Columbina minuta</i>	rolinha-asa-de-canela	
<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha	
<i>Claravis pretiosa</i>	rolinha-azul	ERA
<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	ECI
<i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-gemeadeira	ECI
<i>Geotrygon montana</i>	Pariri	EEF/ECI
Ordem PSITTACIFORMES		
Psittacidae		
<i>Diopsittaca nobilis</i>	ararinha-nobre	EXO
<i>Myiopsitta monachus</i>	Caturrita	EXO
<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha	EEF
<i>Forpus xanthopterygius</i>	Tuim	

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Aratinga leucophthalmus</i>	Araguari	EXE
<i>Brotogeris tirica</i>	periquito-verde	
<i>Brotogeris chiriri</i>	periquito-de-encontro-amarelo	EXO
<i>Touit melanonota</i>	apuim-de-cauda-vermelha	EEF\ERA
<i>Pionus maximiliani</i>	Maitaca	
<i>Amazona amazonica</i>	Curica	EXE\ERA
<i>Amazona rhodocorytha</i>	papagaio-chauá	EEF/EXE\ERA
Ordem CUCULIFORMES		
Cuculidae		
<i>Coccyzus euleri</i>	papa-lagarta-de-euler	
<i>Coccyzus americanus</i>	papa-lagarta-americano	EMI
<i>Coccyzus melanocoryphus</i>	papa-lagarta	EEF
<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato	
<i>Crotophaga ani</i>	anu-preto	
<i>Guira guira</i>	anu-branco	
<i>Tapera naevia</i>	saci	
Ordem STRIGIFORMES		
Tytonidae		
<i>Tytu alba</i>	suindara	
Strigidae		
<i>Ciccaba huhula</i>	coruja-preta	EEF\ERA
<i>Otus choliba</i>	corujinha-do-mato	
<i>Pulsatrix koeniswaldiana</i>	murucututu-pequena	EEF
<i>Glaucidium brasilianum</i>	caburé	
<i>Speotyto cunicularia</i>	coruja-buraqueira	
<i>Rhinoptynx clamator</i>	coruja-orelhuda	
Ordem CAPRIMULGIFORMES		
Nyctibiidae		
<i>Nyctibius griseus</i>	urutau	
Caprimulgidae		
<i>Lurocalis semitorquatus</i>	tuju	
<i>Chordeiles acutipennis</i>	bacurau-de-asa-fina	
<i>Chordeiles minor</i>	bacurau-norte-americano	EMI
<i>Podager nacunda</i>	corucao	
<i>Nyctidromus albicollis</i>	curiango	
<i>Caprimulgus longirostris</i>	bacurau-da-telha	
<i>Caprimulgus maculicaudus</i>	bacurau-de-cauda-manchada	
<i>Caprimulgus parvulus</i>	bacurau-pequeno	

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Hydropsalis brasiliana</i>	bacurau-tesoura	
Ordem APODIFORMES		
Apodidae		
<i>Streptoprocne zonaris</i>	andorinhão-de-coleira	
<i>Streptoprocne biscutata</i>	andorinhão-de-coleira-falha	
<i>Cypseloides fumigatus</i>	andorinhão-da-cascata	
<i>Chaetura cinereiventris</i>	andorinhão-cinzento	
<i>Chaetura andrei</i>	andorinhão-do-temporal	
Trochilidae		
<i>Ramphodon naevicus</i>	beija-flor-grande-da-mata	EEF\ERA
<i>Glaucis hirsuta</i>	besourão	EEF
<i>Phaethornis squalidus</i>	rabo-branco-veludo	EEF
<i>Phaethornis pretrei</i>	rabo-branco	
<i>Phaethornis ruber</i>	besourinho-da-mata	EEF
<i>Eupetomena macroura</i>	beija-flor-tesoura	
<i>Melanotrochilus fuscus</i>	beija-flor-preto-de-rabo-branco	
<i>Colibri serrirostris</i>	beija-flor-de-canto	
<i>Anthracothorax nigricollis</i>	beija-flor-de-veste-preta	EEF
<i>Chrysolampis mosquitus</i>	beija-flor-vermelho	
<i>Chlorestes notatus</i>	beija-flor-de-garganta-azul	
<i>Chlorostilbon aureoventris</i>	besourinho-de-bico-vermelho	
<i>Thalurania glaucopis</i>	beija-flor-de-fronte-violeta	
<i>Hylocharis sapphyrina</i>	beija-flor-sabira	EEF
<i>Hylocharis cyanus</i>	beija-flor-roxo	EEF
<i>Leucochloris albicollis</i>	beija-flor-de-papo-branco	
<i>Polytmus guainumbi</i>	beija-flor-dourado	
<i>Amazilia versicolor</i>	beija-flor-de-banda-branca	
<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-de-garganta-branca	
<i>Amazilia lactea</i>	beija-flor-de-peito-safira	
<i>Aphantochroa cirrhochloris</i>	beija-flor-cinza	
<i>Clytolaema rubricauda</i>	beija-flor-de-papo-de-fogo	EEF
<i>Heliothryx aurita</i>	beija-flor-de-bochecha-azul	
<i>Heliomaster squamosus</i>	bico-reto-de-banda-branca	
<i>Calliphlox amethystina</i>	estrelinha	EEF
Ordem CORACIIFORMES		
Alcedinidae		
<i>Ceryle torquata</i>	martim-pescador-grande	
<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde	

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Chloroceryle americana</i>	martim-pescador-pequeno	
Momotidae		
<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva	EEF
Ordem PICIFORMES		
Bucconidae		
<i>Nystalus chacuru</i>	joão-bobo	
Ramphastidae		
<i>Selenidera maculirostris</i>	araçari-poca	EEF
<i>Baillonijs bailloni</i>	araçari-banana	EEF
<i>Ramphastos vitellinus</i>	tucano-de-bico-preto	EXE/EDP
Picidae		
<i>Picumnus cirratus</i>	picapauzinho	
<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	
<i>Piculus flavigula</i>	pica-pau-bufador	EEF
<i>Celeus flavescens</i>	joão-velho	EEF
<i>Melanerpes flavifrons</i>	benedito	EEF
<i>Melanerpes candidus</i>	pica-pau-branco	
<i>Veniliornis maculifrons</i>	pica-pau-de-testa-pintada	
Ordem PASSERIFORMES		
Formicariidae		
<i>Batara cinerea</i>	matracão	EEF
<i>Hypoedaleus guttatus</i>	chocao-carijó	EEF
<i>Mackenziaena severa</i>	borralhara	EEF
<i>Taraba major</i>	choró-boi	EEF
<i>Thamnophilus palliatus</i>	choca-listrada	EEF
<i>Thamnophilus punctatus</i>	choca-bate-cabo	EEF
<i>Dysithamnus stictothorax</i>	choquinha-de-peito-pintado	EEF
<i>Dysithamnus mentalis</i>	choquinha-lisa	EEF
<i>Myrmotherula gularis</i>	choquinha-de-garganta-pintada	EEF
<i>Myrmotherula axillaris</i>	choquinha-de-flancos-barrancos	EEF
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	asa-vermelha	EEF
<i>Dryophila ferruginea</i>	trovoada	EEF
<i>Dryophila ochropyga</i>	choquinha-de-sobre-amarelado	EEF
<i>Dryophila squamata</i>	choquinha-escamada	EEF
<i>Terenura maculata</i>	cabecinha-estriada	EEF
<i>Cercomacra brasiliana</i>	chororo-cinzentos	EEF\ERA
<i>Pyriglena leucoptera</i>	papa-taoca	EEF
<i>Myrmeciza loricata</i>	papa-formigas-da-grota	EEF

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Chamaeza campanisona</i>	tovaca-campanhia	EEF
<i>Grallaria varia</i>	tovacuçu	EEF
Conopophagidae		
<i>Conopophaga melanops</i>	chupa-dente-de-máscara	EEF
<i>Conopophaga lineata</i>	chupa-dente	EEF
Furnariidae		
<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	
<i>Furnarius figulus</i>	casca-de-couro-de-lama	EXO
<i>Synallaxis spixi</i>	joão-tenenem	
<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	curutie	
<i>Anabazenops fuscus</i>	trepador-de-coleira	EEF
<i>Phylidor atricapillus</i>	limpa-folha-coroada	EEF
<i>Phylidor lichtensteini</i>	limpa-folha-ocracea	EEF
<i>Phylidor rufus</i>	limpa-folha-de-testa-baia	EEF
<i>Automolus leucophthalmus</i>	barraqueiro-de-olho-branco	EEF
<i>Phleocryptes melanops</i>	bate-bico	
<i>Synallaxis ruficapilla</i>	pichore	EEF
<i>Xenops rutilans</i>	bico-virado-carijó	EEF
<i>Xenops minutus</i>	bico-virado-liso	EEF
<i>Sclerurus scansor</i>	vira-folhas	EEF
<i>Lochmias nematura</i>	joão-porcaria	
Dendrocolaptidae		
<i>Dendrocincla fuliginosa</i>	arapaçu-liso	EEF
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	arapaçu-grande	EEF
<i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde	EEF
<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	arapaçu-grande-de-garganta-branca	EEF
<i>Xyphorhynchus guttatus</i>	arapaçu-de-garganta-amarela	EEF
<i>Lepidocolaptes angustirostris</i>	arapaçu-do-cerrado	EXO
<i>Lepidocolaptes fuscus</i>	arapaçu-rajado	EEF
<i>Campylorhamphus falcularius</i>	arapaçu-de-bico-torto	EEF
Tyrannidae		
<i>Xolmis cinerea</i>	primavera	
<i>Xolmis velata</i>	noivinha-branca	
<i>Colonia colonus</i>	viuvinha	
<i>Gubernetes yetapa</i>	tesoura-do-brejo	
<i>Knipolegus nigerrimus</i>	maria-preta-de-garganta-vermelha	
<i>Hymenops perspicillata</i>	viuvinha-de-óculos	
<i>Muscipipra vetula</i>	tesoura-cinzenta	EEF

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Fulvicola neneteta</i>	lavadeira-mascarada	EXO
<i>Fluvicola leucocephala</i>	freirinha	
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	príncipe	
<i>Satrapa icterophrys</i>	suiriri-pequeno	
<i>Machetornis rixosus</i>	suiriri-cavaleiro	
<i>Tyrannus savanna</i>	tesourinha	
<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	
<i>Empidonomus varius</i>	peítica	
<i>Megarhynchus pitangua</i>	neinei	EEF
<i>Myiodynastes maculatus</i>	bem-ti-vi-rajado	EEF
<i>Myiozetetes similis</i>	bem-ti-vi-pequeno	
<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-ti-vi	
<i>Attila rufus</i>	capitão-de-saira	EEF
<i>Myiarchus ferox</i>	maria-cavaleira	
<i>Myiarchus tuberculifer</i>	maria-cavaleira-pequena	
<i>Myiarchus tyrannulus</i>	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	
<i>Contopus cinereus</i>	papa-mosca-cinzento	EEF
<i>Lathotriccus eulerei</i>	enferrujado	EEF
<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	guaracavuçu	EEF
<i>Myiobius barbatus</i>	espoletinha	EEF
<i>Myiophobus fasciatus</i>	filipe	EEF
<i>Hirundinea ferruginea</i>	birro	
<i>Platyrrinchus mystaceus</i>	patinho	EEF
<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-de-orelha-preta	EEF
<i>Tolmomyias flaviventris</i>	bico-chato-amarelo	EEF
<i>Todirostrum poliocephalum</i>	teque-teque	EEF
<i>Todirostrum cinereum</i>	relógio	
<i>Hemitriccus orbitatus</i>	tiririzinho-da-mata	EEF
<i>Myiornis auricularis</i>	miudinho	EEF
<i>Phylloscartes sylviolus</i>	bochecha-castanha	EEF
<i>Capsiempis flaveola</i>	marianinha-amarela	
<i>Euscarthmus melorhynchus</i>	barulhento	
<i>Pseudocolopteryx sclateri</i>	tricolino	
<i>Tachuris rubrigastra</i>	papa-piri	
<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho	
<i>Elaenia flavogaster</i>	guaracavaca-de-barriga-amarela	
<i>Elaenia mesoleuca</i>	tuque	EEF
<i>Elaenia obscura</i>	tucao	EEF

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Camptostoma obsoletum</i>	risadinha	
<i>Phyllomyias fasciatus</i>	piolinho	
<i>Phyllomyias burmeisteri</i>	piolinho-chiador	EEF
<i>Pachyramphus marginatus</i>	caneleirinho-preto-falso	EEF
<i>Pachyramphus viridis</i>	caneleirinho-verde	EEF
<i>Pachyramphus castaneus</i>	caneleirinho	EEF
<i>Pachyramphus polychopterus</i>	caneleirinho-preto	
<i>Pachyramphus validus</i>	caneleirinho-de-chapéu-preto	EEF
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	orelha-preta	EEF
<i>Pipromorpha rufiventris</i>	supi	EEF
<i>Corythopsis delalandi</i>	supi-de-cabeça-cinza	EEF
Pipridae		
<i>Chiroxiphia caudata</i>	tangará-dançador	EEF
<i>Ilicura militaris</i>	tangarazinho	EEF
<i>Manacus manacus</i>	rendeira	EEF
<i>Machaeropterus regulus</i>	tangará-rajado	EEF
<i>Schiffornis virescens</i>	flatuim	EEF
Cotingidae		
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	EEF/EXE
<i>Oxyruncus cristatus</i>	araponguinha	EEF
Hirundinidae		
<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	andorinha-de-sobre-branco	
<i>Phaeoprogne tapera</i>	andorinha-do-campo	
<i>Progne chalybea</i>	andorinha-grande-de-casa	
<i>Notiochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa	
<i>Alopochelidon fucata</i>	andorinha-morena	
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-serradora	
<i>Hirundo rustica</i>	andorinha-de-bando	EMI
Troglodytidae		
<i>Thryothorus longirostris</i>	cambaxira-de-bico-longo	EEF
<i>Troglodytes aedon</i>	corruira	
Muscicapidae		
<i>Ramphocaenus melanurus</i>	Bico-assovelado	EEF
<i>Platycichla flavipes</i>	sabiá-una	EEF/EXE
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	EXE
<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-do-barranco	EXE
<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca	EEF/EXE
<i>Turdus albicollis</i>	sabiá-coleira	EEF/EXE

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
Mimidae		
<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	
<i>Donacobius atricapillus</i>	japacanim	
Motacillidae		
<i>Anthus lutescens</i>	caminheiro-zumbidor	
Vireonidae		
<i>Cyclarhis guianensis</i>	gente-de-fora-vem	
<i>Vireo chivi</i>	juruviara	
<i>Hylophilus thoracicus</i>	vite-vite	EEF
Emberizidae		
<i>Parula pitiayumi</i>	mariquita	
<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	pia-cobra	
<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula	EEF
<i>Chlorophonia cyanea</i>	bonito-do-campo	
<i>Euphonia musica</i>	gaturamo-rei	EEF
<i>Euphonia xanthogaster</i>	vi-vi-grande	EEF
<i>Euphonia chlorotica</i>	vi-vi	EXE
<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro	EXE
<i>Euphonia pectoralis</i>	gaturamo-serrador	EEF/EXE
<i>Euphonia chalybea</i>	cais-cais	EEF
<i>Pipraeidea melanonota</i>	saíra-viúva	EXE
<i>Tangara velia</i>	saíra-diamante	EEF
<i>Tangara seledon</i>	saíra-de-sete-cores	EEF/EXE
<i>Tangara cyanocephala</i>	saíra-militar	EEF/EXE
<i>Tangara mexicana</i>	cambada-de-chaves	EEF
<i>Tangara peruviana</i>	saíra-sapucaia	EEF
<i>Tangara cayana</i>	saíra-amarela	
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	
<i>Conirostrum speciosum</i>	figuinha-de-rabo-castanho	
<i>Conirostrum bicolor</i>	figuinha-do-mangue	
<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul	EEF/EXE
<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha	
<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaçu-cinzento	EXE
<i>Thraupis cyanoptera</i>	sanhaçu-de-encontro-azul	EEF
<i>Thraupis ornata</i>	sanhaçu-de-encontro	EEF
<i>Thraupis palmarum</i>	sanhaçu-de-coqueiro	
<i>Ramphocelus bresilius</i>	tiê-sangue	EXE
<i>Piranga flava</i>	sanhaçu-de-fogo	

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Orthogonys chloricterus</i>	catirumbava	EEF
<i>Habia rubica</i>	tiê-da-mata	EEF
<i>Tachyphonus coronatus</i>	tiê-preto	EEF
<i>Tachyphonus cristatus</i>	tiê-galo	
<i>Trichothraupis melanops</i>	tiê-de-espelho	EEF
<i>Nemosia pileata</i>	saíra-de-chapéu-preto	EEF
<i>Hemithraupis rufficapilla</i>	saíra-da-mata	EEF
<i>Hemithraupis flavicollis</i>	pintassilgo-da-mata	EEF
<i>Thlypopsis sordida</i>	canário-sape	
<i>Schistochlamys rufficapillus</i>	bico-de-veludo	EXE
<i>Saltator maximus</i>	tempera-viola	EEF/EXE
<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro	EEF/EXE
<i>Caryothraustes canadensis</i>	burriel	EEF
<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	
<i>Tiaris fuliginosa</i>	cigarra-do-coqueiro	EEF
<i>Sporophila collaris</i>	coleiro-do-brejo	
<i>Sporophila lineola</i>	bigodinho	EXE
<i>Sporophila caerulescens</i>	coleirinho	EXE
<i>Sporophila leucoptera</i>	chorão	EXE
<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra-verdadeiro	EXE
<i>Sicalis luteola</i>	tipiu	EXE
<i>Haplospiza unicolor</i>	cigarra-bambu	EEF
<i>Coryphospingus pileatus</i>	galinho-da-serra	
<i>Myospiza humeralis</i>	tico-tico-do-campo	
<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	
<i>Emberizoides herbicola</i>	canário-do-campo	
<i>Carduelis magellanicus</i>	pintassilgo	EXE
<i>Molothrus bonariensis</i>	gauderio, vira-bosta	EXE
<i>Psaracolius decumanus</i>	japu	EXE
<i>Cacicus haemorrhous</i>	guaxe	EEF
<i>Gnorimopsar chopi</i>	melro	EXE
<i>Agelaius ruficapillus</i>	garibaldi	
<i>Agelaius cyanopus</i>	carretão	
<i>Sturnella superciliaris</i>	polícia-inglesa	
Passeridae		
<i>Passer domesticus</i>	pardal	EXO
Estrildidae		

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Estrilda astrild</i>	bico-de-lacre	EXO
MAMMALIA		
Ordem MARSUPIALIA		
Didelphidae		
<i>Caluromys philander</i>	cuíca	EEF
<i>Monodelphis theresa</i>	cuíca	EEF
<i>Marmosa cinerea</i>	cuíca	EEF
<i>Marmosa agilis</i>	cuíca	EEF
<i>Marmosa incana</i>	cuíca	EEF
<i>Philander opossum</i>	cuíca	EEF
<i>Metachirus nudicaudatus</i>	cuíca	EEF
<i>Didelphis marsupialis</i>	gambá	
<i>Chironectes minimus</i>	cuíca-d'água	EEF\ERA
Ordem CHIROPTERA		
Emballonuridae		
<i>Saccopteryx bilineata</i>	morcego	EEF
Noctilionidae		
<i>Noctilio leporinus</i>	morcego-pescador	
Phyllostomidae		
<i>Anoura caudifer</i>	morcego-narigudo	
<i>Anoura geoffroyi</i>	morcego-narigudo-sem-cauda	
<i>Artibeus lituratus</i>	morcego-das-frutas	
<i>Artibeus jamaicensis</i>	morcego-das-frutas-menor	
<i>Artibeus fuliginosus</i>	morcego-das-frutas-menor	EEF
<i>Artibeus obscurus</i>	morcego-das-frutas-pequeno	EEF
<i>Carollia perspicillata</i>	morcego-de-cauda-curta	
<i>Chiroderma doriae</i>	morcego-de-olhos-grandes	
<i>Chiroderma villosum</i>	morcego-de-orelhas-amarelas	
<i>Chotopterus auritus</i>	andira-açú	
<i>Desmodus rotundus</i>	vampiro	
<i>Diaemus youngi</i>	vampiro-de-asas-brancas	
<i>Diphylla ecaudata</i>	vampiro-de-pernas-peludas	
<i>Glossophaga soricina</i>	morcego-beija-flor	
<i>Lonchophylla bokermanni</i>	morcego-beija-flor	EEF/ERA
<i>Lonchophylla mordax</i>	morcego-beija-flor-escuro	EEF
<i>Micronycteris megalotis</i>	morcego-pardo-de-orelhas-grandes	EEF
<i>Micronycteris minuta</i>	morcego-de-orelhas-grandes	EEF
<i>Micronycteris sylvestris</i>	morcego-de-orelhas-grandes	EEF

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Mimom crenulatus</i>	morcego-orelhudo	
<i>Mimom bennettii</i>	morcego-de-nariz-de-lança	
<i>Phyllostomus elongatus</i>	morcego-de-nariz-de-lança	
<i>Phyllostomus hastatus</i>	falso-vampiro	
<i>Pygoderma bilabiatum</i>	morcego-de-ipanema	
<i>Sturnira lilium</i>	morcego-de-ombros-amarelos	
<i>Tonatia brasiliensis</i>	morcego-de-orelhas-redondas	
<i>Tonatia silvicola</i>	morcego-de-orelhas-redondas	
<i>Trachops cirrhosus</i>	morcego-caçador-de-rãs	ERA
<i>Vampyressa pusila</i>	morcego-construtor-de-tendas	
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	morcego-de-listras-brancas	
Vespertilionidae		
<i>Eptesicus brasiliensis</i>	morcego-borboleta	
<i>Eptesicus diminutus</i>	morcego-borboleta-menor	
<i>Eptesicus furinalis</i>	morcego-borboleta-escuro	
<i>Histiotus velatus</i>	morcego-de-orelhas-grandes	
<i>Lasiurus borealis</i>	morcego-vermelho	
<i>Lasiurus cinereus</i>	morcego-grisalho	
<i>Lasiurus egas</i>	morcego-de-cauda-peludo	
<i>Myotis albescens</i>	morceguinho	
<i>Myotis nigricans</i>	morceguinho-marrom	
Molossidae		
<i>Eumops auripendulus</i>	morcego-de-cauda-livre	
<i>Eumops bonarienses</i>	morcego-preto-de-cauda-livre	
<i>Molossops temminckii</i>	morcego-de-cauda-livre	
<i>Molossus ater</i>	morcego-de-cauda-de-rato-maior	
<i>Molossus molossus</i>	morcego-de-cauda-de-rato	
<i>Nyctinomops laticaudatus</i>	morcego-de-cauda-livre-maior	
<i>Nyctinomops macrotis</i>	morcego-de-cauda-livre-menor	
<i>Tadarida brasiliensis</i>	morcego-de-cauda-livre	
Ordem CARNIVORA		
Canidae		
<i>Cerdocyon thous</i>	cachorro-do-mato	
Procyonidae		
<i>Procyon cancrivorus</i>	mão-pelada	
<i>Nasua nasua</i>	coati	EEF
Mustelidae		

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Eira barbara</i>	irara	EEF
<i>Galictis vittata</i>	furão	
<i>Lutra longicaudis</i>	lontra	ECI/EDP
Felidae		
<i>Felis tigrina</i>	gato-do-mato	EDP
<i>Felis yagouaroundi</i>	jaguarundi	EDP
Ordem ARTIODACTYLA		
Tayassuidae		
<i>Tayassu tajacu</i>	caititú	EEF/ECI/ERA
Cervidae		
<i>Mazama americana</i>	veado-mateiro	EEF/ECI/ERA
Ordem PRIMATES		
Cebidae		
<i>Callicebus personatus</i>	sauá	EEF/ERA
<i>Cebus apella</i>	macaco-prego	EEF/EXE
Callithrichidae		
<i>Callithrix jacchus</i>	sagui	EXO
<i>Callithrix penicillata</i>	sagui	EXO
Ordem EDENTATA		
Myrmecophagidae		
<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-mirim	EEF
Bradypodidae		
<i>Bradypus variegatus</i>	preguiça	EEF
<i>Bradypus torquatus</i>	preguiça-de-coleira	EEF/ERA
Dasypodidae		
<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peba	ECI
<i>Cabassous tatouay</i>	tatu-pindoba	ECI/ERA
<i>Dasypus novencinctus</i>	tatu-galinha	ECI
Ordem LAGOMORPHA		
Leporidae		
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	tapeti	ECI
Ordem RODENTIA		
Echimyidae		
<i>Proechimys dimidiatus</i>	rato	EEF
<i>Euryzgomatomys spinosus</i>	guira-de-rio	EEF
<i>Kannabateomys amblyonyx</i>	rato-taquara	EEF/ERA
Sciuridae		

TAXON	NOME POPULAR	ATRIBUTOS
<i>Sciurus aestuans</i>	caxinguele	
Muridae		
<i>Akodon cursor</i>	rato	
<i>Nectomys squamipes</i>	rato-d'água	
<i>Oryzomys eliurus</i>	rato	
<i>Thaptomys nigrita</i>	rato	EEF
<i>Rhipidomys mastacalis</i>	rato-da-árvore	EEF
<i>Mus musculus</i>	camundongo	EXO
<i>Rattus rattus</i>	rato	EXO
<i>Rattus novergicus</i>	ratazana	EXO
Erethizontidae		
<i>Coendou spinosus</i>	ouriço	EEF
Cavidae		
<i>Cavia aperea</i>	preá	ECI
Hydrochoeridae		
<i>Hydrochaerus hydrochaeris</i>	capivara	ECI
Dasyproctidae		
<i>Agouti paca</i>	paca	EEF/ECI
<i>Dasyprocta aguti</i>	cutia	ECI/EDP

Fonte: Sondotécnica, 1998

- EEF - ESPÉCIE EXCLUSIVAMENTE FLORESTAL (Habitat preferencial)
- EMI - ESPÉCIE MIGRATÓRIA (migrantes meridionais e setentrionais)
- ECI - ESPÉCIE CINEGÉTICA
- EXE - ANIMAL DE ESTIMAÇÃO (XERIMBABO)
- EXO - ESPÉCIE EXÓTICA
- ERA - ESPÉCIE RARA (na bacia)
- EDP - ESPÉCIE QUE DESPERTA PREOCUPAÇÃO PRESERVACIONISTA (Segundo Decreto Municipal N nº 15.793 de 04/07/97)
- EEN - ESPÉCIE ENDÊMICA (da bacia)

ANEXO III
REFERENCIAL METODOLÓGICO